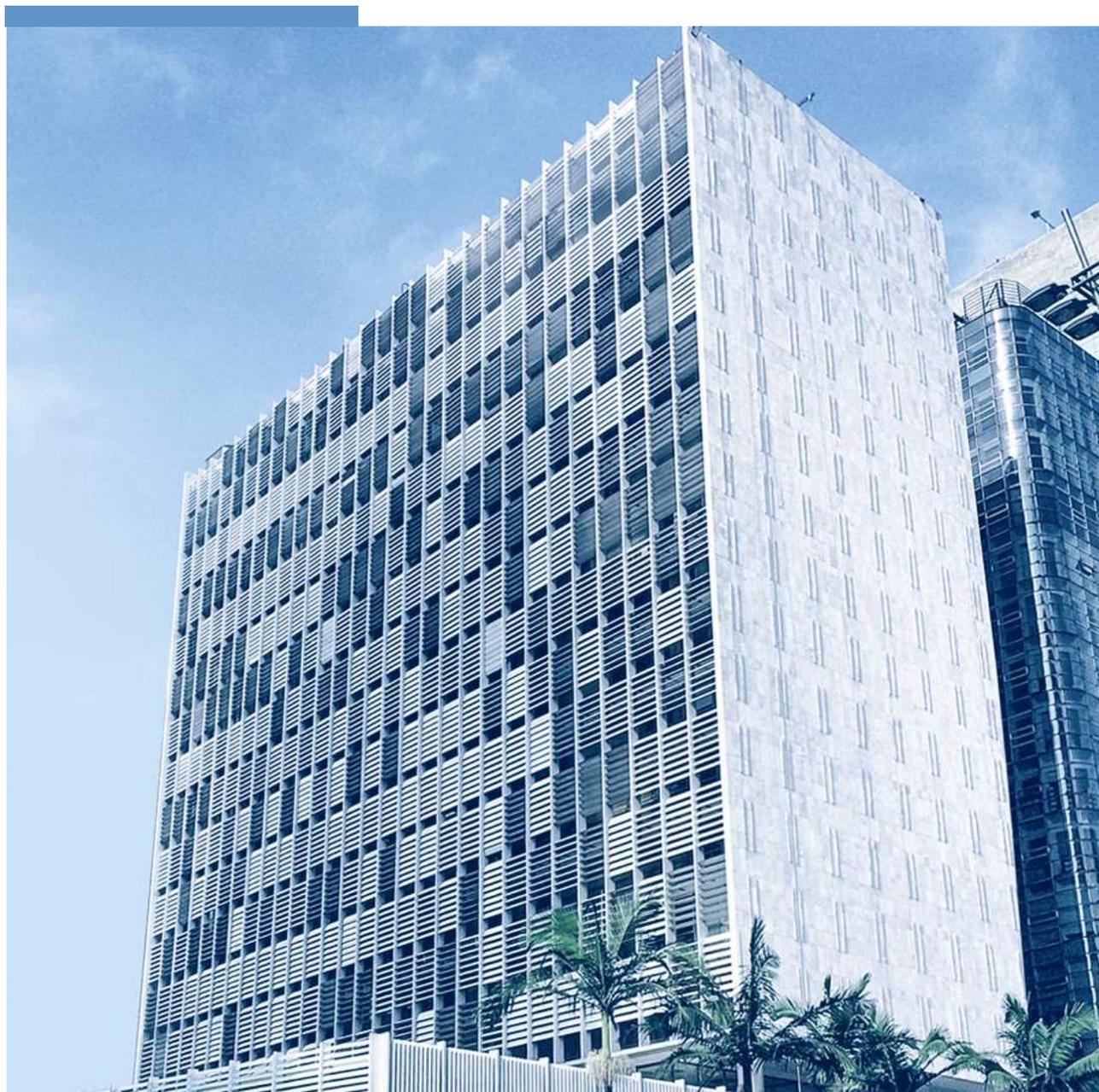


ITAÚSA



Edifício da sede da Itaúsa | Av. Paulista - SP

Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2021

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022 – Este Relatório da Administração da Itaúsa S.A. (Itaúsa ou Companhia) é relativo ao quarto trimestre de 2021 (4T21) e ano de 2021. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Sumário Executivo

Lucro Líquido Recorrente

R\$ 12,1 bilhões

▲ 68% vs. 2020

Valor do Ativos (NAV)

R\$ 100 bilhões

▼ 21% vs. 31.12.2020

ROE Recorrente

19,9% a.a.

▲ 6,6 p.p. vs. 2020

Destaques Itaúsa

- Resultados recordes, sólidos e consistentes, fruto do melhor desempenho de todos os negócios do portfólio.
- R\$ 3,3 bilhões em proventos brutos (R\$ 0,394165/ação) pagos/a pagar aos acionistas que permaneceram na base dos últimos 12 meses.
- Pagamento de R\$ 2,5 bilhões de JCP declarados no 4T21 a ser realizado em 11.03.2022.
- Bonificação de 5% em ações realizada em dez/21, gerando valor ao acionista em complemento à remuneração por dividendos e JCP.
- Investimentos ocorridos no ano (Aegea e aumento de participação na NTS), bem como o desinvestimento parcial na XP Inc., são passos importantes na estratégia de alocação eficiente de capital da *holding*.
- Aprimoramentos em governança, gestão de riscos e comunicação se refletiram na manutenção da Itaúsa nos principais índices ESG nacionais e internacionais.
- Itaúsa é classificada como uma empresa de baixo risco ESG pela Sustainalytics, uma das principais agências de *rating* ESG global.

R\$ milhões	4T21	4T20	Variação	2021	2020	Variação
LUCRATIVIDADE E RETORNO¹						
Lucro Líquido	4.117	3.663	12,4%	12.200	7.056	72,9%
Lucro Líquido Recorrente	4.185	2.732	53,2%	12.136	7.219	68,1%
ROE sobre PL médio (%) ²	25,6%	26,2%	-0,6 p.p.	20,1%	13,0%	7,1 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%) ²	26,0%	19,5%	6,4 p.p.	19,9%	13,3%	6,6 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL						
Ativo Total	74.602	62.985	18,4%	74.602	62.985	18,4%
Endividamento Líquido ³	3.793	1.402	171%	3.793	1.402	171%
Patrimônio Líquido	65.886	57.343	14,9%	65.886	57.343	14,9%
MERCADO DE CAPITAIS						
Capitalização de Mercado ⁴	78.789	98.659	-20,1%	78.789	98.659	-20,1%
Volume Financeiro médio diário ⁵	294	328	-10,5%	333	313	6,4%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) ROE (*Return on Equity*) anualizado.

(3) Em 31.12.2021 exclui R\$ 1.176 milhões da posição de caixa referentes ao JCP declarado em dezembro de 2021 (que serão pagos em 11.03.2022).

(4) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais em 30.12.2021 e não considera as ações em tesouraria.

(5) Considera as ações PN da Itaúsa (ITSA4) negociadas na B3.

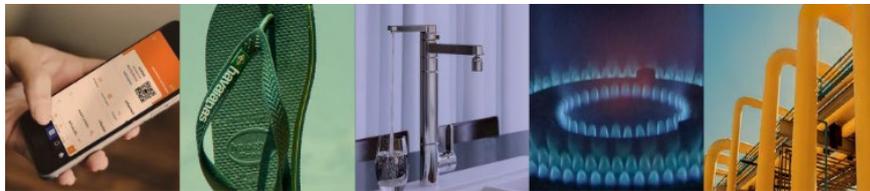


FTSE4Good

Mensagem da Administração

“Foco e disciplina seguirão orientando a execução da nossa estratégia de negócios, que busca maximizar a criação de valor ao acionista e à sociedade no longo prazo”

Alfredo Setubal
presidente da Itaúsa



Cenário Macro

O contexto internacional, marcado por estímulos fiscais e monetários e a reabertura das principais economias ao longo de 2021, experimenta agora momento de atenção quanto ao risco potencial de surgimento de novas variantes da Covid-19 e seus impactos para a retomada do desempenho econômico global, incluindo o Brasil. Adicionalmente, no mercado local, as expectativas recentes para o PIB brasileiro, aliado à volatilidade da taxa de câmbio e a patamares de inflação e taxa de juros ainda elevados, têm trazido cautela para os agentes quanto ao desempenho da economia e ambiente de negócios no curto prazo.

Desempenho do Portfólio

As empresas investidas apresentaram sólidos avanços em desempenho operacional. No setor bancário, o lucro foi impulsionado pelo crescimento da carteira de crédito, que superou R\$ 1 trilhão, a melhor margem financeira e o menor volume de perdas esperadas com operações de crédito, combinado com o controle eficiente das despesas gerais e administrativas. Em bens de consumo e materiais para construção civil, Alpargatas e Dexco aproveitaram as suas estruturas eficientes e o bom momento de mercado para alavancar suas vendas, bem como a receita líquida e o EBITDA, mesmo com pressões no custo de alguns insumos. Cabe destacar que este foi o melhor ano da história da Dexco em desempenho de EBITDA e rentabilidade e, também, o maior EBITDA histórico da Alpargatas. Os segmentos de distribuição e transporte de gás, compostos por Copa Energia e NTS, também apresentaram incremento de receita. Já a Aegea, do segmento de saneamento básico, cujos resultados passaram a ser reconhecidos pela Itaúsa a partir do terceiro trimestre, apurou ganhos expressivos de EBITDA e lucro líquido. Adicionalmente, os resultados da XP Inc. também contribuíram positivamente para o resultado da *holding*.

Governança

Em 2021, a Itaúsa deu passos importantes no aprimoramento da sua estrutura de governança, com a indicação de membros independentes ao Conselho de Administração, a criação de novos Comitês apoiando o Conselho de Administração e a atualização das Comissões de Assessoramento à Diretoria. Adicionalmente, revisou algumas das suas principais políticas, além de concluir o seu plano de Gestão de Crises e a adequação à LGDP. Cabe destacar, também, a atenção dada à tecnologia da informação, com investimentos direcionados à defesa contra riscos cibernéticos e à proteção de dados da própria Itaúsa e de terceiros. Em linha com a busca contínua pela ampliação do diálogo com o mercado, diversos esforços foram envidados na melhoria de comunicação da *holding*, com o lançamento de novo *website*, a veiculação de uma campanha institucional inédita, intitulada de “Grandes marcas, grande história, grande futuro”, a qual foi difundida nos principais meios de comunicação do país, a maior presença nas redes sociais, a realização da reunião pública anual de forma digital (ampliando a audiência para mais de 10 mil pessoas e classificada entre as melhores do ano, conforme pesquisa conduzida pela Apimec) e a implementação de uma *newsletter* mensal (@Itaúsa) trazendo as principais novidades sobre a Itaúsa e seu portfólio. Tais avanços reafirmam o compromisso da administração e acionistas controladores com as melhores práticas de condução e gestão de negócios no meio empresarial brasileiro.

Gestão de Portfólio

Em continuidade à execução da sua estratégia de alocação eficiente de capital e criação de valor de longo prazo, a *holding* conduziu importantes transações ao longo do ano. Anunciamos a conclusão do investimento na Aegea, com a aquisição de 12,88% do seu capital total, e o aumento de participação acionária na NTS para 8,50%. Passamos a deter 15,07% do capital da XP Inc. após a cisão de ativos do Itaú Unibanco, com a criação da XPart e sua incorporação pela XP Inc., em outubro de 2021. Posteriormente, realizamos o desinvestimento de 1,39% do total do capital da XP Inc., cujos recursos obtidos foram destinados aos acionistas da Itaúsa por meio de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio.

1. Gestão de Portfólio

Alocação eficiente de capital



Compromisso de investimento em oferta de ações da Alpargatas

Em 10.02.2022, a Itaúsa e outros controladores da Alpargatas manifestaram o compromisso de (i) exercer integralmente os Direitos de Prioridade, subscrevendo e integralizando Ações a que fazem jus nos seus respectivos Limites de Subscrição Proporcional, e (ii) subscrever e integralizar a totalidade de Ações Ordinárias que vierem a remanescer no âmbito da Oferta Institucional. Dessa forma, a Itaúsa se comprometeu, no âmbito da Oferta Prioritária, a subscrever e integralizar, com recursos próprios, 27.720.403 ações de emissão da Alpargatas (16.083.306 ordinárias e 11.637.097 preferenciais), pelo preço por ação a ser fixado pelo Conselho de Administração da Alpargatas. Adicionalmente, a Itaúsa poderá, a depender das condições de mercado, subscrever ações preferenciais no âmbito da Oferta Institucional. Os recursos líquidos oriundos da Oferta Restrita serão destinados para financiar o pagamento da aquisição, pela Alpargatas, de participação societária na Rothy's Inc. Este investimento reforça a confiança da Itaúsa na estratégia e na geração de valor de longo prazo da Alpargatas.

Para mais informações sobre a oferta de ações, acesse o Fato Relevante da Alpargatas: <https://ri.alpargatas.com.br/>

XP Inc.

Incorporação da XPart pela XP Inc.

Em 01.10.2021, as Assembleias Gerais Extraordinárias convocadas por XPart e XP Inc. aprovaram a proposta de incorporação da XPart pela XP Inc. e consequente extinção da XPart. Com isso, a Itaúsa passou a deter, direta e indiretamente (via IUPAR), 15,07% do capital total e 4,74% do capital votante da XP Inc., se tornando a segunda maior empresa do portfólio da *holding*.

Incorporação da parcela cindida da IUPAR pela Itaúsa S.A.

Em 08.12.2021, a Assembleia Geral Extraordinária convocada pela Itaúsa, aprovou a incorporação da parcela patrimonial cindida da IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") referente ao investimento detido na XP Inc., correspondente à participação da Itaúsa no capital social da IUPAR.

Com a implementação da cisão, a IUPAR voltou a deter participação acionária apenas no Itaú Unibanco Holding. Assim, a Itaúsa passou a deter diretamente 84.270.985 ações Classe A de emissão da XP, correspondentes a 15,07% do capital total da XP Inc.

Importante destacar que com a conclusão da cisão parcial, a IUPAR deixou de fazer parte do Acordo de Acionistas firmado entre Itaúsa, IUPAR, XP e seus controladores. Os direitos e obrigações do Acordo de Acionistas foram mantidos para a Itaúsa.

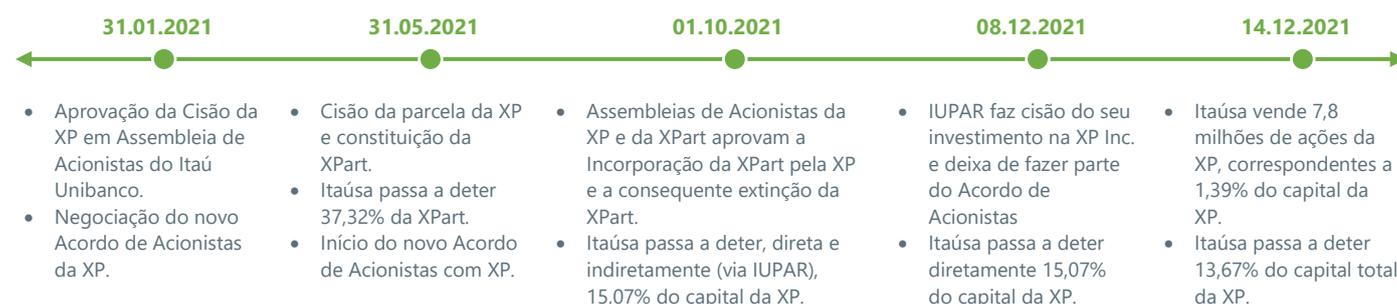
Alienação parcial de ações da XP Inc.

Em 14.12.2021, a Itaúsa anunciou ao mercado em geral que realizou a venda de 7,8 milhões de ações Classe A da XP Inc., correspondentes a 1,39% do capital social da empresa, pelo valor líquido de R\$ 1,2 bilhão. Assim, a Itaúsa passou a deter diretamente 13,67% do capital total da XP e 4,30% de seu capital votante.

Vale ressaltar que apesar da alienação de 1,39% do capital social da XP pela Itaúsa, a *holding* mantém seus direitos e obrigações definidos no Acordo de Acionistas da XP, incluindo a indicação de membros ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da XP Inc.

A alienação está em linha com a estratégia da Itaúsa de diversificação do portfólio em companhias do setor não financeiro, a qual não considera a participação na XP Inc. como estratégica no longo prazo. Além disso, a Itaúsa segue trabalhando para buscar a melhor alocação de seu capital, com o objetivo de gerar valor para seus acionistas.

Timeline dos Eventos



Mais informações sobre as transações acima podem ser acessadas nos Fatos Relevantes e Comunicados, disponíveis em www.itausa.com.br/comunicados-e-fatos-relevantes.

2. Desempenho Ambiental, Social e de Governança (ESG)

Itaúsa mantém sua participação nos principais índices de sustentabilidade nacionais e internacionais

A atuação na gestão de aspectos ambientais, sociais e de governança tem ganhado cada vez mais destaque nos diversos segmentos da economia. A Itaúsa tem uma longa história de compromisso com a sustentabilidade empresarial, e considera a análise de impactos sociais, ambientais e de governança uma prioridade na gestão do portfólio e na estratégia da *holding*.

A Itaúsa guia seus esforços de responsabilidade social corporativa através de seus três pilares estratégicos. Por meio da **Cultura Compartilhada** busca influenciar suas investidas com a disseminação das melhores práticas de governança corporativa e de gestão eficiente, bem como no estímulo de iniciativas de responsabilidade social. Já na **Alocação Eficiente de Capital**, a Companhia busca a criação de valor de forma sustentável e considera os impactos e riscos ESG nas oportunidades avaliadas. Por fim, a **Perenidade nos Negócios** ganha evidência no acompanhamento das investidas, que busca garantir a sustentabilidade financeira dos ativos no longo prazo e os progressos das empresas nas questões ESG.



O comprometimento da Itaúsa e das empresas do portfólio com a ética dos negócios, transparência e constante aprimoramento de sua performance sustentável é reconhecido em diferentes premiações e na participação em importantes índices de sustentabilidade nacionais e internacionais, como os que estão destacados a seguir:

- **Dow Jones Sustainability Index:** a Itaúsa foi selecionada, pela **18ª vez**, para compor a carteira do principal índice global ESG, o Dow Jones Sustainability World Index (DJSI). O Itaú Unibanco, nossa principal investida, também foi selecionado e está presente na composição do índice desde a sua criação em 1999. Além disso, as duas empresas também foram selecionadas para compor a carteira do Dow Jones Sustainability Emerging Markets.
- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (B3):** a Itaúsa compõe, pelo **15º ano**, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial, principal Índice ESG da B3. Dexco e Itaú Unibanco também foram selecionadas para compor a carteira, pelo 14º e 17º anos consecutivos, respectivamente.
- **Índice de Sustentabilidade da Bolsa de Londres (FTSE4Good):** a Itaúsa voltou a integrar, pela **2ª vez consecutiva**, a carteira do FTSE4Good, Índice de Sustentabilidade da Bolsa de Londres (LSE). O índice, que é reavaliado semestralmente, reúne empresas que demonstram destacadas práticas ambientais, sociais e de governança.
- **Índice de Carbono Eficiente (ICO2):** a Itaúsa, o Itaú Unibanco e a Dexco foram selecionados para participar da carteira de janeiro a abril de 2022 do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), principal índice que mede o nível de emissões das companhias listadas na B3.
- **Carbon Disclosure Project (CDP) e Sustainalytics:** além dos reconhecimentos acima, a Itaúsa participa da principal iniciativa global sobre emissões de gases de efeito estufa, o CDP, e foi classificada como uma empresa de baixo risco sob a ótica ESG por uma das principais agências de *rating* global de aspectos ESG.

3. Desempenho Operacional e Financeiro da Itaúsa

3.1. Resultado individual da Itaúsa

A Itaúsa S.A. é uma *holding* de participações que investe em outras companhias operacionais e tem seu resultado composto essencialmente por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas, e pelo resultado de investimentos em ativos financeiros.

Abaixo, estão demonstrados os resultados da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando o resultado individual recorrente (os itens não recorrentes encontram-se detalhados na tabela Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente).

Resultado Individual Gerencial da Itaúsa ¹						
R\$ milhões	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
Resultado recorrente das empresas investidas	3.549	2.918	22%	11.816	7.706	53%
Setor Financeiro	2.725	2.371	15%	10.515	7.023	50%
Itaú Unibanco	2.581	2.371	9%	10.228	7.023	46%
XP Inc. ²	143	n.a.	n.a.	286	n.a.	n.a.
Setor Não Financeiro	859	553	55%	1.355	710	91%
Alpargatas	45	60	-25%	166	131	27%
Dexco	161	103	56%	434	193	125%
Aegea Saneamento ³	26	n.a.	n.a.	37	n.a.	n.a.
Copa Energia	25	n.a.	n.a.	40	n.a.	n.a.
NTS ⁴	608	386	58%	692	385	80%
Outras empresas	(7)	4	-275%	(14)	1	n.a.
Outros resultados⁵	(35)	(6)	-483%	(53)	(27)	-97%
Resultado próprio da Itaúsa	634	(82)	878%	296	(383)	177%
Resultado Financeiro	(101)	(4)	n.a.	(209)	(26)	-706%
Despesas Administrativas	(39)	(33)	-17%	(142)	(128)	-11%
Despesas Tributárias	(98)	(46)	-113%	(240)	(236)	-2%
Outras Receitas Operacionais	872	2	n.a.	888	7	n.a.
Lucro antes do IR/CS	4.183	2.837	47%	12.113	7.323	65%
IR/CS ⁵	2	(105)	102%	23	(104)	122%
Lucro Líquido recorrente	4.185	2.731	53%	12.136	7.219	68%
Resultado não recorrente	(68)	931	-107%	64	(163)	139%
Próprio	32	(2)	n.a.	32	(56)	157%
Setor Financeiro	(153)	970	-116%	(223)	63	-456%
Setor Não Financeiro	53	(37)	243%	255	(170)	250%
Lucro Líquido	4.117	3.662	12%	12.200	7.056	73%
ROE sobre PL médio (%)	25,6%	26,2%	-0,6 p.p.	20,1%	13,0%	7,1 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%)	26,0%	19,5%	6,4 p.p.	19,9%	13,3%	6,6 p.p.

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Para XP Inc., os resultados do acumulado do ano referem-se aos meses de junho a dezembro de 2021.

(3) Para Aegea Saneamento, os resultados do acumulado do ano referem-se aos meses de julho a dezembro de 2021.

(4) Inclui os dividendos/JCP recebidos, ajuste ao valor justo sobre as ações e as despesas sobre a parcela a prazo em dólar do valor investido e respectiva variação cambial.

(5) A Companhia reconheceu no 4T21 créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporais.

3.2. Resultado recorrente das empresas investidas registrado pela Itaúsa

O resultado recorrente proveniente das empresas investidas, refletido na Itaúsa em 2021, foi de R\$ 11.816 milhões, incremento de 53% em relação ao ano anterior, impulsionado, principalmente, pelo melhor resultado do **Itaú Unibanco**, fruto do crescimento da carteira de crédito, que superou R\$ 1 trilhão, da melhor margem financeira e menor despesa com Perdas Esperadas com Operações de Crédito, além da gestão eficiente nas Despesas Não Decorrentes de Juros.

Os setores de bens de consumo e materiais para construção civil reportaram desempenho bastante favorável, aproveitando o bom momento de seus mercados combinado com as suas estruturas eficientes. A **Alpargatas** apresentou recorde de receita líquida e EBITDA, impulsionada pelo forte desempenho de volumes e iniciativas como o RGM (*Revenue Growth Management*), compensando os aumentos globais de custos de alguns insumos. A **Dexco** também apresentou crescimento de receita em todas as Divisões, ganhos de produtividade e maior eficiência das fábricas, resultando no melhor ano em desempenho de EBITDA nos 70 anos de história da empresa investida.

Já em **transporte e distribuição de gás natural**, os resultados apurados pela Itaúsa provenientes do investimento na **NTS** foram positivamente impactados pela revisão de premissas macroeconômicas utilizadas na avaliação periódica do valor justo do ativo, além do maior recebimento de dividendos e menor efeito de variação cambial negativa sobre a dívida da aquisição de participação na companhia. A **Copa Energia**, que passou a integrar o portfólio a partir do final de dezembro de 2020, também reportou crescimento de receita e melhora nas margens brutas, porém encerrou 2021 com os resultados ainda pressionados, principalmente devido aos sucessivos aumentos de preço de GLP repassados pela Petrobras ao longo do ano e pela maior despesa financeira advinda da alavancagem relacionada à aquisição da Liquegás.

Em **saneamento básico**, destaca-se que os resultados da **Aegea** passaram a ser reconhecidos pela Itaúsa a partir do 3T21 pelo método de equivalência patrimonial e refletem o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes. A Aegea registrou ganhos consistentes de receita, EBITDA e Lucro Líquido no ano, fruto do maior volume faturado, receita de contraprestação das PPPs e da recomposição tarifária periódica, com destaque para as concessionárias Ambiental Metrosul, Ambiental Cariacica e Ambiental MS Pantanal, e para as SPes Águas do Rio 1 e 4, com operação iniciada no 4T21.

Adicionalmente, desde o 2T21, os resultados da **XP Inc.** passaram a ser reconhecidos pela Itaúsa pelo método de equivalência patrimonial, o que também contribuiu positivamente para o resultado da *holding*.

Mais detalhes sobre a atuação de cada empresa investida e a participação acionária da Itaúsa estão disponíveis na seção 9.1 (“Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas”).

3.3. Resultado próprio da Itaúsa

As **Despesas Administrativas** totalizaram R\$ 39 milhões e 142 milhões no 4T21 e 2021, respectivamente, o aumento de 11% em relação ao acumulado do ano anterior, se deu, principalmente em função de despesas relacionadas à campanha institucional de posicionamento da marca Itaúsa ocorrida no período, além de gastos com iniciativas de TI relacionadas à segurança da informação e despesas com projetos de M&A, parcialmente compensados por menores despesas com serviço de escrituração de ações.

As **Despesas Tributárias** atingiram R\$ 98 milhões e R\$ 240 milhões no 4T21 e 2021, respectivamente, aumento de R\$ 4 milhões em relação ao acumulado do ano anterior. Tais despesas refletem essencialmente os impostos de PIS/COFINS em função das declarações de JCP realizadas pelas investidas no ano, principalmente Itaú Unibanco e Dexco.

O **Resultado Financeiro** atingiu R\$101 milhões e R\$ 209 milhões de despesa no 4T21 e 2021, respectivamente. O aumento de R\$ 183 milhões em relação ao ano anterior decorreu, principalmente, das novas debêntures emitidas para financiar as aquisições de participação acionária na Copa Energia e na Aegea Saneamento, além de maiores despesas com juros em decorrência da maior taxa básica de juros no período, parcialmente compensado pela maior rentabilidade do caixa.

As **Outras Receitas Operacionais** de R\$ 888 milhões em 2021 referem-se, majoritariamente, ao ganho da alienação de ações da XP Inc. realizada em 14.12.2021.

O **Lucro Líquido** totalizou R\$ 12,2 bilhões em 2021, 73% superior a 2020, decorrente do maior resultado de equivalência patrimonial de praticamente todas as empresas investidas e do ganho da alienação de ações da XP Inc. pela Itaúsa, parcialmente impactado pelo maior custo de *holding*, conforme explicado acima, e dos efeitos não recorrentes destacados a seguir. O **Lucro Líquido Recorrente** foi de R\$ 12,1 bilhões, 68% superior ao de 2020.

3.4. Lucro Líquido Recorrente

O Lucro Líquido foi afetado por eventos não recorrentes, que totalizaram efeito negativo de R\$ 68 milhões no 4T21 e positivo de R\$ 64 milhões em 2021. No **Itaú Unibanco**, o principal efeito foi o impacto negativo da provisão para readequação de estruturas. Na **Dexco**, os créditos tributários decorrentes de ações judiciais foram os principais eventos não recorrentes. Por fim, na **Copa Energia** houve efeito positivo não recorrente relativo à permuta de ativos com a Nacional Gás e alienação de ativos à Fogás, bem como despesas com a integração dos negócios entre Copagaz e Liquigás.

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente				
R\$ milhões	4T21	4T20	2021	2020
Lucro Líquido Recorrente	4.185	2.732	12.136	7.219
Inclusão/(Exclusão) dos efeitos não recorrentes	(68)	931	64	(163)
Resultado Próprio	32	(2)	32	(56)
Decorrentes de participação acionária no Setor Financeiro	(153)	970	(223)	63
Itaú Unibanco	(151)	970	(221)	63
Ações em Tesouraria	(71)	2	116	132
Provisão para readequação de estruturas	-	-	(348)	-
Impairment de softwares	(3)	-	(91)	-
Outros	(77)	968	102	(69)
XP Inc.	(2)	n.a.	(2)	n.a.
Decorrentes de participação acionária no Setor Não Financeiro	53	(37)	255	(170)
Alpargatas	40	(44)	34	(90)
Dexco	53	7	201	(27)
Copa Energia	(3)	n.a.	57	n.a.
Outros ¹	(37)	-	(37)	(53)
Lucro Líquido	4.117	3.663	12.200	7.056

(1) Refere-se aos PPAs da Alparagatas e Copa Energia, e a outros itens não recorrentes de Itaútec.

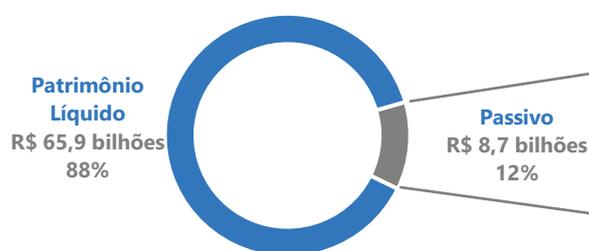
4. Estrutura de Capital e Endividamento

A Itaúsa tem por prática a gestão prudente de caixa e manutenção de níveis adequados de endividamento, observado o nível de liquidez das disponibilidades e o foco na preservação de capital.

A alavancagem da Companhia em 31.12.2021 medida pela dívida líquida ajustada¹ (R\$ 3.793 milhões) sobre o passivo total (passivo mais o patrimônio líquido) (R\$ 74.602 milhões) era de 5,1%, sendo que o passivo representa 11,7% do passivo total (passivo mais o patrimônio líquido).

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos, incluindo o pagamento de empréstimos de terceiros, dado seu colchão de liquidez se considerados o seu fluxo de caixa, a sua posição atual de caixa, a liquidez de seus ativos e a sua capacidade de chamar capital, caso necessário.

Composição do Capital em 31.12.2021



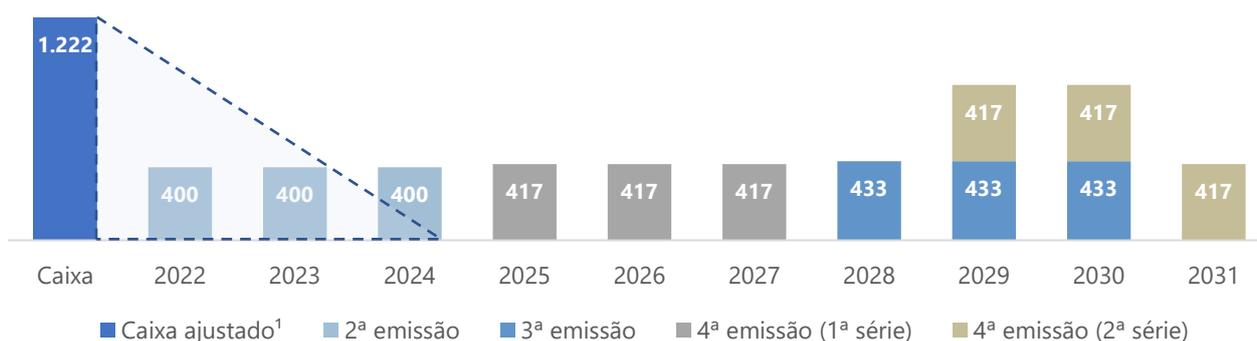
Composição do Passivo (R\$ milhões)

Passivo Total	8.716	11,7%
Debêntures	5.015	6,7%
Dividendos e JCP a pagar	1.882	2,5%
Provisões	1.663	2,2%
Outros passivos	156	0,2%

Nota: valores referentes ao balanço individual da Itaúsa.

Abaixo estão a posição de caixa ajustada¹, os instrumentos que representam mais de 90% das dívidas totais da Companhia e seu cronograma de amortização. Em 31.12.2021, o prazo médio da dívida da Companhia era de 5 anos e 7 meses e custo médio² de CDI + 1,56% a.a.

Posição de Caixa ajustada¹ e Cronograma de Amortização do Principal em 31.12.2021 (em R\$ milhões)



Notas:

- 2ª emissão de debêntures tem custo de 106,9% do CDI e prazo de 7 anos.
- 3ª emissão de debêntures tem custo de CDI + 2,4% a.a. e prazo de 10 anos.
- 4ª emissão de debêntures (1ª série) tem custo de CDI + 1,4% a.a. e prazo de 6 anos.
- 4ª emissão de debêntures (2ª série) tem custo de CDI + 2,0% a.a. e prazo de 10 anos.

Em 06.09.2021, a Moody's reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Itaúsa em AA.br (escala nacional) com perspectiva "Estável", mesmo *rating* atribuído às 3ª e 4ª emissões de Debêntures da Companhia que considera, de acordo com sua metodologia, a subordinação à investida Itaú Unibanco.

Para mais informações sobre as emissões de debêntures, vide a Nota Explicativa nº 20 ou acesse: www.itausa.com.br/divida-e-rating.

¹ Exclui R\$ 1.176 milhões da posição de caixa referentes ao JCP declarado em dezembro de 2021 (os quais serão pagos em 11.03.2022). Os recursos foram obtidos da venda das ações da XP Inc.
² Considera o CDI acumulado dos últimos 12 meses findos em 31.12.2021 de 4,40% a.a.

5. Valor dos Ativos

A Itaúsa é uma sociedade de participações (*holding*) que administra um portfólio de empresas que atuam em diferentes segmentos. A capitalização de mercado em 31.12.2021, com base no valor da ação mais líquida (ITSA4), era de **R\$ 78,8 bilhões**, enquanto a soma das participações nas empresas investidas a valor de mercado totalizava **R\$ 100,4 bilhões**, resultando em um desconto de 21,5%, redução de 1,2 p.p. em relação a 31.12.2020.

Empresas do Portfólio	Cotação da ação mais líquida (R\$) (A)	Total de ações (milhões) (B)	Valor de mercado (R\$ milhões)	Participação da Itaúsa (%) (C)	Valor de mercado das participações (R\$ milhões)
 Itaú	20,95	9.780	204.889	37,3%	76.468
 XP Inc. (D)	US\$28,74	559	89.626	13,7%	12.265
 ALPARGATAS	37,02	579	21.438	29,2%	6.255
 DEXCO	14,96	754	11.287	36,9%	4.160
 aegea (E)	n/d	n/d	n/d	12,9%	2.602
 ntr (F)	n/d	n/d	n/d	8,5%	1.516
 COPA energia (E)	n/d	n/d	n/d	48,9%	1.191
Demais Ativos e Passivos (G)					-4.053
Valor de Mercado da Soma das Partes					100.404
 ITAÚSA	8,93	8.823	78.789		78.789
Desconto					-21,5%

(A) Cotações de fechamento do último dia útil do período das ações mais líquidas do Itaú Unibanco (ITUB4), XP Inc. (Nasdaq: XP), Alpargatas (ALPA4), Dexco (DXCO3) e Itaúsa (ITSA4). | (B) Total de ações emitidas excluindo as ações em tesouraria. | (C) Participação direta e indireta da Itaúsa no capital total das companhias, conforme Nota Explicativa 1 das Demonstrações Contábeis da Itaúsa de 31.12.2021. | (D) Considera câmbio de R\$5,58/US\$. | (E) Considera o valor do investimento contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2021. (F) Considera o valor justo contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2021. | (G) Dados do balanço individual de 31.12.2021.

O desconto é um indicador resultante da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor obtido através do somatório dos investimentos da *holding* a valores de mercado (para empresas listadas) ou a valor justo ou valor investido (para as empresas não listadas) (soma das partes).

Parte do desconto é justificável pelas despesas de manutenção da holding, os impostos incidentes sobre uma fração dos proventos recebidos (ineficiência fiscal), a avaliação de risco, dentre outros fatores. Considerando os fundamentos que o justificam, a Administração da Itaúsa acredita que o atual patamar de desconto está exagerado e não reflete o nível adequado do indicador.

A área de Relações com Investidores divulga mensalmente em seu website um informativo de desconto, o qual pode ser conferido em: www.itausa.com.br/valor-dos-ativos-e-desconto.



6. Mercado de Capitais

6.1. Desempenho da Ação

As ações preferenciais da Itaúsa (negociadas na B3 sob o código ITSA4) eram cotadas a R\$ 8,93 ao final do 4º trimestre de 2021, apresentando desvalorização de 14,1% no período, quando ajustadas pelo pagamento de dividendos e JCP, ao passo que o principal índice da B3, o Ibovespa, apresentou depreciação de 5,5% no mesmo período. Em 2021, o preço das ações da Itaúsa ajustado por proventos e o Ibovespa recuaram 16,9% e 11,9% respectivamente.

Desempenho das ações da Itaúsa e Investidas

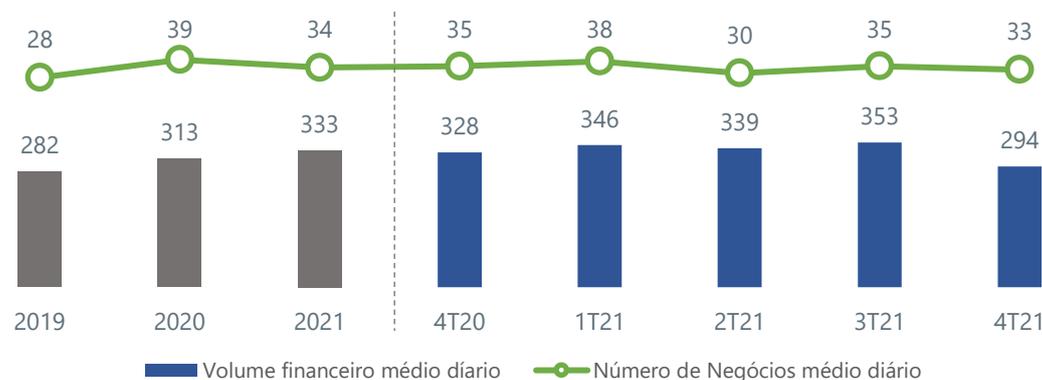
ITSA4 vs. Ibovespa (últimos 12 meses)

Companhia	Fechamento	Δ 4T21	Δ 2021
ITSA4	R\$ 8,93	-14,1% ▼	-16,9% ▼
ITSA3	R\$ 9,30	-11,7% ▼	-17,9% ▼
ITUB4	R\$ 20,95	-10,9% ▼	-16,8% ▼
ALPA4	R\$ 37,02	-29,4% ▼	-11,3% ▼
DXCO3	R\$ 14,96	3,8% ▲	-5,8% ▼
XP	US\$28,74	-28,5% ▼	-27,6% ▼
Ibovespa	104.822 pts	-5,5% ▼	-11,9% ▼



O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais da Itaúsa, em 2021, foi de R\$ 333 milhões, com média diária de 33,8 mil negócios, crescimento de 6,4% e redução de 12,4%, respectivamente, quando comparados ao ano de 2020.

ITSA4 - Volume (R\$ milhões) e número médio de negócios diário (quantidade em milhares)



6.2. Recompra de ações de própria emissão

ITSA
B3 LISTED N1

Em julho, a Itaúsa iniciou a negociação de ações no âmbito do Programa de Recompra de ações de própria emissão. Desde o início do programa, a Itaúsa adquiriu 8 milhões de ações preferenciais de emissão própria (3,2% do total do limite autorizado pelo programa), ao preço médio de R\$ 11,22 por ação. Em decorrência da bonificação de 5% em ações anunciada em 14.12.2021, o montante de ações preferenciais mantidas em tesouraria passou para 8,4 milhões naquela data.

O Programa de Recompra de Ações de emissão própria para tesouraria foi aprovado com limite de até 250 milhões de ações (50 milhões de ordinárias e 200 milhões de preferenciais) é válido por 18 meses a partir da sua data de aprovação (22.02.2021). A Diretoria da Itaúsa, responsável pela gestão do programa, continuará monitorando eventuais oportunidades de recompra com vistas à alocação eficiente de capital, sempre observando o momento de mercado, eventuais períodos de restrição impostos pela Resolução CVM 44 (antiga Instrução CVM 358), bem como as condições patrimoniais e de liquidez da Companhia.

6.3. Evolução da base acionária

Em 31.12.2021, a Itaúsa detinha **925,3 mil acionistas** diretos (sendo 99,6% pessoas físicas) em sua base, crescimento de 4,5% em relação aos 885,6 mil acionistas na mesma data do ano anterior configurando, dessa forma, uma das maiores bases ativas de investidores da B3 de empresas privadas.



7. Remuneração aos acionistas

7.1. Proventos e *dividend yield* (últimos 12 meses)

Os investidores que permaneceram como acionistas nos últimos 12 meses findos em 31.12.2021 farão jus ao recebimento do montante bruto total de **R\$ 3,3 bilhões** em proventos, ou seja, R\$ 0,394165 (brutos) por ação que, ajustados pela bonificação de 5% em ações realizada em dezembro de 2021 totalizaram R\$ 0,375395 (brutos) por ação, e divididos pela cotação da ação preferencial em 31.12.2021, resultou em 4,2% de *dividend yield*.

Exercício Competência	Proventos Declarados	Posição Acionária	Data de Pagamento	Montante Bruto Declarado	Valor bruto por ação ²
2020	JCP ¹	22.01.2021	12.03.2021	R\$ 174,9 milhões	R\$ 0,020800
	Dividendos trimestrais	26.02.2021	01.04.2021	R\$ 168,2 milhões	R\$ 0,020000
	JCP ¹	09.03.2021	26.08.2021	R\$ 130,0 milhões	R\$ 0,015456
	JCP ¹	25.03.2021	26.08.2021	R\$ 160,5 milhões	R\$ 0,019080
	JCP ¹	27.04.2021	26.08.2021	R\$ 179,2 milhões	R\$ 0,021310
2021	JCP ¹	24.05.2021	26.08.2021	R\$ 154,8 milhões	R\$ 0,018400
	Dividendos trimestrais	31.05.2021	01.07.2021	R\$ 168,1 milhões	R\$ 0,020000
	JCP ¹	13.08.2021	26.08.2021	R\$ 313,9 milhões	R\$ 0,037340
	Dividendos trimestrais	31.08.2021	01.10.2021	R\$ 168,1 milhões	R\$ 0,020000
	JCP ¹	23.11.2021	11.03.2022	R\$ 1.300,1 milhões	R\$ 0,154720
	JCP ¹	30.11.2021	03.01.2022	R\$ 197,7 milhões	R\$ 0,023530
	JCP ¹	13.12.2021	01.04.2022	R\$ 197,7 milhões	R\$ 0,023530
Total de proventos dos últimos 12 meses					R\$ 0,394165
Total de proventos dos últimos 12 meses ajustado pela bonificação de 5%³				R\$ 3.313,4 milhões	R\$ 0,375395
Valor da ação preferencial (ITSA4) em 31.12.2021					R\$ 8,93
Dividend Yield					4,2%

(1) Os juros sobre capital próprio (JCP) são sujeitos à tributação de 15% de Imposto de Renda, retidos na fonte, conforme legislação vigente.

(2) O capital social da Itaúsa é composto por 8.831.355.677 ações (das quais 8,4 milhões ações preferenciais permaneciam em tesouraria em 31.12.2021).

(3) Conforme convenção de mercado, o *Dividend Yield* foi calculado considerando os proventos por ação ajustados pela bonificação de 5% realizada em dezembro de 2021 divididos pelo valor da ação (ITSA4) em 31.12.2021 (Fonte: Econômica).

O Conselho de Administração da Companhia, reunido em 13.12.2021, declarou Juros Sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 1.176,5 milhões (líquido de imposto de renda: R\$ 1.000 milhões) ou R\$ 0,13334 por ação (líquido de imposto de renda: R\$ 0,113339 por ação), com base na posição acionária ao final do dia 14.01.2022, os quais serão pagos em 11.03.2022.

Tendo em vista a redução no ritmo das atividades das empresas investidas no início da pandemia e a limitação temporária de distribuição de dividendos, imposta pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras em 2020, houve diminuição do fluxo de caixa recebido pela Itaúsa em 2020 e no 1T21, o que resultou na redução temporária dos dividendos pagos pela Companhia nos últimos 12 meses e, conseqüentemente, do *dividend yield*.

Histórico do <i>Dividend Yield</i> da Itaúsa				
Ano Base	2018	2019	2020	2021
<i>Dividend Yield</i>	7,4%	8,5%	5,5%	4,2%

O histórico completo de proventos pagos e a pagar já anunciados está disponível em www.itausa.com.br/dividendos-e-jcp.

7.2. Aumento do Capital Social com Bonificação em Ações

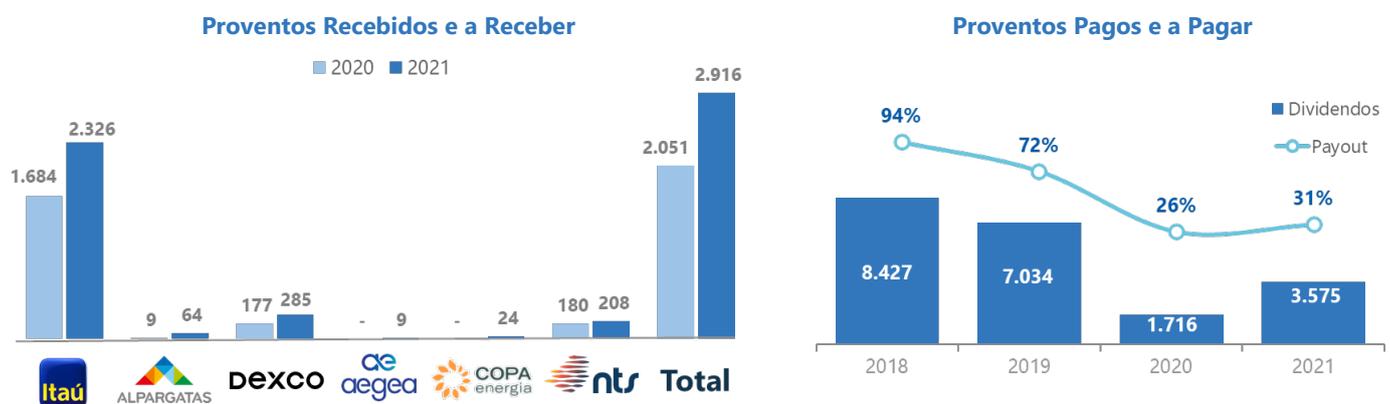
O Conselho de Administração da Itaúsa, reunido em 13.12.2021, aprovou o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização de reserva de lucros de R\$ 7,9 bilhões, resultando em um capital social de R\$ 51,5 bilhões. A capitalização foi feita com a emissão de 420.540.747 novas ações escriturais (sendo 144.491.889 ordinárias e 276.048.858 preferenciais), que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 5 novas ações para cada 100 ações da mesma espécie que os acionistas possuíam na posição acionária final do dia 20.12.2021.

A bonificação foi efetuada em números inteiros e as novas ações entraram na posição dos acionistas em 23.12.2021, eventuais sobras decorrentes de frações de ações serão separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas na Bolsa de Valores e o produto da venda será disponibilizado, proporcionalmente, aos titulares dessas frações, em data a ser informada oportunamente.

Adicionalmente, informamos que o custo atribuído às ações bonificadas é de R\$ 18,891662 por ação, e ele foi atribuído de forma a maximizar o benefício fiscal aos acionistas, respeitando as reservas de lucros disponíveis. O custo foi calculado considerando o valor de reservas de lucros disponível para a bonificação (ou seja, R\$ 7,9 bilhões) dividido pelo número de novas ações emitidas.

7.3. Fluxo de Dividendos e JCP^{1,2}

Apresentamos a seguir o fluxo de dividendos e JCP com **base na competência deste exercício social**, o qual a Administração entende ser mais adequado para acompanhar a prática de distribuição de proventos da Companhia que tem sido a de, no mínimo, repassar integralmente o valor recebido de proventos de sua investida Itaú Unibanco.



(1) Referente ao Balanço Individual (valores em R\$ milhões).

(2) *Payout* = Dividendos e JCP líquidos pagos e a pagar / Lucro Líquido deduzido da reserva legal de 5%.

8. Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381

Procedimentos adotados pela sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2021, os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes prestaram os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa, que equivalem a 17,72% do total dos honorários devidos aos serviços de auditoria externa aos mesmos auditores, conforme previsto na Instrução CVM nº 381:

Itaúsa S.A.: (i) asseguarção do ajuste de preço na aquisição da Copagaz, contratado em 20.01.2021, no valor de R\$ 152 mil; (ii) asseguarção do Formulário de Referência e do Relato Integrado, contratado em 17.09.2021, no valor de R\$ 126 mil; e (iii) outros serviços, contratados em 30.07.2021, no valor de R\$ 5 mil.

Controlada Dexco: (i) serviços de consultoria em projetos, contratado em 01.07.2021 e 25.11.2021, no valor de R\$ 347 mil.

Justificativa dos auditores independentes – PwC: A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

9. Anexos

9.1. Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas

Apresentamos abaixo os principais destaques dos resultados do 4T21 e 2021 das empresas investidas que compõem o portfólio da Itaúsa.

Empresas Investidas	Setor	Participação ¹ no capital total	Listagem
Itaú Unibanco Holding S.A. ²	Instituição Financeira (Banco)	37,32%	B3: ITUB4
XP Inc.	Produtos e Serviços Financeiros	13,68%	Nasdaq: XP
Alpargatas S.A.	Calçados e Vestuários	29,18%	B3: ALPA4
Dexco S.A.	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,86%	B3: DXCO3
Aegea Saneamento e Participações S.A.	Saneamento Básico	12,88%	Cia. fechada
Copa Energia S.A.	Distribuição de Gás (GLP)	48,93%	Cia. fechada
Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS) ³	Transporte de Gás Natural	8,50%	Cia. fechada

(1) Considera o percentual de participação direta e indireta detida pela Itaúsa em 31.12.2021, conforme Nota Explicativa nº 1 (Contexto Operacional).

(2) A Itaúsa detém participação indireta no Itaú Unibanco Holding por deter participação de 66,53% no capital da IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A., cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco.

(3) A Itaúsa detém participação direta e indireta na NTS de 8,5% por intermédio da Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A.



Itaú Unibanco Holding S.A.

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
RESULTADO OPERACIONAL						
Produto Bancário ¹	36.387	35.077	3,7%	129.212	117.900	9,6%
Perda Esperada de Ativos Financeiros e Sinistros	(6.169)	(4.210)	46,5%	(14.379)	(25.980)	-44,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(16.785)	(16.991)	-1,2%	(62.549)	(64.207)	-2,6%
LUCRATIVIDADE E RETORNO						
Lucro Líquido ²	6.596	8.982	-26,6%	26.760	18.896	41,6%
Lucro Líquido Recorrente ²	7.000	6.390	9,5%	27.662	19.077	45,0%
ROE (anualizado)	17,6%	25,8%	-8,2 p.p.	18,2%	14,2%	4,0 p.p.
ROE Recorrente (anualizado)	18,6%	18,3%	0,3 p.p.	18,8%	14,3%	4,5 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL						
Patrimônio Líquido	152.864	142.993	6,9%	152.864	142.993	6,9%
Carteira de Crédito ³	1.030.674	873.083	18,1%	1.030.674	873.083	18,1%
Índice de capital Nível I	13,0%	13,2%	-0,2 p.p.	13,0%	13,2%	-0,2 p.p.

(1) Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais do hedge nos investimentos no exterior. | (2) Atribuível aos acionistas controladores. | (3) Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados.

- A **centralidade no cliente** seguiu prioritária no banco. Em 2021 foi lançado o projeto **iVarejo 2030** que consiste em mudar a experiência dos clientes ressignificando a proposta de valor dos negócios por meio de duas frentes principais: (i) as abordagens **Phygital** (relacionamento com o banco nos canais físicos ou digitais) e **Omnichannel** (integração de canais).
- **Banco digital iti:** atingiu a marca de 14,6 milhões de clientes, sendo 4,7 milhões de clientes adquiridos no 4T21, demonstrando o fortalecimento do banco nesse segmento de atuação. Além disso, 4,1 milhões de clientes foram adquiridos por meio de outros canais digitais.
- **Carteira de Crédito:** atingiu **R\$ 1,0 trilhão em 2021**, aumento de 18,1% em 12 meses, impulsionada pelo crescimento nos principais segmentos no Brasil (+30% em pessoas físicas, +23% em micro, pequenas e médias empresas, +16% em grandes empresas) e crescimento de 3% na América Latina. O efeito positivo foi acompanhado pelo aumento de 55,2% na receita de juros com operações de crédito.
- **Crédito Imobiliário: R\$ 46 bilhões originados em 2021 para pessoas físicas**, crescimento de 128% em relação ao ano anterior, levando o Itaú Unibanco a se consolidar como o maior banco privado nesse mercado.
- As **receitas com prestação de serviços e resultado de seguros e previdência cresceram 18,2%** no comparativo anual em função do maior faturamento na atividade de emissão de cartões e aquisição.
- A **perda esperada de ativos financeiros e sinistros no 4T21 aumentou em R\$ 2,0 bilhões** em relação ao 4T20, principalmente pelo aumento de perda esperada com operações de crédito. Considerando as provisões de operações sem características de crédito, as perdas esperadas de ativos financeiros e de sinistros cresceram em 36,1%, ou R\$ 1,7 bilhão, no comparativo anual.
- **Lucro Líquido:** redução de 26,6% em relação ao 4T20, fruto, principalmente, do ganho na alienação parcial de participação na XP Inc. ocorrida no 4T20 e do impacto negativo de R\$ 765 milhões não recorrente no 4T21 relacionados à majoração da alíquota da CSLL. No ano, o **incremento de 41,6%** foi resultado do crescimento de 9,6% do Produto Bancário, principalmente pelo aumento de 15,2% na receita financeira líquida, em função de maiores receitas com operações de crédito, do aumento de 10,8% das receitas com prestação de serviços e resultado de seguros e previdência, e redução de 44,7% em perdas esperadas de ativos financeiros e de sinistros.
- **Lucro Líquido Recorrente:** aumento de 9,5% em relação ao 4T20, devido ao crescimento de 18,2% na receita financeira líquida, 12,1% nas receitas com prestação de serviços, redução de 1,2% em despesas gerais e administrativas, parcialmente compensada pelo aumento em perdas esperadas de ativos financeiros e de sinistros.
- A gestão de capital é primordial, pois é por meio dela que se busca otimizar a aplicação dos recursos e garantir a solidez do banco. Ao final de dezembro de 2021, o **índice de capital de Nível I estava em 13,0%**, acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (9,0%).

i Para mais informações sobre os resultados do Itaú Unibanco, acesse: www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores

XP Inc.

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
RESULTADO OPERACIONAL						
Ativos sob custódia	815	660	23,5%	815	660	23,5%
Receita Líquida	3.260	2.395	36,1%	12.077	8.152	48,1%
EBITDA Ajustado	1.390	891	56,0%	4.848	2.918	66,1%
Margem EBITDA Ajustado	42,7%	37,2%	5,5 p.p.	40,1%	35,8%	4,3 p.p.
LUCRATIVIDADE E RETORNO						
Lucro Líquido ¹	991	602	64,6%	3.592	2.081	72,6%
ROE (anualizado) ¹	28,5%	24,6%	3,9 p.p.	28,6%	24,5%	4,1 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL						
Carteira de Crédito ² (R\$ bilhões)	10,2	3,9	161,5%	10,2	3,9	161,5%

(1) Atribuível aos acionistas controladores. | (2) Não inclui empréstimos e recebíveis relacionados a cartão de crédito.

- **Carteira de Crédito:** atingiu **R\$ 10,2 bilhões** com *duration* de 3,3 anos.
- **Ativos sob Custódia:** aumento de 23,5% em relação a 2020 reflete R\$ 230 bilhões de captação líquida e R\$ 75 bilhões de desvalorização de mercado.
- **Receita Líquida:** crescimento de 36,1% e 48,1% no 4T21 e 2021, respectivamente, é fruto, principalmente, do negócio de varejo, impulsionado pela maior demanda de clientes por produtos de renda fixa e estruturados, além de maior receita com novos negócios (previdência, cartões, crédito e seguros).
- **Lucro Líquido:** crescimento de 65% no 4T21 é resultado do incremento da receita e alavancagem operacional, mesmo com o aumento do *headcount* realizado para acelerar as novas iniciativas de negócios. Em 2021 o incremento de 73% é explicado pela expansão da margem bruta e da menor alíquota efetiva de impostos, fruto de um *mix* mais favorável de receitas e despesas.
- **A oferta de cartões de crédito**, que foi lançado em março de 2021, já apresenta crescimento acelerado no período. O volume transacionado atingiu R\$ 4,4 bilhões no 4T21 (crescimento de 35% em relação ao 3T21), ultrapassando os R\$ 10 bilhões no ano.
- Em 04.10.2021, com a conclusão da incorporação da XPart, a XP Inc. (empresa listada na Nasdaq, *ticker* XP) passou a ter **BDRs negociados na bolsa de valores brasileira (B3)** sob o *ticker* XPBR31, ampliando a liquidez da ação.
- No 4T21, a XP anunciou a **compra de participação minoritária na AZ Quest e na Vista**, fortalecendo sua estratégia de fomentar e desenvolver o mercado de gestores e distribuidores do país.

i Para mais informações sobre os resultados da XP Inc., acesse: <https://investors.xpinc.com/>

ALPARGATAS

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
RESULTADO OPERACIONAL						
Volume (mil pares/peças) ¹	76.701	78.704	-2,5%	260.090	230.106	13,0%
Brasil	70.445	73.293	-3,9%	228.760	207.540	10,2%
Internacional	6.257	5.411	15,6%	31.330	22.566	38,8%
Receita Líquida	1.069	995	7,4%	3.949	3.143	25,6%
EBITDA	169	125	35,2%	750	425	76,3%
Margem EBITDA	15,8%	12,6%	3,2 p.p.	19,0%	13,5%	5,5 p.p.
LUCRATIVIDADE E RETORNO						
Lucro Líquido ²	294	54	444,2%	690	140	391,9%
Lucro Líquido Recorrente ³	150	185	-18,9%	573	462	23,9%
ROE (anualizado) ²	28,9%	7,4%	21,5 p.p.	21,7%	5,0%	16,7 p.p.
ROE Recorrente (anualizado) ³	16,2%	25,4%	-9,2 p.p.	18,0%	15,9%	2,1 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL						
CAPEX	159	95	67,6%	339	187	81,4%

(1) Considera somente operações Havaianas. | (2) Atribuível ao acionista controlador. | (3) Atribuível aos acionistas controladores (pro forma).

- **Aquisição da loasys amplia capacidade de transformação digital** da companhia, que hoje conta com mais de 430 colaboradores nas áreas de tecnologia e *design*.
- **Gestão eficiente de capital:** conclusão, em dezembro, da alienação da totalidade da participação detida na **Osklen** e anúncio da aquisição de 49,9% da **Rothy's** com opção de compra do restante do capital da companhia em momento posterior, um importante passo da Alpargatas para tonar-se uma **powerhouse de marcas**.
- **Investimentos anunciados da ordem de R\$ 600 milhões em 2022** para expansão de capacidade fabril, otimização da malha logística e novas tecnologias de produto e processo, irão impulsionar Havaianas em volume de produção, redução de custos e melhorias no nível de serviço.
- **Receita Líquida:** crescimento de 7,4% no 4T21, com destaque para a expansão do mercado internacional e para as iniciativas de RGM em Havaianas Brasil, onde o preço/mix cresceu 9,8%. Em 2021, a receita líquida atingiu recorde histórico, impulsionada pelo crescimento de volumes, além das iniciativas de RGM.
- **EBITDA 2021:** favorecido pela **melhora de volume de vendas e receita**, além dos ganhos de produtividade e controle de despesas operacionais obtidos por meio do Orçamento Base Zero, parcialmente compensados pelos aumentos globais de custos de matéria-prima.
- **Sólida posição financeira líquida de caixa**, totalizando R\$ 482 milhões ao final de 2021, resultado, principalmente, da forte geração de caixa operacional e recebíveis de operações descontinuadas.
- **Proventos:** declaração de proventos sob a forma de **Juros sobre Capital Próprio** no montante de **R\$ 240 milhões em 2021**, sendo que R\$ 150 milhões foram pagos em novembro de 2021 e R\$ 90 milhões serão pagos em 2022.

i Para mais informações sobre os resultados da Alpargatas, acesse: <https://ri.alpargatas.com.br>

DEXCO

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
RESULTADO OPERACIONAL						
Receita Líquida	2.251	1.894	18,9%	8.170	5.880	39,0%
Divisão Madeira	1.302	1.056	23,3%	4.762	3.251	46,5%
Divisão Deca	630	549	14,8%	2.251	1.718	31,0%
Divisão Revestimentos Cerâmicos	319	289	10,4%	1.157	911	27,0%
EBITDA Ajustado e Recorrente	588	516	13,9%	2.188	1.288	69,9%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	26,1%	27,3%	-1,2 p.p.	26,8%	21,9%	4,9 p.p.
LUCRATIVIDADE E RETORNO						
Lucro Líquido	581	302	92,6%	1.726	454	280,1%
Lucro Líquido Recorrente	407	281	44,6%	1.148	528	117,4%
ROE (anualizado)	39,6%	24,0%	15,6 p.p.	31,2%	9,3%	21,9 p.p.
ROE Recorrente (anualizado)	27,7%	22,4%	5,3 p.p.	20,8%	10,8%	10,0 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL						
CAPEX (Manutenção e Expansão)	587	162	262,3%	1.173	996	17,8%
Dívida Líquida/EBITDA	1,12x	1,15x	-0,03x	1,12x	1,15x	-0,03x

- Com a robusta retomada do setor da construção civil em 2021, a Dexco superou novamente todos os seus recordes e apresentou o **melhor resultado histórico da companhia**, com EBITDA de R\$ 2,2 bilhões no ano (70% superior a 2020).
- **Forte geração de caixa** do ano no montante de **R\$ 900,5 milhões e 41% de conversão de caixa**.
- **Celulose Solúvel:** 93% da construção já concluída e início das operações previsto para março/2022.
- **Crescimento de receita líquida em todas as divisões**, devido ao melhor *mix* de produtos, aliado à bem-sucedida implementação de aumentos de preços, impulsionaram a melhora de margens.
- **Créditos tributários** decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS resultaram em impacto positivo e não recorrente (líquido dos efeitos fiscais) de cerca de R\$ 756 milhões no ano.
- **Proventos:** pagamento de dividendos e JCP no montante bruto de **R\$ 878 milhões**, equivalente a **51% de payout**.
- Anúncio do **Programa de Recompra de Ações**, com potencial de aquisição de 20 milhões de ações.
- Manutenção do **baixo índice de alavancagem** (1,12x) mesmo após dividendos recordes.

i Para mais informações sobre os resultados da Dexco, acesse: www.dex.co/ri



R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
RESULTADO OPERACIONAL						
Volume faturado ('000 m ³)	136	118	15,3%	517	448	15,4%
Receita Líquida ¹	823	607	35,5%	2.939	2.312	27,1%
EBITDA	597	277	115,1%	1.822	1.337	36,3%
Margem EBITDA	72,5%	45,7%	26,8 p.p.	62,0%	57,8%	4,2 p.p.
LUCRATIVIDADE E RETORNO						
Lucro Líquido ²	191	51	273,3%	501	504	-0,7%
Lucro Líquido Recorrente ²	191	51	273,3%	501	368	35,9%
BALANÇO PATRIMONIAL						
CAPEX	233	144	61,8%	776	522	48,7%
Dívida Líquida/EBITDA	2,76x	3,06x	-0,30x	2,76x	3,06x	-0,30x

(1) Receita operacional líquida deduzida das receitas de construção com margem próxima a zero e sem efeito-caixa. | (2) Atribuível aos acionistas controladores.

Nota: A Itaúsa detém posição acionária de 10,20% do capital votante e 12,88% do capital total da Aegea Saneamento. Adicionalmente, possui participação de 5,01% e 4,89% do total das ações preferenciais classe A das SPEs 1 e 4 da Águas do Rio, respectivamente. A tabela acima apresenta as informações da Aegea Saneamento, considerando os resultados de Águas do Rio (SPEs 1 e 4) reconhecidos por equivalência patrimonial, sendo que em 2021 a empresa Águas do Rio apresentou dois meses de operação.

Disclaimer: A divulgação das Demonstrações Financeiras auditadas da Aegea referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 está programada para ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2022. Conforme Fato Relevante publicado pela Aegea nesta data, as informações aqui reportadas são preliminares e estão em estágio final de revisão pelos seus auditores independentes, sendo, portanto, sujeitas a eventuais ajustes.

- **Receita Líquida:** o aumento reflete o **crescimento do volume faturado** decorrente, principalmente, da entrada em operação de novas PPPs e expansão de rede nas concessões, e dos **reajustes tarifários**.
- **EBITDA e Lucro Líquido:** o crescimento é resultado, principalmente, do aumento **no volume faturado**, dos **reajustes tarifários** e dos **resultados de Águas do Rio**, coligada da Aegea que entrou em operação em 1º de novembro de 2021.
- **CAPEX:** aumento em decorrência da **retomada de investimentos**, na comparação com o ano anterior, quando projetos não prioritários e obrigatórios foram postergados em decorrência das medidas de preservação de caixa e manutenção da liquidez, bem como da adição de novas PPPs ao portfólio.

i Para mais informações sobre os resultados da Aegea Saneamento, acesse: <https://ri.aegea.com.br/>



R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
RESULTADO OPERACIONAL						
Volume ('000 tons)	441	477	-7,5%	1.856	1.927	-3,7%
Receita Líquida	2.591	2.090	24,0%	10.240	7.906	29,5%
EBITDA	115	20	475,0%	580	1.125	-48,4%
Margem EBITDA	4,4%	0,9%	3,5 p.p.	5,7%	14,2%	-8,5 p.p.
LUCRATIVIDADE E RETORNO						
Lucro (Prejuízo) Líquido	43	-2	n.a.	198	140	41,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido Recorrente	38	-2	n.a.	77	140	-45,0%
BALANÇO PATRIMONIAL						
CAPEX	56	41	36,6%	115	185	-37,8%

Números não auditados. 4T20 e 2020 são pro forma (soma simples dos resultados consolidados de Copagaz e Liquegás para fins de comparabilidade).

- No 4T21, a Copa Energia continuou avançando na **implementação do plano de integração dos negócios**, defesa do *market share* e na melhoria da margem operacional.

- **Volume de vendas:** positivamente impactado pelo bom desempenho do **segmento empresarial**, impulsionado pelo retorno do ritmo das atividades comerciais no país, assim como novos contratos e clientes. Em contrapartida, o **segmento de revenda** teve desaceleração, refletindo a redução do poder de compra das famílias, associado aos diversos repasses de custos de matéria-prima ao consumidor ocorridos ao longo do ano.
- **EBITDA e Lucro Líquido:** aumento em comparação a 2020 resultante, principalmente, **dos reajustes de preços e efeito positivo não recorrente** relativo à alienação de ativos à Fogás e permuta de ativos com a Nacional Gás, ambos ocorridos no âmbito do Acordo de Controle de Concentrações firmado junto ao CADE.

i Para mais informações sobre a Copa Energia, acesse: <https://www.copaenergia.com.br/>



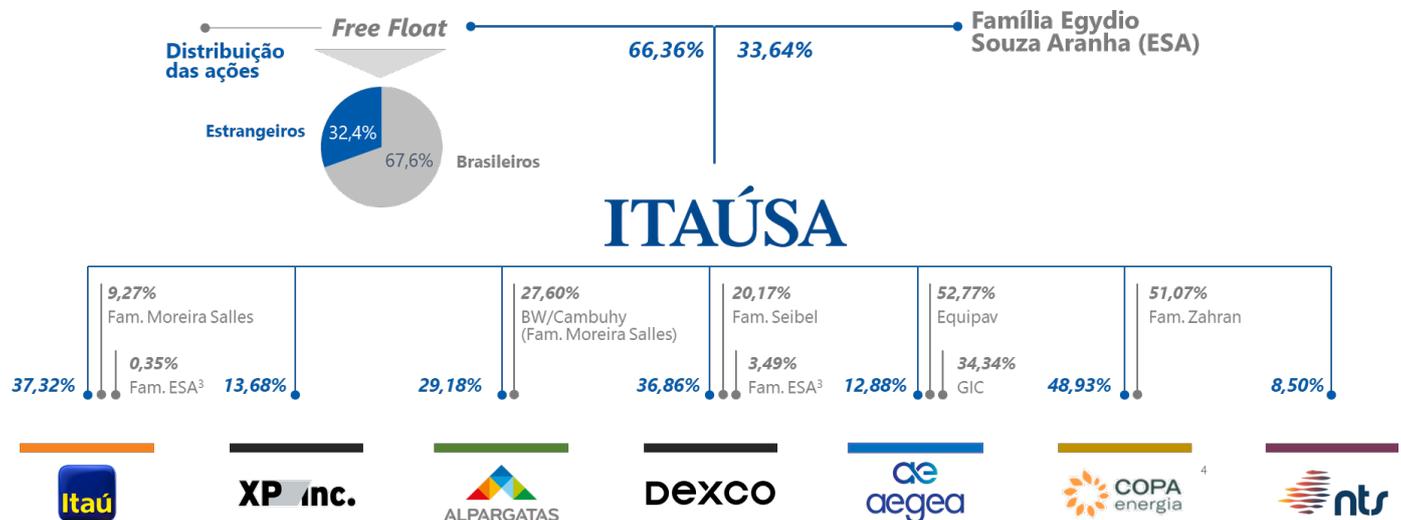
R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T21 ⁽³⁾	4T20	Δ%	2021 ⁽³⁾	2020	Δ%
RESULTADO OPERACIONAL						
Receita Líquida	1.490	1.214	22,7%	5.766	4.671	23,4%
LUCRATIVIDADE E RETORNO						
Lucro Líquido	777	682	13,8%	3.060	2.528	21,0%
Proventos ¹ - Total	430	564	-23,8%	2.737	3.030	-9,7%
Proventos ¹ - % Itaúsa ²	33	43	-23,8%	209	232	-9,7%
BALANÇO PATRIMONIAL						
CAPEX	81	82	-0,7%	206	182	12,7%
Dívida Líquida	3.107	4.322	-28,1%	3.107	4.322	-28,1%

(1) Considera dividendos e juros sobre o capital próprio brutos. | (2) Considera apenas os proventos brutos recebidos diretamente pela Itaúsa. | (3) Resultados preliminares ainda não auditados.

- **Marco de 150 dias de operação própria** atingido no 4T21, sem impactos ou interrupções no serviço de transporte de gás. A NTS passou a exercer diretamente, desde julho, as atividades de operação e manutenção dos gasodutos de transporte de gás de sua propriedade, até então executadas pela Transpetro.
- **Receita Líquida:** crescimento no 4T21 e 2021, respectivamente, é fruto de **reajustes contratuais**.
- **Lucro Líquido:** avanços no 4T21 e 2021, respectivamente, como resultado de **reajustes contratuais**, parcialmente compensados pelo impacto negativo da **despesa financeira** atrelada ao CDI sobre a dívida.
- **Proventos pagos diretamente à Itaúsa** no montante de **R\$ 33 milhões** no 4T21 e **R\$ 209 milhões** em 2021.
- Eleição do **novo CEO, Erick Portela Pettendorfer**, com mandato a partir de 01.01.2022, substituindo Wong Loon, antigo CEO, que foi eleito como conselheiro de administração, com mandato a partir de 01.02.2022.

i Para mais informações sobre os resultados da NTS, acesse: <https://ri.ntsbrasil.com>

9.2. Estrutura Acionária em 31.12.2021^{1,2}



(1) As participações apresentadas desconsideram as ações em tesouraria.

(2) Corresponde a participação direta e indireta nas companhias.

(3) Ações detidas diretamente por pessoas físicas ou entidades da Família ESA.

(4) Aumento de participação da Itaúsa (de 48,5% para 48,93%) decorreu do aumento capital social da Copa Energia, por meio da integralização das debêntures detidas pela Itaúsa, no valor de R\$ 21 milhões.

9.3. Balanço Patrimonial (individual) em 31.12.2021

(R\$ milhões)

ATIVO	31.12.2021	31.12.2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2021	31.12.2020
Ativos Financeiros	4.863	3.570	Passivo	8.716	5.642
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.398	1.092	Debêntures	5.015	2.494
Ativos Financ. VJR - NTS	1.516	1.473	Dividendos/JCP a Pagar	1.882	1.232
Ativos Financ. Debêntures Copagaz	-	20	Obrigações a Pagar (aquisição NTS)	-	425
Dividendos/JCP a Receber	949	985	Obrigações Fiscais	80	29
Ativos Fiscais	1.030	852	Contingências Tributárias	1.663	1.349
Imp. Renda/Contrib. Social a Compensar	73	179	Passivos de Arrendamentos	8	11
Imp. Renda/Contrib. Social Diferidos	957	673	Obrigações com Pessoal	42	47
Investimentos	68.520	58.347	Fornecedores	19	34
Investimentos em Coligadas e Controladas	68.515	58.342	Outros Passivos	7	21
Outros Investimentos	5	5			
Imobilizado (líquido)	107	103			
Outros Ativos	82	113	Patrimônio Líquido	65.886	57.343
Ativos de Direito de Uso	7	10	Capital Social	51.460	43.515
Despesas Antecipadas	10	23	Reservas	16.891	15.131
Depósitos Judiciais	31	30	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.368)	(1.303)
Outros Ativos	34	50	Ações em Tesouraria	(97)	-
TOTAL DO ATIVO	74.602	62.985	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74.602	62.985

Notas:

- Balanço Patrimonial atribuível aos acionistas controladores.

- O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados compensados pela entidade tributável.

9.4. Apuração do Resultado de Equivalência Patrimonial

A Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas e do resultado de investimentos em ativos financeiros.

Visão do 4º trimestre de 2021 e 2020

(R\$ milhões)

Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	Setor Financeiro				Setor não Financeiro								Holding					
	Itaú		XP Inc.		ALPARGATAS		DEXCO		aegea		COPA energia		ntr		Outras		ITAÚSA	
	4T21	4T20	4T21	4T20	4T21	4T20	4T21	4T20	4T21	4T20	4T21	4T20	4T21	4T20	4T21	4T20	4T21	4T20
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	7.001	6.390	989	-	150	185	437	306	206	-	47	-	-	-	(7)	3		
(x) Participação Direta / Indireta	37,32%	37,39%	14,61%	-	29,18%	29,19%	36,86%	36,61%	AEGEA: 11,21% Rio 1: 8,16% Rio 4: 1,45%	-	48,93%	-	8,50%	7,65%	100%	100%		
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	2.614	2.390	143	-	43	54	161	113	26	-	25	-	-	-	(7)	4	3.005	2.561
(+/-) Outros Resultados	(34)	(20)	-	-	(4)	(5)	-	-	-	-	(129)	-	-	-	-	-	(167)	(25)
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial Recorrente	2.580	2.370	143	-	39	49	161	113	26	-	(104)	-	-	-	(7)	4	2.838	2.536
(+/-) Resultado não Recorrente	(151)	970	(2)	-	36	(38)	53	(3)	-	-	(3)	-	-	-	69	-	2	929
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial	2.429	3.340	141	-	75	11	214	110	26	-	(107)	-	-	-	62	4	2.840	3.465
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	608	386	-	-	608	386
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	2.429	3.340	141	-	75	11	214	110	26	-	(107)	-	608	386	62	4	3.448	3.851
	70,4%	86,7%	4,1%	0,0%	2,2%	0,3%	6,2%	2,9%	0,8%	0,0%	-3,1%	0,0%	17,6%	10,0%	1,8%	0,1%	100,0%	100,0%

Notas:

- As participações (direta e indireta) nas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como um ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio 1 e 4, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas": considera os investimentos na Itautec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).

Visão acumulada de 2021 e 2020

(R\$ milhões)

Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	Setor Financeiro				Setor não Financeiro								Holding					
	Itaú		XP Inc.		ALPARGATAS		DEXCO		aegea		COPA energia		ntr		Outras		ITAÚSA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	27.663	19.077	3.589	-	573	462	1.179	553	309	-	80	-	-	-	(14)	-		
(x) Participação Direta / Indireta	37,33%	37,39%	14,90%	-	29,18%	29,13%	36,79%	36,63%	AEGEA: 11,21% Rio 1: 8,16% Rio 4: 1,45%	-	48,68%	-	8,50%	7,65%	100%	100%		
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	10.328	7.133	286	-	166	135	434	202	37	-	40	-	-	-	(14)	1	11.277	7.471
(+/-) Outros Resultados	(102)	(113)	-	-	(23)	(24)	-	-	-	-	(129)	-	-	-	-	-	(254)	(137)
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial Recorrente	10.226	7.020	286	-	143	111	434	202	37	-	(89)	-	-	-	(14)	1	11.023	7.334
(+/-) Resultado não Recorrente	(221)	63	(2)	-	29	(147)	201	(36)	-	-	57	-	-	-	69	-	133	(120)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial	10.005	7.083	284	-	172	(36)	635	166	37	-	(32)	-	-	-	55	1	11.156	7.214
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	692	385	-	-	692	385
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	10.005	7.083	284	-	172	(36)	635	166	37	-	(32)	-	692	385	55	1	11.848	7.599
	84,4%	93,2%	2,4%	0,0%	1,5%	-0,5%	5,4%	2,2%	0,3%	0,0%	-0,3%	0,0%	5,8%	5,1%	0,5%	0,0%	100,0%	100,0%

Notas:

- A participações (direta e indireta) nas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como um ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio 1 e 4, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas": considera os investimentos na Itautec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).

ITAÚSA S.A.**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente**

Henri Penchas

Vice-Presidentes

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Roberto Egydio Setubal

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal

Edson Carlos De Marchi

Fernando Marques Oliveira (**)

Patrícia de Moraes (**)

Rodolfo Villela Marino

Vicente Furletti Assis (**)

Conselheiros Suplentes

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

Victório Carlos De Marchi

CONSELHO FISCAL**Presidente**

Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros

Eduardo Rogatto Luque

Guilherme Tadeu Pereira Júnior

Isaac Berensztein

Marco Tulio Leite Rodrigues

Conselheiros Suplentes

Carlos Eduardo De Mori Luporini

Felício Cintra do Prado Junior

João Costa

Patrícia Valente Stierli

Rodolfo Latini Neto

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Ricardo Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

Diretores Gerentes

Frederico de Souza Queiroz Pascowitch

Maria Fernanda Ribas Caramuru

Priscila Grecco Toledo

(*) *Diretor de Relações com Investidores*(**) *Conselheiros Independentes***Contadora**

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

ITAÚSA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.398	1.092	3.876	2.887
Títulos e valores mobiliários	6	1.516	1.473	1.516	1.473
Clientes	7	-	-	1.430	1.239
Estoques	8	-	-	1.433	925
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	9	949	985	949	951
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		63	169	190	274
Outros tributos a compensar	10	2	2	89	78
Outros ativos	11	24	38	289	196
Total Circulante		4.952	3.759	9.772	8.023
Não Circulante					
Realizável a longo prazo		1.017	768	4.089	2.851
Títulos e valores mobiliários	6	-	20	40	20
Ativos Biológicos	12	-	-	1.269	1.143
Depósitos judiciais		31	30	120	100
Benefícios a empregados	30.1.1	9	10	109	106
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	957	673	1.252	958
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		8	8	8	8
Outros tributos a compensar	10	-	-	801	18
Direito de uso	14	7	10	374	348
Outros ativos	11	5	17	116	150
Investimentos	15	68.520	58.347	67.628	57.371
Imobilizado	16	107	103	3.736	3.616
Intangível	17	6	8	756	739
Total não Circulante		69.650	59.226	76.209	64.577
TOTAL DO ATIVO		74.602	62.985	85.981	72.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	18	19	27	1.674	1.119
Obrigações com pessoal		42	47	269	254
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	836	571
Debêntures	20	428	2	441	5
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		3	-	18	19
Outros tributos a recolher	10	77	29	154	108
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	22.4.2	1.882	1.232	1.885	1.325
Arrendamentos	14	3	3	28	25
Outros passivos	11	-	2	522	302
Total Circulante		2.454	1.342	5.827	3.728
Não circulante					
Fornecedores	18	-	7	-	7
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.822	1.434
Debêntures	20	4.587	2.492	5.785	3.691
Arrendamentos	14	5	8	376	345
Provisões	21	1.663	1.349	2.040	1.813
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	-	-	149	144
Outros tributos diferidos		7	19	8	19
Outros tributos a recolher	10	-	-	68	87
Benefícios a empregados	30.2	-	-	38	50
Outros Passivos	11	-	425	360	649
Total não Circulante		6.262	4.300	10.646	8.239
TOTAL DO PASSIVO		8.716	5.642	16.473	11.967
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.1	51.460	43.515	51.460	43.515
Reservas de capital	22.2.1	572	586	572	586
Reservas de lucros	22.2.2	16.319	14.545	16.319	14.545
Ajustes de avaliação patrimonial	22.3	(2.368)	(1.303)	(2.368)	(1.303)
Ações em tesouraria	22.5	(97)	-	(97)	-
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		65.886	57.343	65.886	57.343
Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.622	3.290
Total do Patrimônio Líquido		65.886	57.343	69.508	60.633
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.602	62.985	85.981	72.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida	23	-	-	8.170	5.880
Custos dos produtos e serviços	24	-	-	(5.296)	(4.028)
Lucro bruto		-	-	2.874	1.852
Receitas e despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	-	-	(1.006)	(781)
Despesas gerais e administrativas	24	(143)	(129)	(507)	(415)
Resultado de participações societárias	15	11.156	7.214	10.397	6.980
Outras receitas	25	822	132	1.339	88
Total das receitas e despesas operacionais		11.835	7.217	10.223	5.872
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		11.835	7.217	13.097	7.724
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	810	474	1.228	616
Despesas financeiras	26	(776)	(531)	(1.085)	(805)
Total do Resultado Financeiro		34	(57)	143	(189)
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		11.869	7.160	13.240	7.535
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(7)	-	(278)	(111)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	338	(104)	329	(80)
Total dos Tributos sobre o Lucro		331	(104)	51	(191)
Lucro líquido do exercício		12.200	7.056	13.291	7.344
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Controladores		12.200	7.056	12.200	7.056
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	-	1.091	288
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)					
Ordinárias	28	1,38201	0,79897	1,38201	0,79897
Preferenciais	28	1,38201	0,79897	1,38201	0,79897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	12.200	7.056	13.291	7.344
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(1.102)	528	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	-	-	(1.293)	56
Hedge	-	-	392	(1.449)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	(100)	1.957
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	37	(69)	-	-
Remensuração em obrigações de benefício pós-emprego	-	-	43	(67)
Total de Outros resultados abrangentes	(1.065)	459	(958)	497
Total do Resultado abrangente	11.135	7.515	12.333	7.841
Atribuível aos Acionistas Controladores	11.135	7.515	11.135	7.515
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	1.198	326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhões de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						Participação dos não controladores	Total Consolidado	
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.515	529	12.950	-	(1.762)	-	55.232	3.125	58.357
Transações com os acionistas									
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Reversão de dividendos prescritos	-	-	3	-	-	-	3	-	3
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(3.729)	-	-	-	(3.729)	-	(3.729)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	-	57	88	-	-	-	145	3	148
Total do resultado abrangente									
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	459	-	459	38	497
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.056	7.056	288	7.344
Destinação do lucro									
Reserva legal	-	-	353	-	-	(353)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	-	-	(1.823)	(1.823)	(170)	(1.993)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-	-	48	-	-	(48)	-	-	-
Reservas estatutárias	-	-	4.832	-	-	(4.832)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.515	586	14.545	-	(1.303)	-	57.343	3.290	60.633
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.515	586	14.545	-	(1.303)	-	57.343	3.290	60.633
Transações com os acionistas									
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	(90)	-	-	(90)	(59)	(149)
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	7.945	-	(7.938)	(7)	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	6	-	-	-	6	-	6
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(48)	-	-	-	(48)	(247)	(295)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	-	(14)	904	-	-	-	890	(8)	882
Total do resultado abrangente									
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(1.065)	-	(1.065)	107	(958)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.200	12.200	1.091	13.291
Destinação do lucro									
Reserva legal	-	-	610	-	-	(610)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	-	-	(3.350)	(3.350)	(555)	(3.905)
Reservas estatutárias	-	-	8.240	-	-	(8.240)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.460	572	16.319	(97)	(2.368)	-	65.886	3.622	69.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhões de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Ajustes para reconciliação do lucro líquido				
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro	11.869	7.160	13.240	7.535
Resultado de participações societárias	(11.156)	(7.214)	(10.397)	(6.980)
Provisões	282	1	443	96
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)	(250)	(148)	(63)	30
Depreciação, amortização e exaustão	10	7	722	627
Variação do valor justo dos Ativos biológicos	-	-	(129)	(117)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	21	25
Resultado na venda de Investimentos, Imobilizado e Intangível	(903)	-	(903)	69
Exclusão ICMS base PIS e COFINS	-	-	(597)	-
Reversão de provisão ICMS base PIS COFINS	-	-	(142)	-
Outros	-	-	5	(63)
	(148)	(194)	2.200	1.222
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento) Redução de Clientes	-	-	(216)	(116)
(Aumento) Redução em Estoques	-	-	(540)	(23)
(Aumento) Redução em Tributos a compensar	502	168	(313)	172
(Aumento) Redução em Outros ativos	(166)	171	341	83
Aumento (Redução) em Tributos a recolher	(296)	40	(253)	129
Aumento (Redução) em Fornecedores	(15)	9	549	518
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal	(4)	20	13	60
Aumento (Redução) em Outros passivos	25	(354)	279	(355)
	46	54	(140)	468
Caixa proveniente das operações	(102)	(140)	2.060	1.690
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social	-	-	(345)	(194)
Juros pagos sobre Empréstimos, financiamentos e Debêntures	(216)	(40)	(335)	(150)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(318)	(180)	1.380	1.346
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de Investimentos	15.2	(2.572)	(1.260)	(1.260)
Alienação de Investimentos	15.2.5.3	1.270	1	1
Investimentos em Fundo de Corporate Venture Capital	-	-	(39)	-
(Aumento) Redução de capital social em investidas	-	50	(98)	(472)
Aquisição de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos	(14)	(8)	(870)	(496)
Alienação de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos	4	-	34	64
Juros sobre o capital próprio e Dividendos recebidos	2.939	4.520	2.476	4.436
Aquisição de Debêntures	-	(20)	-	(20)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	1.627	3.283	99	2.253
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
(Aquisição) Alienação de Ações em tesouraria	22.5	(90)	(179)	9
Juros sobre o capital próprio e Dividendos pagos	22.4.2	(2.402)	(4.391)	(4.569)
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	2.492	1.291	3.404
Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	-	(309)	(1.405)
Amortização de passivos de arrendamento	14.2	(3)	(67)	(60)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3)	(3.102)	(486)	(3.093)
Variação cambial sobre Caixa e equivalentes de caixa	-	-	(4)	12
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa	1.306	1	989	518
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.092	1.091	2.887	2.369
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.398	1.092	3.876	2.887
	1.306	1	989	518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas	-	-	10.480	7.305
Vendas de produtos e serviços	-	-	10.152	7.310
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(21)	(25)
Outras receitas	-	-	349	20
Insumos adquiridos de terceiros	(716)	(147)	(6.843)	(4.685)
Custos dos produtos e serviços	-	-	(5.299)	(3.809)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(716)	(147)	(1.544)	(863)
Perda no valor recuperável	-	-	-	(13)
Valor adicionado bruto	(716)	(147)	3.637	2.620
Depreciação, amortização e exaustão	(10)	(7)	(722)	(627)
Valor adicionado líquido produzido	(726)	(154)	2.915	1.993
Valor adicionado recebido em transferência	13.494	7.920	13.231	7.825
Resultado de participações societárias	11.156	7.214	10.397	6.980
Receitas financeiras	810	474	1.228	616
Outras receitas	1.528	232	1.606	229
Valor adicionado total a distribuir	12.768	7.766	16.146	9.818
Distribuição do valor adicionado	12.768	7.766	16.146	9.818
Pessoal	65	64	1.110	924
Remuneração direta	59	58	893	747
Benefícios	5	5	158	127
FGTS	1	1	53	45
Outros	-	-	6	5
Impostos, taxas e contribuições	(34)	351	901	982
Federais	(35)	350	825	887
Estaduais	-	-	65	81
Municipais	1	1	11	14
Remuneração de capital de terceiros	537	295	844	568
Juros	537	295	844	568
Remuneração de capital próprio	12.200	7.056	13.291	7.344
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	3.350	1.871	3.905	1.871
Lucros retidos	8.850	5.185	8.850	5.185
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	536	288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaúsa S.A. ("ITAÚSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 17 de junho de 2020, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. para Itaúsa S.A.

As ações da ITAÚSA estão registradas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos "ITSA3" para as ações ordinárias e "ITSA4" para as ações preferenciais. Além do Índice Bovespa – Ibovespa, as ações da ITAÚSA integram determinadas carteiras de segmentos na B3, destacando o Índice de Governança Corporativa – IGC, o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAG, o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE e o Índice Carbono Eficiente – ICO2. Adicionalmente, devido a nossa reconhecida sustentabilidade corporativa, a ITAÚSA também integra outros índices de alcance global como o FTSE4Good (Bolsa de Valores de Londres) e o Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), além de iniciativas como o Carbon Disclosure Project (CDP) e a Sustainalytics.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável. A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,27% das ações ordinárias e 18,08% das ações preferenciais, resultando em 33,61% do capital total.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros ("Itaú Unibanco"), painéis de madeira, louças, metais sanitários, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos ("Dexco"), calçados e artigos de vestuário ("Alpargatas"), transporte de gás natural por meio de gasodutos ("NTS") e distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP ("Copa Energia").

A partir de 30 de abril de 2021 a ITAÚSA aumentou sua participação societária na NTS para 8,5% por meio de integralização de ações na NISA (Nota 6.1).

Em 31 de maio de 2021, após reorganização societária do Itaú Unibanco, com vistas à segregação da linha de negócio referente à participação de 40,52% detida pelo mesmo no capital social da XP Inc. ("XP"), a ITAÚSA passou a deter participação societária na XPART. Posteriormente, após a incorporação da XPART pela XP, a ITAÚSA passou a deter participação direta na XP (Nota 15.2.5).

Em julho de 2021 a ITAÚSA concluiu o processo de aquisição de participação na Aegea, Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, adicionando a seu portfólio de investimentos o setor de saneamento básico (Nota 15.2.6).

O portfólio de investimentos da ITAÚSA é composto das seguintes entidades:

	País de constituição	Atividade	% de Participação (Direta e Indireta) ⁽²⁾	
			31/12/2021	31/12/2020
Controladas em conjunto (Joint ventures)				
Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco")	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,32%	37,39%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR")	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A. ("Alpargatas")	Brasil	Calçados e Vestuários	29,18%	29,19%
Controladas				
Dexco S.A. ("Dexco") ⁽¹⁾	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,86%	36,61%
Itautec S.A. ("Itautec")	Brasil	Holding	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman Ltd. ("ITH Zux Cayman")	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
Coligadas				
Copagaz – Distribuidora de Gás S.A. ("Copa Energia")	Brasil	Distribuição de GLP	48,93%	48,50%
XP Inc. ("XP")	Ilhas Cayman	Holding/Instituição Financeira	13,68%	-
Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea")	Brasil	Saneamento	12,88%	-
Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Águas do Rio 1")	Brasil	Saneamento	5,01%	-
Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Águas do Rio 4")	Brasil	Saneamento	4,89%	-
Ativos financeiros				
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS ("NTS")	Brasil	Transporte de gás natural	8,50%	7,65%
Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA")	Brasil	Holding	8,50%	-

⁽¹⁾ Em 18 de agosto de 2021 foi aprovada a mudança da denominação social de "Duratex S.A." para "Dexco S.A."

⁽²⁾ Desconsidera as ações em tesouraria.

Estas Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

A Administração avaliou a capacidade da ITAÚSA e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que, apesar dos impactos e da incerteza na duração e extensão da pandemia da COVID-19, as empresas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela ITAÚSA na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1; (ii) os passivos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do ativo, conforme demonstrado na nota 30; e (iii) os ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado na nota 12.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da ITAÚSA e suas controladas.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente do Real, quando aplicável, são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do Balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes".

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos no Resultado financeiro.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração da ITAÚSA e de suas controladas se utilizem de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Reconhecimento dos tributos diferidos (Notas 3.10, 13 e 27);
- Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Notas 3.1.4 e 4.1.2);
- Provisões e Ativos e Passivos contingentes (Notas 3.14 e 21);
- Determinação do valor justo para ativos biológicos (Notas 3.5 e 12);
- Reconhecimento de ativos e passivos relacionados a planos de previdência (Notas 3.11 e 30); e
- Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Notas 3.9, 15.5, 16.4 e 17.4).

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

A ITAÚSA consolida suas controladas a partir do momento em que obtém o controle sobre as mesmas. As Demonstrações Contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis da ITAÚSA, utilizando políticas e práticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas Demonstrações Contábeis das controladas para adequar suas políticas e práticas contábeis às políticas contábeis da ITAÚSA.

Os montantes relativos aos acionistas não controladores, provenientes das controladas cuja participação societária detida pela ITAÚSA não corresponda à totalidade do Capital social, estão destacadas no Balanço Patrimonial na rubrica "Participação dos acionistas não controladores", na Demonstração do Resultado na rubrica "Lucro líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores" e na Demonstração do Resultado Abrangente na rubrica "Total do Resultado Abrangente atribuível aos Acionistas Não Controladores".

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados.

2.6. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC, emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.6.1. Normas e interpretações revisadas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2021

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma "Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento" que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para ao CPC 06 (R2) / IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário contabilize qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.

O expediente prático, até então, só se aplicava em benefícios concedidos para pagamentos de arrendamento se, originalmente, devidos antes de 30 de junho de 2021. No entanto, como os desafios econômicos decorrentes da COVID-19 tem persistido por mais tempo do que o inicialmente previsto, o IASB estendeu o expediente prático por mais 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2022.

Na adoção da norma a ITAÚSA e suas controladas analisaram seus contratos de arrendamento e, quando aplicável, aplicaram o expediente prático. Não houve impactos significativos decorrente da adoção nas Demonstrações Contábeis.

2.6.2. Normas e interpretações revisadas e não adotadas pela ITAÚSA e suas controladas

As normas abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2021. A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2022:

- Alterações à IFRS 3 / CPC 15(R1) – Combinação de negócios
- Alterações à IAS 16 / CPC 27 – Imobilizado
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020

Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2023:

- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- Alterações à IAS 12 / CPC 32 – Tributos sobre o lucro
- Alterações à IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Norma cuja data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB:

- Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em conjunto

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

- **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do resultado.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros, reconhecido em contrapartida do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A ITAÚSA e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

3.1.3. Derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

São reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas da parcela efetiva registrados em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A ITAÚSA e suas controladas não realizam a contratação de derivativos de caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

3.1.4. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da ITAÚSA e suas controladas.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A ITAÚSA e suas controladas entendem que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Clientes

Correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades das controladas. São registradas, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescidas, quando aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas Demonstrações Contábeis. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

A PECLD é constituída com base em análise individual dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.

Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.

A matriz de risco será revisada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

A PECLD é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na rubrica "Outras Receitas e Despesas", na Demonstração do Resultado.

3.4. Estoques

Estão mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo corresponde ao custo médio de aquisição ou de produção, avaliado com base na média ponderada móvel, o qual não excede aos valores de reposição ou de realização. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A controlada Dexco possui política para constituição de provisão para perdas no estoque de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração considera que foram constituídas provisões para perda nos estoques em montantes suficientes.

3.5. Ativos Biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida para florestas de Eucalipto e quatro anos para florestas de Pinus), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente, ou na medida em que são concluídos inventários rotativos, sendo os ganhos ou perdas decorrentes do reconhecimento do valor justo reconhecidos na Demonstração de Resultado na rubrica de "Custo dos produtos e serviços". A exaustão, também apropriada na rubrica de "Custo dos produtos e serviços", é proveniente dos ativos colhidos no exercício e é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Foram adotadas diversas estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as Demonstrações Contábeis. As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos e uma análise de sensibilidade dos mesmos estão detalhadas na nota 12.

3.6. Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em decorrência da participação acionária da ITAÚSA nestas empresas. São reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados, subsequentemente, pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, estes investimentos incluem o montante de ágio (*goodwill*) identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Anualmente, a ITAÚSA avalia se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas, coligadas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a ITAÚSA calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na Demonstração do Resultado.

A ITAÚSA não reconhece perdas adicionais em seus Investimentos em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome das investidas.

3.6.1. Investimentos em controladas diretas e indiretas

Os investimentos em controladas são aqueles em que a ITAÚSA está exposta ou possui direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

Esses investimentos são consolidados integralmente para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

3.6.2. Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são as investidas nas quais o investidor tem influência significativa, porém, não detém o controle.

Controladas em conjunto são as investidas as quais a ITAÚSA e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras da entidade. Podem ser classificados como operações em conjunto ou *joint ventures*, dependendo dos direitos e das obrigações contratuais dos investidores.

A participação da ITAÚSA nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto e coligadas é reconhecida na rubrica "Resultado de participações societárias" na Demonstração do Resultado. Já a participação nas movimentações do Patrimônio Líquido das controladas em conjunto e coligadas também são reconhecidas em rubricas equivalentes do Patrimônio Líquido da ITAÚSA.

3.6.3. Combinação de negócios

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento de aquisições de investimentos, cuja característica é definida como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores, redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. Na empresa adquirente, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido da empresa adquirida é reconhecida na rubrica de Investimento segregado em: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da adquirida; e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e representa a expectativa de geração de valor no futuro.

Na combinação de negócios de empresas controladas, os ágios (*goodwill*) são classificados na rubrica de "Investimentos" nas Demonstrações Contábeis Individuais e classificadas na rubrica de "Intangível" nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida em que são incorridos.

3.7. Imobilizado

Estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de formação/construção.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos no resultado na rubrica "Outras receitas e despesas".

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada item. As estimativas de vida útil dos respectivos itens são revisadas ao final de cada exercício.

3.8. Intangível

Compreende bens incorpóreos e são reconhecidos quando: (i) provém de direitos legais ou contratuais; (ii) seu custo pode ser mensurável confiavelmente; e (iii) é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso.

Referem-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente e podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados, no mínimo, anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, ou quando houver indícios de perdas.

3.8.1. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável com base no método linear.

3.8.2. Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Não são amortizados, uma vez que possuem vida útil indefinida.

3.8.3. Carteira de clientes

É reconhecida apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização é calculada utilizando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

3.8.4. Ágio (*Goodwill*)

Conforme descrito na nota 3.6.3, o ágio representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros – Investimento, Imobilizado e Intangível

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso é calculado por meio de metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, condições de mercado e os riscos de negócio.

Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa).

Os ativos com vida útil definida, aqueles sujeitos à depreciação ou amortização, são avaliados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Para os ativos de vida útil indefinida a ITAÚSA e suas controladas realizam a avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida, com exceção da perda por redução ao valor recuperável do ágio, caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.10. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados conforme a legislação tributária vigente pertinente a cada tributo. Sobre o lucro tributável incide as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente de R\$240 mil, para o IRPJ e 9% para a CSLL. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

São reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Tributos sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado abrangente.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, podendo estar segregados entre Circulante e Não circulante conforme a expectativa de compensação/liquidação. Com relação ao IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias sobre as bases fiscais dos ativos e passivos, somente na proporção da probabilidade de apuração de lucro tributável futuro e possibilidade de utilização das diferenças temporárias realizadas, e estão apresentados no não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Na determinação dos tributos diferidos, a ITAÚSA e suas controladas avaliam o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a ITAÚSA e suas controladas a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

3.11. Benefícios a empregados (Planos de previdência privada e Planos de assistência médica)

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica a seus empregados com as características de benefício definido e contribuição definida.

3.11.1. Planos de benefício definido

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da Demonstração Contábil, é maior que o valor justo dos ativos do plano. O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método do Crédito Unitário Projetado. O ativo líquido é composto, substancialmente, pelos investimentos que compõem a carteira do plano de benefícios, que são avaliados pelo seu valor justo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os custos com serviços passados e os juros sobre o déficit/superávit atuarial são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, em contrapartida do resultado, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

3.11.2. Plano de contribuição definida

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

3.12. Plano de remuneração baseado em ações

São oferecidos a determinados executivos da controlada Dexco um plano de remuneração baseado em ações (*Stock Options*), segundo o qual são recebidos os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa em contrapartida ao Patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido. O plano será liquidado exclusivamente com a entrega de ações.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções utilizando modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Ao término de cada exercício são revisadas as estimativas da quantidade de ações que espera que sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

3.13. Empréstimos e Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos que possuem instrumentos derivativos de proteção são avaliados ao seu valor justo.

Os custos dos empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Quando não relacionado a ativo qualificável, os custos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

3.14. Provisões e Ativos e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São mensuradas pela melhor estimativa do valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e que reflitam seus riscos específicos. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos da ITAÚSA e suas controladas, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões são revisadas periodicamente.

Os passivos contingentes, avaliados como de risco de perda possível ou remoto, não são provisionados, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando da confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas.

As atualizações das provisões, bem como as atualizações dos depósitos judiciais efetuados para garantia dos processos em discussão, são apropriadas no Resultado financeiro conforme previsão contratual ou por índice previsto em legislação.

3.15. Capital social e Ações em tesouraria

3.15.1. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis para sua emissão.

3.15.2. Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são reconhecidas ao custo médio de aquisição e classificadas como dedução no Patrimônio líquido na rubrica de "Ações em Tesouraria". Quando estas ações são disponibilizadas para a alienação, a baixa é realizada pelo custo médio e o ganho ou perda são reconhecidos na rubrica de "Reservas de lucros". O cancelamento de ações em tesouraria é reconhecido como uma redução também na rubrica de "Reservas de lucros", pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

3.16. Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, por meio de pagamentos trimestrais, ou com intervalos menores, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas Demonstrações Contábeis. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

O dividendo mínimo obrigatório poderá ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente, ou com intervalos menores. Na antecipação trimestral é utilizada a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês subsequente.

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de JCP. Para fins de atendimento às normas fiscais, são reconhecidos em contrapartida à rubrica de "Despesas financeiras". Para fins de preparação das referidas Demonstrações Contábeis, são revertidos do resultado em contrapartida do Patrimônio líquido e imputados ao saldo dos dividendos do exercício.

Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são reconhecidos como ativo nas Demonstrações Contábeis quando da deliberação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral das mesmas, em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

Para o JCP a receber, quando deliberado pelo Conselho de Administração das controladas, coligadas e controladas em conjunto, os mesmos são inicialmente registrados na rubrica de "Receitas financeiras", para fins fiscais, e, concomitantemente, revertidos dessa rubrica em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

Os dividendos e JCP a receber das investidas classificadas como "Títulos e Valores Mobiliários" são registrados em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas".

3.17. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante cada exercício. O lucro diluído por ação é calculado pelos mesmos indicadores ajustados por instrumentos potencialmente conversíveis em ações e com efeito diluidor.

3.18. Receitas

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da ITAÚSA e suas controladas. Está apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos, bonificações e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo.

São reconhecidas quando o valor for mensurado com segurança e que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, para cada tipo de receita, tiverem sido atendidos.

3.18.1. Receita de venda de produtos e serviços

São reconhecidas no resultado quando todas as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando da entrega dos produtos ou da prestação de serviços, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador/tomador, caracterizando, substancialmente, o reconhecimento da receita em um período específico de tempo. As controladas atuam como a parte principal dos contratos com os clientes, sendo que as receitas não possuem componente de financiamento significativo.

A Receita líquida consolidada é composta, em sua totalidade, pela controlada Dexco. Para mais detalhes sobre seus segmentos de negócio e os produtos e serviços comercializados, vide nota 31 "Informações por segmento".

3.18.2. Receita financeira

São reconhecidas pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e são representadas, principalmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias e descontos obtidos.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Instrumentos financeiros

A ITAÚSA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Níveis	Controladora				Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
		Valor justo	Valor contábil						
Ativos financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
No reconhecimento inicial ou subsequente									
	5								
Caixa e Equivalentes de caixa									
Aplicações financeiras	2	2.398	2.398	1.092	1.092	3.682	3.682	2.620	2.620
Títulos e valores mobiliários	6	1.516	1.516	1.473	1.473	1.556	1.556	1.473	1.473
Outros ativos	11								
Derivativos a receber	2	-	-	-	-	7	7	-	-
		3.914	3.914	2.565	2.565	5.245	5.245	4.093	4.093
Custo amortizado									
Caixa e Equivalentes de caixa	5								
Caixa e Bancos	2	-	-	-	-	194	194	267	267
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	28	20	-	-	28	20
Clientes	7	-	-	-	-	1.430	1.430	1.239	1.239
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	9	949	949	985	985	949	949	951	951
Depósitos judiciais	2	31	31	30	30	120	120	100	100
Outros ativos	11	29	29	55	55	398	398	346	346
		1.009	1.009	1.098	1.090	3.091	3.091	2.931	2.923
Total de Ativos financeiros		4.923	4.923	3.663	3.655	8.336	8.336	7.024	7.016

Nota	Níveis	Controladora				Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
No reconhecimento inicial ou subsequente									
Empréstimos e financiamentos	19	2	-	-	-	75	75	83	83
Outros passivos	11								
Derivativos a pagar	2	-	-	-	-	5	5	-	-
		-	-	-	-	80	80	83	83
Custo amortizado									
Fornecedores	18	2	19	19	34	34	1.674	1.674	1.126
Obrigações com pessoal	2		42	42	47	47	269	269	254
Empréstimos e financiamentos	19	2	-	-	-	-	2.583	2.583	1.922
Debêntures	20	2	5.406	5.015	2.731	2.494	6.617	6.226	3.933
Arrendamentos	14	2	8	8	11	11	404	404	370
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	22.4.2	2	1.882	1.882	1.232	1.232	1.885	1.885	1.325
Outros passivos	11	2	-	-	441	427	877	877	965
		7.357	6.966	4.496	4.245	14.309	13.918	9.895	9.644
Total de Passivos financeiros		7.357	6.966	4.496	4.245	14.389	13.998	9.978	9.727

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a ITAÚSA e suas controladas projetam os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, e considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Administração elegeu designar determinados empréstimos e financiamentos como passivos a valor justo por meio do resultado. A adoção do valor justo justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado que também é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros relevantes, que diferem do valor contábil ou que são mensuradas a valor justo subsequentemente, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- Títulos e valores mobiliários (nível de hierarquia 2): mensurados considerando os fluxos futuros de recebimentos, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas de juros obtidas das curvas de juros de mercado.
- Outros ativos e Outros passivos (Derivativos): (i) o valor justo do *swap* de taxa de juros e do *hedge* de fluxo de caixa é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e (ii) o valor justo do NDF (*Non Deliverable Forward*) relacionado a contratos em moeda estrangeira é determinado com base nas taxas de câmbio futuras descontadas a valor presente.
- Debêntures e Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.
- Outros passivos (Aquisição NTS): era mensurado por meio de modelo de precificação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio da curva de mercado de juros futuros.

Adicionalmente, na rubrica de Títulos e valores mobiliários encontra-se registrada a participação societária, direta e indireta, de 8,5% na NTS (Nota 6.1), mensurada a valor justo por meio do resultado e cujo nível de hierarquia é 3. O valor justo do investimento é calculado com base no fluxo de caixa futuro correspondente à ITAÚSA descontado a valor presente à taxa que corresponde ao custo de capital próprio que, em 31 de dezembro de 2021, corresponde à 13,6% (12,1% em 31 de dezembro de 2020). As premissas consideradas para o cálculo do custo do capital próprio levam em consideração: (i) risco país; (ii) taxa livre de risco de títulos do tesouro americano (com vencimento em 10 anos); (iii) prêmio de risco de mercado; (iv) beta de alavancagem considerando empresas com modelo de negócio semelhantes; e (v) diferencial de inflação entre mercado externo (Estados Unidos) e interno.

4.1.3. Derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo todos os contratos liquidados em seus vencimentos e mensurados ao valor justo por meio do resultado, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apenas a controlada Dexco apresenta operações com derivativos.

Segue abaixo os tipos de contratos vigentes:

- *Swap* IPCA + Pré x CDI: contratos com o objetivo de transformar dívidas com taxas IPCA + prefixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI e vencimento em dezembro de 2028; e
- NDF (*Non Deliverable Forward*): contrato com o objetivo de mitigar a exposição cambial e vencimento em março de 2028. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

- *Hedge* de fluxo de caixa: a parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de *hedge* qualificáveis que são designados e qualificados como *hedges* de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na reserva de *hedge* de fluxo de caixa, limitada à variação acumulada do valor justo do item objeto de *hedge* desde o início do *hedge*. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado.

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos:

Derivativo	Posição	Consolidado					
		Notional (R\$)		Valor justo		Efeito acumulado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Hedge de Fluxo de Caixa (Swap)							
IPCA + Pré	Ativa	510	-	511	-	2	-
CDI	Passiva	(510)	-	(509)	-	-	-
Swaps							
IPCA + Pré	Ativa	73	84	74	94	(1)	10
CDI	Passiva	(73)	(84)	(75)	(84)	-	-
NDF							
R\$ x US\$		144	174	146	173	1	5

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da ITAÚSA estarem diretamente atrelados às operações, às atividades e aos resultados de suas investidas, a ITAÚSA está exposta, essencialmente, aos riscos das empresas de seu portfólio.

Por meio de sua alta administração, a ITAÚSA participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento das empresas investidas, além da presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, sempre estimulando boas práticas de gerenciamento de riscos e *compliance*, incluindo, a integridade. Como exemplos dessa atuação, os membros da ITAÚSA participam: (i) no Comitê de Gestão de Riscos e Capital do Itaú Unibanco; (ii) no Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos da Dexco; (iii) no Comitê de Auditoria Estatutário da Alpargatas; (iv) no Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade da Aegea; e (v) no Comitê de Auditoria da Copa Energia.

A ITAÚSA segue as diretrizes constantes em sua Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, onde são definidas: (i) as principais diretrizes na gestão e no controle de riscos, em linha com o apetite a riscos estabelecido pelo Conselho de Administração; (ii) a metodologia do processo de gerenciamento de riscos; (iii) as diretrizes e orientações à área de *Compliance* e Riscos Corporativos na implementação do programa de integridade; e (iv) as revisões dos normativos da ITAÚSA, submetendo-os, quando necessário, à avaliação e à aprovação do Conselho de Administração.

A ITAÚSA possui um Comitê de Sustentabilidade e Riscos que tem como principais objetivos: (i) assessorar na gestão de riscos, incluindo proposta de apetite e tolerância; (ii) rever e propor priorização de riscos e planos de resposta; e (iii) manifestar-se sobre a avaliação da aderência normativa, do Programa de Integridade e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos.

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

Em relação aos riscos de taxa de câmbio, a controlada Dexco possui uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função dos procedimentos de gerenciamento de riscos, são realizadas pela Administração avaliações periódicas das exposições cambiais, com o objetivo de mitigá-las, além de manter mecanismos de "hedge econômico" que visam proteger grande parte de sua exposição cambial.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a ITAÚSA e suas controladas sofram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e com resgate garantido pelos bancos emissores, de acordo com as taxas contratadas nos casos de aplicações em CDB's, ou pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar como as companhias podem ser impactadas pelas mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade utilizada na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro abaixo mensuram, com base na exposição dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021, os possíveis impactos nos resultados da ITAÚSA e das suas controladas em função da variação de cada risco destacado para os próximos 12 meses ou, caso inferior, até data de vencimento destas operações. As taxas projetadas foram definidas por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e Boletim Focus – Banco Central do Brasil).

	Controladora			
	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável
Ativos				
Caixa e Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	14,63% a.a.	236
Passivos				
Debêntures	CDI	Aumento do CDI	De 12,29% a.a. até 14,12% a.a.	(668)
Total				(432)
	Consolidado			
	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável
Ativos				
Caixa e Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	De 11,41% a.a. até 14,63% a.a.	336
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Aumento do CDI	De 11,58% a.a. até 14,12% a.a.	(1.064)
Empréstimos e financiamentos - com <i>Swap</i> (IPCA para CDI)	CDI	Aumento do CDI	11,66% a.a.	(67)
Excedente de exportação - importação	US\$	Aumento do Dólar	R\$5,71	4
Total				(791)

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da ITAÚSA e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, às rubricas abaixo, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelos saldos contábeis das mesmas:

(a) Clientes

A controlada Dexco possui política formalizada para a concessão de créditos, com o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais de venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo. Para a concessão de crédito, os clientes são classificados considerando o tempo de cadastro e seus históricos de pagamentos, sendo avaliados, dentre outros aspectos, suas Demonstrações Contábeis, a fim de identificar sua capacidade de pagamentos associada a uma probabilidade de *default*.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental do cliente. Conforme o limite de crédito são estabelecidas garantias financeiras, sendo os limites de crédito avaliados periodicamente de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco. Não existe risco significativo de concentração de crédito de clientes.

(b) Caixa e Equivalentes de caixa

A ITAÚSA e suas controladas possuem políticas formalizadas para a gestão de recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a ITAÚSA e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da ITAÚSA e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A controlada Dexco possui política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e recursos disponíveis mínimos, sendo este último o maior dos seguintes valores: (i) montante equivalente a 60 dias de receita líquida consolidada do último trimestre; ou (ii) serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

Adicionalmente, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outras obrigações assumidas.

A ITAÚSA e suas controladas investem o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos ou diminuições de participação em investimentos são discutidos em reuniões da Diretoria Executiva, do Comitê de Estratégia e Novos Negócios e do Conselho de Administração da ITAÚSA.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Controladora				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Debêntures	428	794	829	2.964	5.015
Fornecedores	19	-	-	-	19
Obrigações com pessoal	42	-	-	-	42
Arrendamentos	3	3	2	-	8
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.882	-	-	-	1.882
	2.374	797	831	2.964	6.966

	Consolidado				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	836	901	560	361	2.658
Debêntures	441	1.393	1.428	2.964	6.226
Fornecedores	1.674	-	-	-	1.674
Obrigações com pessoal	269	-	-	-	269
Arrendamentos	28	23	48	305	404
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.885	-	-	-	1.885
Outros débitos	522	360	-	-	882
	5.655	2.677	2.036	3.630	13.998

A projeção orçamentária, aprovada pela Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2.3.1. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A controlada Dexco possui determinados contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. Segue abaixo a relação de *covenants* financeiros da controlada:

(a) Empréstimos e financiamentos

Contratos com o BNDES

- EBITDA (*) / Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,00;
- EBITDA (*) / Receita operacional líquida: igual ou maior que 0,20;
- Patrimônio líquido / Ativo Total: igual ou maior que 0,45.

Contrato com a Caixa Econômica Federal (Cédula de Crédito Exportação)

- Dívida líquida / EBITDA (*): menor ou igual a 4,0

(b) Debêntures

- Dívida líquida / EBITDA (*) menor ou igual a 4,0

(*) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

A manutenção dos *covenants* está baseada nas Demonstrações Contábeis da controlada Dexco e, caso a referida obrigação contratual não seja cumprida, a mesma deverá oferecer garantias adicionais.

Em 31 de dezembro de 2021, o *covenants* do contrato com o BNDES "Patrimônio líquido / Ativo Total: igual ou maior que 0,45", não foi atendido. Isto, no entanto, não caracterizou inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigação. Todas as demais obrigações contratuais acima foram atendidas em sua plenitude.

4.3. Gestão de capital

A ITAÚSA e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento, pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira, que corresponde à relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	2.658	2.005
Debêntures	20	5.015	2.494	6.226	3.696
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	5	(2.398)	(1.092)	(3.876)	(2.887)
Dívida líquida		2.617	1.402	5.008	2.814
Patrimônio líquido	22	65.886	57.343	69.508	60.633
Índice de alavancagem financeira		4,0%	2,4%	7,2%	4,6%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	-	-	194	267
Aplicações financeiras	2.398	1.092	3.682	2.620
Renda fixa	-	-	37	80
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	1.193	1.384
Fundos de investimento	2.398	1.092	2.452	1.156
Total	2.398	1.092	3.876	2.887

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Notas	Controladora			Consolidado			
		Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	
		31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos em ações	6.1	1.516	1.473	-	1.516	1.473	-	-
Investimentos em debêntures	6.2	-	-	20	-	-	-	20
Fundo de Corporate Venture Capital	6.3	-	-	-	-	-	40	-
Total		1.516	1.473	20	1.516	1.473	40	20

6.1. Investimentos em Ações

	Nota	Controladora e Consolidado		
		NTS (a)	NISA (b)	Total
Saldo em 31/12/2019		1.213	-	1.213
Valor justo		310	-	310
Redução de capital social		(50)	-	(50)
Saldo em 31/12/2020		1.473	-	1.473
Valor justo	26	(114)	638	524
Aporte de ações da NTS na NISA (c)		(481)	481	-
Aporte na NISA - Dívida com o FIP (c)		-	(481)	(481)
Saldo em 31/12/2021		878	638	1.516

(a) NTS

Refere-se à participação societária de 4,92% (7,65% em 31 de dezembro de 2020) da ITAÚSA no capital social da NTS, adquirida em 4 de abril de 2017. Visto que a ITAÚSA não possui influência significativa nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais na NTS, o investimento é classificado como um ativo financeiro, conforme CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, e mensurado a valor justo por meio do resultado no Resultado financeiro. Para mais informações sobre as premissas utilizadas no cálculo do valor justo, vide nota 4.1.2.

No exercício de 2021, a ITAÚSA registrou dividendos e JCP da NTS, em contrapartida do resultado na rubrica "Outras receitas e despesas", no montante de R\$209 (R\$181 em 2020) (Nota 25).

A Administração monitora periodicamente eventuais riscos de redução ao valor recuperável dos Títulos e valores mobiliários. Considerando a natureza desses ativos e o histórico de perdas, a ITAÚSA não constituiu perdas por redução ao valor recuperável dos referidos ativos.

(b) NISA

Refere-se à participação societária de 8,5% da ITAÚSA no capital social da NISA. Em 30 de abril de 2021 a ITAÚSA, a Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. ("FIP") e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Petrobras") concluíram as negociações referentes à venda, pela Petrobras, da totalidade de sua participação de 10% do capital social da NTS.

A aquisição da referida participação foi realizada exclusivamente pela NISA, sociedade integralmente detida pelo FIP e pela ITAÚSA, na proporção de 91,5% e 8,5% de participação do seu capital social, respectivamente.

Para a constituição do capital social da NISA, a ITAÚSA integralizou o montante de R\$0,2, sendo esta participação societária também classificada como um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

O valor da transação foi de R\$1,8 bilhão e, considerados os ajustes previstos em contrato, o total pago pela NISA à Petrobras foi de R\$1,5 bilhão por meio de recursos integralmente obtidos com emissão de dívida de longo prazo pela NISA.

Com a aquisição, a participação total da ITAÚSA, direta e indiretamente na NTS, passa de 7,65% para 8,5%, não alterando os direitos da ITAÚSA estabelecidos no Acordo de Acionistas da NTS.

(c) Reorganização societária – NISA

Em 16 de dezembro de 2021 a ITAÚSA e o FIP realizaram uma reorganização societária na NISA, resultando nos seguintes aportes:

- parte da participação societária detida na NTS (na mesma proporção entre as acionistas, não havendo mudança de participação societária na NISA); e
- total da dívida em dólar que detinham referente à aquisição inicial da NTS (Nota 11.1).

Como resultado da reorganização, a NISA passou a deter 42,08% do capital social da NTS, sendo que a participação direta e indireta da ITAÚSA na NTS permaneceu em 8,5%.

6.2. Investimento em Debêntures

Referia-se a debêntures simples não conversíveis em ações, emitidas pela coligada Copa Energia, adquiridas pela ITAÚSA em 23 de dezembro de 2020 e com data de vencimento em 23 de dezembro de 2030. A remuneração era de CDI + 5% a.a., a ser recebida na data de vencimento, sendo a mensuração da mesma realizada por meio de custo amortizado.

Em 9 de agosto de 2021 as referidas debêntures foram totalmente integralizadas como aumento de capital na Copa Energia pelo seu saldo atualizado de R\$21 (Nota 15.2.4).

6.3. Fundo de Corporate Venture Capital

A controlada Dexco constituiu um fundo de Corporate Venture Capital ("CVC"), denominado DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("DX Ventures"), para investimentos em *start-ups* e *scale-ups*, em múltiplos estágios de investimento, com um primeiro aporte programado de R\$100.

A controlada Dexco é a única cotista deste fundo, contudo, contará com o auxílio da Valetec, empresa gestora de venture capital especializada. Por meio deste fundo, será possível acompanhar as macro-tendências de transformação e inovação do setor de construção, reforma e decoração, por meio do desenvolvimento de negócios relevantes no longo prazo.

Até 31 de dezembro de 2021 o montante aportado foi de R\$39, que corresponde a um valor justo de R\$40.

7. CLIENTES

Consolidado								
31/12/2021								
A vencer	Até 30 dias	Vencidos				Acima de 180 dias	(-) PECLD	Saldo líquido
		De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias				
Clientes no país	1.078	89	24	12	15	60	(80)	1.198
Clientes no exterior	160	35	10	3	1	5	(5)	209
Partes relacionadas	16	5	2	-	-	-	-	23
Total	1.254	129	36	15	16	65	(85)	1.430

31/12/2020								
A vencer	Até 30 dias	Vencidos				Acima de 180 dias	(-) PECLD	Saldo líquido
		De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias				
Clientes no país	1.011	30	5	5	7	69	(78)	1.049
Clientes no exterior	109	54	9	3	5	7	(6)	181
Partes relacionadas	8	1	-	-	-	-	-	9
Total	1.128	85	14	8	12	76	(84)	1.239

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes. Nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% do contas a receber ou das receitas.

A exposição da ITAÚSA e suas controladas a riscos de créditos relacionados ao contas a receber de clientes são divulgadas na nota 4.2.2.

7.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A classificação de risco acontece com base em modelos de agentes externos, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, e estão classificados entre "A" e "D", no qual "A" indica os clientes de baixo risco e "D" os clientes de alto risco. A parcela de clientes com PECLD está classificada separadamente.

Classificação	31/12/2021	31/12/2020
A	28%	20%
B	17%	16%
C	49%	58%
D	1%	1%
Clientes com PECLD	5%	5%

Segue abaixo a movimentação da PECLD:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(84)	(83)
Constituições	(21)	(25)
Baixas	20	24
Saldo final	(85)	(84)

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	576	324
Matérias-prima	563	366
Produtos em elaboração	205	165
Almoxarifado geral	141	118
Adiantamento a fornecedores	14	10
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(66)	(58)
Total	1.433	925

A totalidade dos Estoques é proveniente da controlada Dexco. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia estoques dados em garantia.

As movimentações das perdas estimadas na realização dos estoques estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(58)	(107)
Constituições	(54)	(53)
Reversões	20	44
Baixas	25	60
Variação cambial	1	(2)
Saldo final	(66)	(58)

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

	Controladora								
	Investimentos							Títulos e valores mobiliários	Total
	Controladas		Controladas em conjunto			Coligadas			
	Dexco	Itautec	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Aegea	Copa Energia	NTS	
Saldo em 31/12/2019	29	1	91	50	-	-	-	-	171
Dividendos	-	2	1.608	1.373	9	-	-	173	3.165
JCP	86	-	1.156	920	-	-	-	7	2.169
Recebimentos	(81)	(3)	(2.304)	(1.943)	(9)	-	-	(180)	(4.520)
Saldo em 31/12/2020	34	-	551	400	-	-	-	-	985
Dividendos	172	-	259	162	39	5	24	203	864
JCP	256	1	922	829	25	-	-	6	2.039
Recebimentos	(462)	(1)	(1.239)	(980)	(42)	(5)	(1)	(209)	(2.939)
Saldo em 31/12/2021	-	-	493	411	22	-	23	-	949

	Consolidado						Total
	Investimentos					Títulos e valores mobiliários	
	Controladas em conjunto			Coligadas			
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Aegea	Copa Energia	NTS	
Saldo em 31/12/2019	91	50	-	-	-	-	141
Dividendos	1.608	1.373	9	-	-	173	3.163
JCP	1.156	920	-	-	-	7	2.083
Recebimentos	(2.304)	(1.943)	(9)	-	-	(180)	(4.436)
Saldo em 31/12/2020	551	400	-	-	-	-	951
Dividendos	259	162	39	5	24	203	692
JCP	922	829	25	-	-	6	1.782
Recebimentos	(1.239)	(980)	(42)	(5)	(1)	(209)	(2.476)
Saldo em 31/12/2021	493	411	22	-	23	-	949

10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros tributos a compensar						
ICMS/PIS/COFINS sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	-	-	16	12	19	18
PIS e COFINS ⁽²⁾	2	2	16	10	792	10
ICMS e IPI	-	-	55	54	-	-
Outros	-	-	6	13	1	1
Subtotal	2	2	93	89	812	29
(-) Perda estimada na realização de créditos ⁽³⁾	-	-	(4)	(11)	(11)	(11)
Total	2	2	89	78	801	18
Outros tributos a recolher						
PIS e COFINS	77	29	84	33	-	-
ICMS e IPI	-	-	51	49	-	-
Parcelamento de impostos ⁽⁴⁾	-	-	15	22	68	87
INSS	-	-	3	3	-	-
Outros	-	-	1	1	-	-
Total	77	29	154	108	68	87

⁽¹⁾ Refere-se à controlada Dexco: o ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados, substancialmente, na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

⁽²⁾ Vide nota explicativa 21.3.1

⁽³⁾ Na controlada Itautec, devido a perspectiva de não realização dos tributos federais, estaduais e municipais, a Administração decidiu pelo reconhecimento de perdas.

⁽⁴⁾ Na controlada Dexco, refere-se ao parcelamento de impostos de sua controlada Cetrisa.

11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros ativos									
Despesas antecipadas		10	10	5	12	32	26	5	12
Ativos de planos de aposentadoria (Plano BD)	30.1.2	1	1	-	1	13	11	5	15
Alienação de Imobilizados		-	-	-	-	45	49	16	29
Alienação de Investimentos		-	-	-	-	-	-	13	18
Alienação de Propriedade para investimento		-	-	-	-	-	2	-	-
Fomento nas operações florestais		-	-	-	-	-	-	11	10
Adiantamento a funcionários		-	7	-	-	10	15	-	-
Ativos indenizáveis		-	-	-	-	-	-	18	17
Retenção de valores na aquisição de empresas		-	-	-	-	2	2	48	34
Venda de energia elétrica		-	-	-	-	4	4	-	-
Ativo mantido para venda		-	-	-	-	58	48	-	-
Acordo - Sobrepreço na compra de cinescópios	11.2	-	-	-	-	82	-	-	-
Demais ativos		13	20	-	4	43	39	-	15
Total		24	38	5	17	289	196	116	150
Outros passivos									
Adiantamento de clientes		-	-	-	-	81	83	11	8
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCPs ^(*)		-	-	-	-	7	7	-	-
Aquisição de áreas para reflorestamento		-	-	-	-	28	21	-	-
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs ^(*)		-	-	-	-	84	-	-	89
Aquisições de empresas		-	-	-	-	28	28	231	32
Frete e seguros a pagar		-	-	-	-	66	42	-	-
Comissões a pagar		-	-	-	-	19	17	-	-
Garantias, assistência técnica e manutenção		-	-	-	-	98	45	7	6
Passivos com <i>Joint operation</i>		-	-	-	-	-	-	60	50
Provisão para reestruturação		-	-	-	-	2	3	-	-
Empréstimos consignados		-	-	-	-	3	2	-	-
Vendas para entrega futura		-	-	-	-	20	17	-	-
Aquisição NTS	11.1	-	-	-	425	-	-	-	425
Aquisição de fazendas		-	-	-	-	-	-	38	33
Demais passivos		-	2	-	-	86	37	13	6
Total		-	2	-	425	522	302	360	649

(*) SCP – Sociedade em Conta de Participação

11.1. Aquisição NTS

Referia-se à obrigação de pagamento junto ao fundo Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações e Multiestratégia decorrente da aquisição da participação de 7,65% no capital social da NTS, no montante original de US\$72 milhões, corrigidos com juros prefixados de 3,35% a.a., capitalizados anualmente ao principal, a ser pago em parcela única em abril de 2022.

Em 16 de dezembro de 2021, o montante atualizado da dívida, correspondente a R\$481, foi aportado na NISA como parte de reestruturação societária (Nota 6.1).

11.2. Acordo - Sobrepreço na compra de cinescópios

Em dezembro de 2015, a controlada Itautec ajuizou ação reparatória na Holanda objetivando o ressarcimento de sobrepreço pago na compra de cinescópios e tubos CRT (“Cathode Ray Tubes”) utilizados na fabricação de televisores e monitores de computador, em decorrência da conduta cartelizada, no Brasil e no exterior, pelas respectivas fabricantes, no período entre 1995 e 2007.

Em novembro de 2021 a controlada Itautec celebrou acordo com as empresas Philips e Technicolor (e suas afiliadas) reconhecendo no resultado na rubrica “Outras Receitas e Despesas” o montante de R\$82 (não descontados os demais custos relacionados ao processo e tributos incidentes).

O recebimento do acordo estava sujeito à homologação pelo juiz da retirada de ambas as empresas do polo passivo da ação, ocorrido em janeiro de 2022.

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

As controladas indiretas Dexco S.A. (Colômbia), Duratex Florestal Ltda. e Caetex Florestal S.A. detêm reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas, preponderantemente, como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e, complementarmente, para venda a terceiros.

As reservas florestais funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais que, aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2021 as empresas possuíam, aproximadamente, 101,4 mil hectares em áreas de efetivo plantio (101,9 mil hectares em 31 de dezembro de 2020) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Adicionalmente, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Custo de formação dos ativos biológicos	939	1.117
Diferencial entre o custo de formação e o valor justo	330	512
Aporte de Capital social - coligada indireta LD Celulose	-	(486)
Total	1.269	1.143

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial		1.143	1.544
Variação no valor justo			
Preço/Volume	24	129	117
Exaustão		(116)	(104)
Variação no custo de formação			
Custos com o plantio		302	199
Exaustão		(189)	(127)
Aporte de Capital social - coligada indireta LD Celulose	15.2.3	-	(486)
Saldo final		1.269	1.143

12.1. Valor justo e análise de sensibilidade

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas ao custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As principais premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado: volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio, mensurados a valor presente pela taxa de desconto em 31 de dezembro de 2021 de 7,12% a.a. (7,05% em 31 de dezembro de 2020) que corresponde ao custo médio ponderado de capital da controlada Dexco, o qual é revisado anualmente pela sua Administração.
- Preços da madeira: são obtidos em R\$/metro cúbico por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da controlada Dexco, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- Diferenciação: os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie: (i) pinus e eucalipto, (ii) região; e (iii) destinação (serraria e processo).
- Volumes: estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o Eucalipto e 12º ano para o Pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas Demonstrações Contábeis.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2021 era de R\$53,22/m³ (R\$47,81/m³ em 31 de dezembro de 2020). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$56 (R\$47 em 31 de dezembro de 2020).

Em relação à taxa de desconto em 31 de dezembro de 2021 foi utilizada 7,12% a.a. (7,05% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Aumentos na taxa acarretam queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$7 (R\$8 em 31 de dezembro de 2020).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo e a movimentação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora						
	31/12/2019	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Ativos							
Reconhecidos no Resultado							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	382	-	-	382	245	(6)	621
Diferenças temporárias	534	-	-	534	314	(22)	826
Contingências	505	-	-	505	186	-	691
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	112	-	112
Outros	29	-	-	29	16	(22)	23
Total ⁽¹⁾	916	-	-	916	559	(28)	1.447
Passivos							
Reconhecidos no Resultado							
Diferenças temporárias	(139)	(106)	2	(243)	(247)	-	(490)
Valor justo de instrumentos financeiros	(130)	(106)	-	(236)	(212)	-	(448)
Outros	(9)	-	2	(7)	(35)	-	(42)
Total ⁽¹⁾	(139)	(106)	2	(243)	(247)	-	(490)

⁽¹⁾ O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pela entidade tributável, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$957 (R\$673 em 31 de dezembro de 2020).

Consolidado

	Realização/		Realização/		31/12/2021		
	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020	Constituição	Reversão	
Ativos							
Reconhecidos no Resultado							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	569	-	(14)	555	245	(76)	724
Diferenças temporárias	857	65	(46)	876	374	(48)	1.202
Provisão para <i>impairment</i> no contas a receber de clientes	10	-	(3)	7	3	-	10
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	112	-	112
Contingências	613	37	-	650	186	(21)	815
Perdas nos estoques	32	-	(16)	16	4	-	20
Lucros no exterior	35	9	-	44	12	-	56
<i>Impairment</i> de imobilizado	71	-	(21)	50	7	-	57
Benefício Pós-emprego	11	-	(4)	7	1	-	8
Outros	85	19	(2)	102	49	(27)	124
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Benefício Pós-emprego	13	-	(4)	9	-	(4)	5
Total ^(*)	1.439	65	(64)	1.440	619	(128)	1.931
Passivos							
Reconhecidos no Resultado							
Diferenças temporárias	(539)	(108)	32	(615)	(297)	92	(820)
Reserva de reavaliação	(66)	-	3	(63)	-	9	(54)
Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos	(130)	(106)	-	(236)	(212)	-	(448)
Depreciação	(28)	-	2	(26)	(5)	-	(31)
Ativos biológicos	(172)	-	4	(168)	-	55	(113)
Carteira de clientes	(39)	-	7	(32)	-	9	(23)
Planos de Pensão	(41)	-	5	(36)	(1)	1	(36)
Mais valia de ativos	(24)	(1)	-	(25)	-	1	(24)
Outros	(39)	(1)	11	(29)	(79)	17	(91)
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Variação Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior	(5)	(5)	-	(10)	-	3	(7)
Reserva de reavaliação	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Total ^(*)	(544)	(114)	32	(626)	(297)	95	(828)

^(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pelas entidades tributáveis, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$1.252 (R\$958 em 31 de dezembro de 2020) e no passivo diferido em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$149 (R\$144 em 31 de dezembro de 2020).

13.1. Ativos diferidos

13.1.1. Expectativa de realização

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração, que podem sofrer alterações. Segue abaixo a expectativa de realização dos ativos diferidos:

	Controladora	Consolidado
2022	816	990
2023	-	81
2024	1	52
2025	-	57
2026	620	679
2027 - 2028	10	72
Total	1.447	1.931

Em 31 de dezembro de 2021, a ITAÚSA reconheceu créditos tributários no montante de R\$559, considerando as perspectivas de geração de resultado tributável futuro.

13.1.2. Créditos fiscais não reconhecidos

As controladas possuem créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização. No consolidado da ITAÚSA correspondem ao montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$143 (R\$519 em 31 de dezembro de 2020). Os referidos créditos poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para a utilização dos mesmos.

A ITAÚSA não possui crédito tributário não reconhecido.

14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Para o contrato de arrendamento da ITAÚSA, a Administração não considerou a possibilidade de renovação (48 meses no total), por entender que, ao vencimento do contrato, as condições para a renovação tendem a ser substancialmente diferentes das atuais, caracterizando um novo contrato. Já a controlada Dexco, devido às características de longo prazo dos contratos, de modo substancial, também não considerou a renovação para os contratos de arrendamento de terras. Para os demais contratos, quando aplicável, foi considerada uma renovação.

Em relação ao valor dos pagamentos, tratam-se, substancialmente, de valores fixos estabelecidos em contrato corrigidos anualmente por indexador atrelado à inflação.

14.1. Ativos de direito de uso

	Controladora	Consolidado					Total
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	
Saldo em 31/12/2019	12	536	10	1	12	8	567
Novos contratos / atualizações	-	24	11	3	-	17	55
Depreciação no exercício (Resultado)	(2)	(1)	(6)	(2)	(2)	(4)	(15)
Depreciação no exercício (*)	-	(21)	-	-	-	-	(21)
Variação cambial	-	2	-	-	-	1	3
Baixa de contratos	-	(240)	(1)	-	-	-	(241)
Saldo em 31/12/2020	10	300	14	2	10	22	348
Novos contratos / atualizações	-	56	8	-	-	4	68
Depreciação no exercício (Resultado)	(3)	(1)	(7)	(2)	(4)	(7)	(21)
Depreciação no exercício (*)	-	(18)	-	-	-	-	(18)
Variação cambial	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Baixa de contratos	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Saldo em 31/12/2021	7	336	13	-	6	19	374

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

14.2. Passivos de arrendamento

	Controladora	Consolidado					Total
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	
Saldo em 31/12/2019	12	551	12	1	12	8	584
Novos contratos / atualizações	-	24	11	3	-	17	55
Juros apropriados no exercício (Resultado)	1	2	1	-	1	1	5
Juros apropriados no exercício (*)	-	30	-	-	-	-	30
Pagamentos	(2)	(43)	(7)	(2)	(3)	(5)	(60)
Baixa de contratos	-	(246)	(1)	-	-	-	(247)
Variação cambial	-	2	-	-	-	1	3
Saldo em 31/12/2020	11	320	16	2	10	22	370
Novos contratos / atualizações	-	56	8	-	-	4	68
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	2	2	-	-	2	6
Juros apropriados no exercício (*)	-	30	-	-	-	-	30
Pagamentos	(3)	(44)	(9)	(2)	(3)	(9)	(67)
Baixa de contratos	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Variação cambial	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Saldo em 31/12/2021	8	363	15	-	7	19	404
Circulante	3						28
Não circulante	5						376

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Prazos dos contratos		
Até 5 anos	5,85% a.a.	De 5,85% até 7,37% a.a
De 6 a 10 anos	-	10,72% a.a.
Acima de 10 anos	-	11,94% a.a.

Os vencimentos dos passivos de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Circulante		
2022	3	28
Total	3	28
Não circulante		
2023	3	23
2024	2	18
2025	-	15
2026	-	15
2027	-	16
2028 - 2032	-	53
2033 - 2037	-	33
2038 - 2047	-	93
Acima de 2048	-	110
Total	5	376

14.3. Efeitos da inflação

Segue abaixo os efeitos da inflação nos saldos, quando comparados aos saldos das Demonstrações Contábeis:

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Cenário contábil	Cenário com inflação	Cenário contábil	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	11	12	11	12
Depreciação	(4)	(5)	(1)	(1)
Total	7	7	10	11
Passivos de arrendamento	10	9	12	11
Juros a apropriar	(2)	-	(1)	(1)
Total	8	9	11	10
	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Cenário contábil	Cenário com inflação	Cenário contábil	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	478	1.786	413	1.005
Depreciação	(104)	(199)	(65)	(108)
Total	374	1.587	348	897
Passivos de arrendamento	1.075	3.810	1.011	2.323
Juros a apropriar	(671)	(2.088)	(641)	(1.364)
Total	404	1.722	370	959

15. INVESTIMENTOS

15.1. Saldos dos investimentos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas em conjunto					
Controladas em conjunto		58.852	55.183	58.852	55.183
Controladas em conjunto indiretas		-	-	105	107
Controladas					
Controladas		2.206	1.940	-	-
Controladas indiretas		-	-	-	1
Coligadas					
Coligadas		7.458	1.219	7.458	1.219
Coligadas Indiretas		-	-	1.206	852
	15.2	68.516	58.342	67.621	57.362
Outros investimentos		4	5	7	9
Total dos investimentos		68.520	58.347	67.628	57.371

15.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora												Total
	Controladas em conjunto				Controladas				Coligadas				
	Itaú Unibanco (Nota 15.2.5)	IUPAR (Nota 15.2.5)	XPART (Nota 15.2.5)	Alpargatas (Nota 15.2.1)	Dexco (Nota 15.2.3)	Itautec	ITH Zux Cayman	XP (Nota 15.2.5)	AEGEA (Nota 15.2.6)	Águas do Rio 1 (Nota 15.2.6)	Águas do Rio 4 (Nota 15.2.6)	Copa Energia (Nota 15.2.4)	
Saldo em 31/12/2019	27.812	23.185	-	1.921	1.807	39	2	-	-	-	-	-	54.766
Resultado de participação societária	3.830	3.253	-	(36)	166	-	1	-	-	-	-	-	7.214
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(2.951)	(2.442)	-	(9)	(97)	(1)	-	-	-	-	-	-	(5.500)
Aquisição de ações	-	-	-	41	-	-	-	-	-	-	-	1.212	1.253
Outros resultados abrangentes	205	180	-	52	22	-	-	-	-	-	-	-	459
Outros	75	65	-	2	1	-	-	-	-	-	-	7	150
Saldo em 31/12/2020	28.971	24.241	-	1.971	1.899	38	3	-	-	-	-	1.219	58.342
Resultado de participação societária	5.380	4.735	75	173	635	55	-	98	35	(1)	3	(32)	11.156
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.375)	(1.149)	-	(68)	(467)	(1)	-	-	(5)	-	-	(23)	(3.088)
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	2.471	52	49	21	2.593
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	(367)	-	-	-	-	(367)
Outros resultados abrangentes	(578)	(537)	(19)	(6)	63	-	-	(2)	(2)	-	-	16	(1.065)
Cisão Itaú Unibanco	(2.018)	-	2.018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação XPART pela XP	-	-	(2.088)	-	-	-	-	2.088	-	-	-	-	-
Cisão IUPAR	-	(1.783)	-	-	-	-	-	1.838	-	-	-	-	55
Outros	467	423	14	5	(17)	(2)	-	10	-	-	-	(10)	890
Saldo em 31/12/2021	30.847	25.930	-	2.075	2.113	90	3	3.665	2.499	51	52	1.191	68.516
Valor de Mercado em 31/12/2020 (*)	115.450	-	-	7.097	4.839	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Mercado em 31/12/2021 (*)	76.468	-	-	6.255	4.160	-	-	12.265	-	-	-	-	-

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.

Consolidado

	Consolidado											Total		
	Controladas em conjunto				Controlada Indireta	Coligada Indireta	Controlada em conjunto indireta	Coligadas						
Itaú	IUPAR	XPART	Alpargatas	Viva Decora	LD Celulose	ABC da	LD Florestal	XP	AEGEA	Águas do Rio 1	Águas do Rio 4	Copa Energia		
(Nota 15.2.5)	(Nota 15.2.5)	(Nota 15.2.5)	(Nota 15.2.1)	(Nota 15.2.2)		(Nota 15.2.7)		(Nota 15.2.5)	(Nota 15.2.6)	(Nota 15.2.6)	(Nota 15.2.6)	(Nota 15.2.4)		
Saldo em 31/12/2019	27.812	23.185	-	1.921	14	-	-	-	-	-	-	-	53.040	
Resultado de participação societária	3.830	3.253	-	(36)	(2)	(65)	-	-	-	-	-	-	6.980	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(2.951)	(2.442)	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.402)	
Aquisição de ações	-	-	-	41	-	-	-	-	-	-	-	1.212	1.253	
Aumento (Redução) de capital social	-	-	-	-	-	1.018	-	-	-	-	-	-	1.018	
Outros resultados abrangentes	205	180	-	52	-	(102)	-	-	-	-	-	-	335	
Outros	75	65	-	2	(11)	1	-	(1)	-	-	-	7	138	
Saldo em 31/12/2020	28.971	24.241	-	1.971	1	852	-	107	-	-	-	-	57.362	
Resultado de participação societária	5.380	4.735	75	173	-	(66)	-	(3)	98	35	(1)	3	(32)	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.375)	(1.149)	-	(68)	-	-	-	-	(5)	-	-	-	(23)	
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	-	102	-	2.471	52	49	21	2.695	
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	(367)	-	-	-	-	(367)	
Aumento (Redução) de capital social	-	-	-	-	-	98	-	-	-	-	-	-	98	
Outros resultados abrangentes	(578)	(537)	(19)	(6)	-	70	-	(2)	(2)	-	-	16	(1.058)	
Cisão Itaú Unibanco	(2.018)	-	2.018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Incorporação XPART pela XP	-	-	(2.088)	-	-	-	-	2.088	-	-	-	-	-	
Cisão IUPAR	-	(1.783)	-	-	-	-	-	1.838	-	-	-	-	55	
Outros	467	423	14	5	(1)	150	-	10	-	-	-	(10)	1.059	
Saldo em 31/12/2021	30.847	25.930	-	2.075	-	1.104	102	105	3.665	2.499	51	52	1.191	67.621
Valor de Mercado em 31/12/2020 (*)	115.450	-	-	7.097	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor de Mercado em 31/12/2021 (*)	76.468	-	-	6.255	-	-	-	-	12.265	-	-	-	-	

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.

15.2.1 Aquisição de participação societária adicional na Alpargatas

Entre os meses de março e abril de 2020, a ITAÚSA adquiriu na B3 1.789.900 ações preferenciais da Alpargatas pelo montante total de R\$41. As ações adquiridas representam 0,31% do total de ações da Alpargatas, passando a ITAÚSA a deter uma participação total de 29,19% (desconsiderando as ações em tesouraria).

Em abril de 2021 a ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados à valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

15.2.2. Aquisição integral da Viva Decora pela controlada Dexco

Em Comunicado ao Mercado realizado em 5 de agosto de 2020, a controlada Dexco comunicou que, em 31 de julho de 2020, celebrou contrato para a aquisição integral da então coligada Viva Decora Internet Ltda. ("Viva Decora"), a qual a controlada Dexco já possuía 44,16% de participação.

Para a aquisição não foi necessário nenhum desembolso financeiro por parte da controlada Dexco dado que o pagamento aos demais quotistas foi realizado por meio do caixa disponível na Viva Decora.

Durante o exercício de 2021 a controlada Dexco realizou aportes na Viva Decora no montante de R\$3.

15.2.3. Operações societárias na controlada Dexco

Em janeiro de 2020 a controlada Dexco concluiu cisão parcial de sua subsidiária integral Duratex Florestal Ltda., incorporando assim os seguintes montantes:

Descrição	Valor
Estoque	2
Imobilizado	6
Ativo biológico	486
Obrigações com pessoal	(1)
Tributos diferidos	(65)
Total	428

Após a incorporação, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, a controlada Dexco realizou aporte de Capital social na sua coligada LD Celulose S.A., nos montantes demonstrados abaixo:

Descrição	Nota	Valor
Estoque		2
Imobilizado	16.2	9
Ativo biológico	12	486
Obrigações com pessoal		(1)
Total		496

Adicionalmente aos aportes acima, a controlada Dexco também realizou aportes monetários de Capital social, no montante de R\$522, totalizando um aporte total na sua coligada LD Celulose S.A. de R\$1.018 em 2020.

15.2.4. Conclusão do investimento na Copa Energia com a aquisição da Liquigás

Em 23 de dezembro de 2020 a ITAÚSA comunicou o mercado, por meio de Fato Relevante, que concluiu, naquela data, a aquisição da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A. ("Liquigás") pelo grupo composto pela ITAÚSA, Copa Energia e Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. ("Nacional Gás"). Foi concluído, também na referida data, o aporte da ITAÚSA na Copa Energia, tornando-a, assim, acionista minoritária relevante (coligada).

A participação da ITAÚSA na operação ocorreu por meio de subscrição de 48,5% do capital votante e total, no valor de R\$1.212, e também por meio de aquisição de debêntures emitidas pela Copa Energia no valor de R\$20. O restante do capital permanecerá com a atual acionista da Copa Energia, holding da família Ueze Zahran que, por sua vez, manterá o controle da companhia.

Para financiar a operação, a ITAÚSA emitiu, em 15 de dezembro de 2020, debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$1.300, com vencimento em 10 anos e custo baseado na taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) acrescida de 2,4% ao ano.

A Nacional Gás adquiriu fatia minoritária na Liquigás sendo detentora de ativos em determinadas localidades. A integração das operações da Liquigás permitirá à Copa Energia a captura de sinergias importantes ao longo dos próximos anos, criando a líder no setor de distribuição de GLP no Brasil.

Em 9 de agosto de 2021 a Copa Energia aprovou o aumento de seu capital social, por meio da integralização das debêntures detidas pela ITAÚSA, no valor de R\$21. A referida integralização resultou em um aumento de participação acionária na Copa Energia de 0,43%, passando dos anteriores 48,5% para os atuais 48,93%.

Em dezembro de 2021, a ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados à valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

A composição do preço pago na transação é a seguinte:

Valor pago na data de aquisição	1.212
Integralização de debêntures adquiridas na data de aquisição	21
Total da contraprestação transferida	1.233

O laudo de avaliação, elaborado por consultores independentes, apresentou os seguintes montantes de mais valias atribuídas ao Balanço Patrimonial da Copa Energia, os quais foram refletidos na ITAÚSA pelo percentual de participação societária adquirida na data da transação:

	Copa Energia	Itaúsa (48,93%)
Mais valias atribuídas		
Intangível	159	78
<i>Marca</i>	132	65
<i>Relacionamento com clientes</i>	26	13
<i>Licença de uso</i>	1	1
Imobilizado	236	115
Ativos mantidos para negociação	208	102
Demais ativos e passivos	25	12
Total	628	307
Patrimônio líquido Copagaz	1.486	727
Ágio (Goodwill)	408	199
Preço pago na aquisição	-	1.233

O impacto relativo às amortizações e baixas das mais valias do exercício de 2021 foi de R\$129 e encontra-se registrado em contrapartida da rubrica de "Resultado de participações societárias".

15.2.5. Reorganização societária envolvendo o investimento do Itaú Unibanco na XP e criação da XPART

Em Assembleia Geral do Itaú Unibanco, realizada em 31 de janeiro de 2021, foi aprovada a proposta de reorganização societária com vistas à segregação da linha de negócio referente à participação de 40,52% detida pelo Itaú Unibanco no capital social da XP, a qual dependia de manifestação favorável do Federal Reserve Board ("FED") (Banco Central Norte Americano) para sua implementação.

Em 31 de maio de 2021, o FED manifestou-se favoravelmente à operação efetivando-se a referida reorganização societária, que resultou na cisão parcial do Itaú Unibanco, e consequente constituição da XPART, que possui como objeto social exclusivo a participação societária no capital social da XP.

A XP, sediada na Ilhas Cayman, é uma companhia aberta com ações negociadas na bolsa de valores americana Nasdaq e apresenta uma plataforma de serviços financeiros, líder de tecnologia, com foco em: (i) serviços de consultoria financeira; e (ii) produtos financeiros que fornecem acesso a investimentos em ações e títulos de renda fixa, fundos mútuos e de hedge, produtos estruturados, seguro de vida, planos de pensão, fundos imobiliários entre outros.

Como resultado dessa reorganização societária, os acionistas do Itaú Unibanco tiveram direito ao recebimento de participação acionária na XPART na mesma quantidade, espécie e proporção das ações por eles detidas no Itaú Unibanco, sendo que as ações do Itaú Unibanco e os *American Depositary Receipts* - ADRs continuaram a ser negociados com o referido direito ao recebimento de valores mobiliários da XPART até a data de corte ("ex-direito" de recebimento de valores mobiliários da XPART), considerada 1º de outubro de 2021.

Com a reorganização societária a ITAÚSA passou a ter direito à participação acionária na XPART direta e indireta, por meio da IUPAR, equivalente à que detém no Itaú Unibanco, ou seja, 37,32%, e que corresponde a uma participação acionária na XP de 15,12%.

15.2.5.1. Incorporação da XPART pela XP

Em 31 de janeiro de 2021 e em 28 de maio de 2021, a ITAÚSA, a IUPAR, os controladores da XP e a XP assinaram documentos contendo os principais termos e condições relativos à proposta de incorporação da XPART pela XP e outros direitos e obrigações das partes.

Em 1º de outubro de 2021, as Assembleias Gerais da XPART e da XP aprovaram a incorporação da XPART pela XP e a consequente extinção da XPART.

Com a incorporação da XPART pela XP, os acionistas do Itaú Unibanco, que até a data de corte tiveram o direito ao recebimento de valores mobiliários de emissão da XPART, receberam: (i) no caso dos acionistas controladores do Itaú Unibanco (IUPAR e ITAÚSA) e dos titulares de ADRs, ações Classe A de emissão da XP; e (ii) no caso dos demais acionistas, *Brazilian Depositary Receipts* – BDRs patrocinados Nível I.

Em decorrência da Incorporação, a ITAÚSA passou a ser, direta e indiretamente, detentora de ações Classe A de emissão da XP equivalentes a 15,07% do capital total da XP e 4,74% de seu capital votante.

Ainda, a partir desta data, a ITAÚSA e a IUPAR passaram a ser partes do Acordo de Acionistas da XP, com destaque para o direito de ambas indicarem membros ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da XP.

15.2.5.2. Cisão do investimento detido na XP – Controlada em conjunto IUPAR

Em 8 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da IUPAR aprovou a cisão parcial de seu patrimônio líquido, em favor de seus acionistas, correspondente à sua participação societária de 10,58% na XP, deduzido o valor do passivo relativo a tributos diferidos.

Com a incorporação da parcela cindida, a ITAÚSA passou a ser detentora, de forma direta, de 15,06% do capital total da XP.

15.2.5.3. Alienação das ações da XP

Em 14 de dezembro de 2021, a ITAÚSA, por meio de Fato Relevante, comunicou que realizou a venda de 7,8 milhões de ações de classe A da XP, correspondentes a 1,39% do capital total da XP, pelo valor bruto de R\$1.270. O custo equivalente das ações correspondeu ao montante de R\$367, resultando em uma receita de R\$903 registrada na rubrica de "Outras receitas e despesas" (Nota 25).

Após a alienação, a ITAÚSA passou a deter 13,67% do capital total e 4,30% do capital votante da XP, permanecendo inalterados os direitos da ITAÚSA firmados anteriormente no Acordo de Acionistas da XP.

15.2.6. Conclusão do investimento na Aegea, Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4

Em 1º de julho de 2021 a ITAÚSA, por meio de Fato Relevante, comunicou que, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 27 de abril de 2021 e 31 de maio de 2021, concluiu o investimento na Aegea, conforme previsto no Contrato de Investimentos assinado pela ITAÚSA e os demais acionistas da Aegea.

A participação da ITAÚSA ocorreu por meio de subscrição e aquisição de ações ordinárias e preferenciais de classe C da Aegea, cujo desembolso no valor total de R\$1.344 ocorreu em 1º de julho de 2021, e subscrição de ações preferenciais classe D de emissão da Aegea no valor total de aproximadamente R\$1.110, cujo desembolso ocorreu em 27 de julho de 2021. Como resultado, a ITAÚSA passou a deter 10,20% do capital votante, 19,05% das ações preferenciais e 12,88% do capital total da Aegea. O restante do capital permanece com os atuais acionistas controladores da Aegea e o Fundo Soberano de Singapura ("GIC").

Também em 1º de julho de 2021, a ITAÚSA celebrou Acordo de Acionistas com os demais acionistas da Aegea e passou a ter o direito de indicar um membro para cada um dos seguintes órgãos da Aegea: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade e Comitê de Finanças e Avaliação de Projetos, além de indicar, em conjunto com o GIC, um membro independente para o Conselho de Administração. Adicionalmente, terá outros direitos atribuíveis a acionistas relevantes.

Conforme demonstrado na nota 20, para financiar a transação, a ITAÚSA emitiu, em 15 de junho de 2021, debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$2.500.

Em 19 julho de 2021, foi integralizado o valor de R\$102 nas SPEs (Sociedades de Propósito Específico), representado por ações preferenciais de classe A, com direito a voto, sendo R\$52 na Águas do Rio 1 e R\$50 na Águas do Rio 4, resultando em uma participação de 8,16% no capital votante e 5,54% no capital total em cada uma das SPEs. Os recursos foram destinados à outorga de concessões para a prestação regionalizada dos serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços complementares, dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, anteriormente desenvolvidos pela CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

Com o início das operações em 1º de novembro de 2021, as SPEs passaram a atender uma população de aproximadamente 10 milhões de pessoas, em 124 bairros da capital e em outros 26 municípios do estado Rio de Janeiro. Serão iniciadas obras de infraestrutura e melhorias operacionais que beneficiarão a população atendida.

As ações preferenciais detidas pela ITAÚSA, tanto na Aegea quanto nas Águas do Rio 1 e 4, possuem características específicas previstas no acordo de acionistas e, desta forma, a equivalência patrimonial não reflete o percentual de participação total em relação a sua remuneração. As ações preferenciais de classe D da Aegea possuem direito a dividendo de 12,5% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 4,11% para as ações detidas pela ITAÚSA), não participando de distribuições remanescentes e dos prejuízos acumulados. Já as ações preferenciais de classe A das SPEs, em caso de lucro, possuem direito a dividendo de 15% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 1,45% para as ações detidas pela ITAÚSA) e, em caso de prejuízo, participam com 8,16% que corresponde ao percentual de participação do capital votante.

A alocação do preço de compra (segregação do valor justo dos ativos e passivos e do *goodwill*) está apresentada de forma preliminar, representando a melhor estimativa da Administração ao término destas Demonstrações Contábeis, e será concluída ao longo dos próximos meses, após a emissão de laudo de avaliação realizado por avaliador independente.

15.2.7. Aquisição de participação minoritária na ABC da Construção – Controlada Dexco

Em 30 de dezembro de 2021 a controlada Dexco concluiu o processo de aquisição de 10% do capital votante da ABC – Atacado Brasileiro da Construção S.A. (“ABC da Construção”), pelo montante de R\$102. Com mais de 150 lojas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a ABC da Construção é pioneira em implementação digital no varejo de acabamentos e considerada uma das principais *construtechs* do Brasil. A operação foi aprovada, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

15.3. Reconciliação dos investimentos

	Controladora							
	31/12/2021							
	Controladas em conjunto			Controladas			Coligadas	
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	XP	Copa Energia
Patrimônio líquido da investida	152.864	39.004	3.396	5.734	90	3	14.417	1.685
% de participação	19,88%	66,53%	29,18%	36,86%	100,00%	100,00%	13,68%	48,93%
Participação no Investimento	30.387	25.951	991	2.113	90	3	1.973	825
Resultados não realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(21)	-	-	-	-	-	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios								
Mais valia	44	-	410	-	-	-	3	175
Ágio (<i>Goodwill</i>)	429	-	674	-	-	-	1.689	191
Saldo contábil do Investimento na controladora	30.847	25.930	2.075	2.113	90	3	3.665	1.191

	Controladora						
	31/12/2020						
	Controladas em conjunto			Controladas			Coligada
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	Copa Energia
Patrimônio líquido da investida	142.993	36.910	2.949	5.187	38	3	1.537
% de participação	19,91%	66,53%	29,19%	36,61%	100,00%	100,00%	48,50%
Participação no Investimento	28.474	24.557	860	1.899	38	3	745
Resultados não realizados	(10)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(316)	-	-	-	-	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios							
Mais valia	47	-	418	-	-	-	-
Ágio (<i>Goodwill</i>)	460	-	693	-	-	-	474
Saldo contábil do Investimento na controladora	28.971	24.241	1.971	1.899	38	3	1.219

15.4. Informações consolidadas resumidas das investidas relevantes

	Controladas em conjunto				Coligada
	Itaú Unibanco		IUPAR		XP
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Setor financeiro					
Qtde. de ações em circulação das investidas	9.779.890.623	9.762.456.896	1.061.396.457	1.061.396.457	558.821.948
ON	4.958.290.359	4.958.290.359	710.454.184	710.454.184	558.821.948
PN	4.821.600.264	4.804.166.537	350.942.273	350.942.273	-
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA	1.944.075.900	1.944.075.803	706.169.365	706.169.365	76.470.985
ON	1.943.906.577	1.943.906.480	355.227.092	355.227.092	76.470.985
PN	169.323	169.323	350.942.273	350.942.273	-
% de participação ⁽¹⁾	19,88%	19,91%	66,53%	66,53%	13,68%
% de participação no capital votante ⁽²⁾	39,21%	39,21%	50,00%	50,00%	13,68%
Informações sobre o Balanço Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	44.512	46.224	15	-	2.486
Ativos financeiros	1.915.573	1.851.322	650	727	127.745
Ativos não financeiros	109.121	121.705	40.087	37.565	9.109
Passivos financeiros	1.621.786	1.579.686	587	126	91.358
Passivos não financeiros	282.944	285.040	1.161	1.256	33.563
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	152.864	142.993	39.004	36.910	14.417
Informações sobre a Demonstração do Resultado	2021	2020	2021	2020	2021
Resultado de produtos bancários	126.374	100.199	-	-	12.077
Tributos sobre o lucro	(13.847)	9.834	(1)	-	(223)
Lucro líquido atribuível aos controladores	26.760	18.896	7.114	4.889	3.589
Outros resultados abrangentes	(2.827)	1.029	(807)	508	(547)
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	2021	2020	2021	2020	2021
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	23.805	46.689	15	-	1.468

⁽¹⁾ A ITAÚSA detém participação direta no Itaú Unibanco de 19,88% e indireta de 17,44%, por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detêm 26,22% de participação direta no Itaú Unibanco, totalizando 37,32% de participação no capital social.

⁽²⁾ A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco é de 39,21% e indireta de 25,86%, por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detêm 51,71% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco, totalizando 65,06% de participação no capital votante.

Setor não financeiro	Controlada		Controlada em conjunto		Coligadas	
	Dexco		Alpargatas		AEGEA ⁽¹⁾	Copa Energia
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
Qtde. de ações em circulação das investidas	754.473.546	690.560.802	579.082.028	578.937.992	1.019.114.238	352.429.884
ON	754.473.546	690.560.802	302.010.657	302.010.657	709.956.474	352.429.884
PN	-	-	277.071.371	276.927.335	309.157.764	-
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA	278.088.476	252.807.715	168.972.496	168.972.496	131.300.084	172.430.018
ON	278.088.476	252.807.715	129.528.793	129.528.793	72.415.560	172.430.018
PN	-	-	39.443.703	39.443.703	58.884.524	-
% de participação	36,86%	36,61%	29,18%	29,19%	12,88%	48,93%
% de participação no capital votante	36,86%	36,61%	42,89%	42,89%	10,20%	48,93%
Informações sobre o Balanço Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
Ativos circulantes	4.661	4.220	3.224	2.680	3.642	799
Ativos não circulantes	8.759	7.278	4.807	2.135	12.459	4.170
Passivos circulantes	3.372	2.412	4.291	1.277	1.056	669
Passivos não circulantes	4.314	3.898	273	519	8.641	2.614
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	5.734	5.187	3.396	2.949	5.994	1.685
Caixa e equivalentes de caixa	1.421	1.728	583	693	106	71
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	3.870	3.206	111	244	8.569	2.227
Informações sobre a Demonstração do Resultado	2021	2020	2021	2020	2021	2021
Receitas líquidas	8.170	5.880	3.949	3.143	3.711	10.172
Receita financeira	404	132	146	149	1.151	27
Despesa financeira	(307)	(269)	(51)	(217)	(1.750)	(192)
Tributos sobre o lucro	(263)	(81)	(52)	9	(311)	(43)
Lucro líquido atribuível aos controladores	1.726	454	690	140	501	198
Outros resultados abrangentes	170	58	(23)	171	(94)	34
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	2021	2020	2021	2020	2021	2021
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(307)	485	(110)	127	24	(40)

⁽¹⁾ Informações não auditadas.

15.5. Teste de avaliação do valor recuperável

Controladora

A ITAÚSA realizou o teste de avaliação ao valor recuperável dos Investimentos e não identificou a necessidade de provisão para perda do valor recuperável dos mesmos.

Para as investidas Itaú Unibanco, Alpargatas, Dexco e XP, que têm suas ações negociadas em mercado ativo (B3), a avaliação do valor recuperável considerou o valor das ações das referidas companhias multiplicada pela quantidade de ações possuídas pela ITAÚSA na data de encerramento das Demonstrações Contábeis. Para a investida IUPAR, cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco, considerou-se para a avaliação do valor recuperável o mesmo procedimento mencionado acima, contudo, utilizando o valor das ações do Itaú Unibanco.

Para as investidas Itautech, ITH Zux Cayman, Copa Energia, Aegea, Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso dos ativos, calculado conforme metodologias de avaliação.

16. IMOBILIZADO

16.1. Composição

	Controladora							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação								
Terrenos	-	18	-	18	-	18	-	18
Construções e benfeitorias	2,5%	86	(18)	68	2,5%	89	(21)	68
Máquinas, instalações e equipamentos	De 10,0% a 20,0%	18	(5)	13	De 10,0% a 20,0%	20	(6)	14
Móveis e utensílios	10,0%	4	(2)	2	10,0%	4	(2)	2
Subtotal		126	(25)	101		131	(29)	102
Imobilizados em andamento		6	-	6		1	-	1
Total		132	(25)	107		132	(29)	103

	Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação								
Terrenos	-	715	-	715	-	738	-	738
Construções e benfeitorias	De 2,5% a 4,0%	1.373	(618)	755	De 2,5% a 4,0%	1.386	(583)	803
Máquinas, instalações e equipamentos	De 6,4% a 20,0%	5.472	(3.662)	1.810	De 6,5% a 20,0%	5.208	(3.383)	1.825
Móveis e utensílios	10,0%	81	(57)	24	10,0%	77	(54)	23
Veículos	De 20,0% a 25,0%	73	(64)	9	De 20,0% a 25,0%	73	(61)	12
Outros	De 10,0% a 20,0%	321	(244)	77	De 10,0% a 20,0%	304	(225)	79
Subtotal		8.035	(4.645)	3.390		7.786	(4.306)	3.480
Imobilizado em andamento		346	-	346		136	-	136
Total		8.381	(4.645)	3.736		7.922	(4.306)	3.616

16.2. Movimentação

	Controladora							
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	18	69	13	3	-	-	-	103
Aquisições	-	3	1	-	-	-	1	5
Depreciação	-	(2)	(1)	-	-	-	-	(3)
Transferências	-	(2)	1	(1)	-	-	-	(2)
Saldo em 31/12/2020	18	68	14	2	-	-	1	103
Aquisições	-	3	2	-	-	-	9	14
Baixas	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Depreciação	-	(3)	(3)	-	-	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2021	18	68	13	2	-	-	6	107

	Consolidado							
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	704	832	1.828	21	13	79	192	3.669
Aquisições	53	4	38	3	-	12	176	286
Baixas	(24)	(11)	(5)	-	-	(1)	(10)	(51)
Depreciação	-	(36)	(270)	(4)	(3)	(20)	-	(333)
Transferências	-	10	199	3	3	10	(224)	1
Aporte de Capital social - controlada indireta LD Celulose	(3)	(2)	(2)	-	(1)	(1)	-	(9)
Outros	8	6	37	-	-	-	2	53
Saldo em 31/12/2020	738	803	1.825	23	12	79	136	3.616
Aquisições	16	8	96	5	-	14	427	566
Baixas	(1)	-	(2)	-	-	(1)	(5)	(9)
Depreciação	-	(41)	(285)	(4)	(3)	(20)	-	(353)
Transferências	-	8	196	2	-	5	(212)	(1)
Transferência para Ativos mantidos para venda	(35)	(14)	(1)	-	-	-	-	(50)
Outros	(3)	(9)	(19)	(2)	-	-	-	(33)
Saldo em 31/12/2021	715	755	1.810	24	9	77	346	3.736

16.3. Imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Dexco possuía em seu ativo imobilizado terrenos dados como garantia de processos judiciais totalizando R\$2 (R\$2 em 31 de dezembro de 2020).

16.4. Avaliação do valor recuperável

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

16.5. Revisão da vida útil dos ativos

A controlada Dexco e suas controladas revisaram a vida útil estimada dos bens do Imobilizado. Dentre as premissas utilizadas para a revisão das taxas de depreciação, destacam-se: (i) antecedentes internos e externos; (ii) benchmarking e recomendações de manuais do fabricante; (iii) estado de conservação e operações dos bens; (iv) histórico da manutenção e utilização dos bens até a destinação para sucata; e (v) alinhamento ao planejamento geral dos negócios.

Após revisão, as taxas de depreciação foram substancialmente mantidas.

17. INTANGÍVEL

17.1. Composição

	Controladora							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	20,0%	10	(4)	6	20,0%	6	(2)	4
Subtotal		10	(4)	6		6	(2)	4
Intangíveis em andamento		-	-	-		4	-	4
Total		10	(4)	6		10	(2)	8

	Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	20,0%	262	(120)	142	20,0%	199	(106)	93
Marcas e patentes	-	209	-	209	-	209	-	209
Ágio por rentabilidade futura	-	324	-	324	-	324	-	324
Carteira de clientes	6,7%	403	(322)	81	6,7%	404	(295)	109
Subtotal		1.198	(442)	756		1.136	(401)	735
Intangíveis em andamento		-	-	-		4	-	4
Total		1.198	(442)	756		1.140	(401)	739

17.2. Movimentação

	Controladora					Total
	Software	Marcas e patentes	Ágio por rentabilidade futura	Carteira de clientes	Intangíveis em andamento	
Saldo em 31/12/2019	4	-	-	-	-	4
Aquisições	1	-	-	-	4	5
Amortizações	(1)	-	-	-	-	(1)
Saldo em 31/12/2020	4	-	-	-	4	8
Amortizações	(2)	-	-	-	-	(2)
Transferências	4	-	-	-	(4)	-
Saldo em 31/12/2021	6	-	-	-	-	6

	Consolidado					Total
	Software	Marcas e patentes	Ágio por rentabilidade futura	Carteira de clientes	Intangíveis em andamento	
Saldo em 31/12/2019	64	209	319	131	-	723
Aquisições	55	-	-	-	4	59
Baixas	(13)	-	-	-	-	(13)
Amortizações	(13)	-	-	(26)	-	(39)
Redução ao valor recuperável	-	-	(13)	-	-	(13)
Aquisição de empresas	-	-	18	-	-	18
Outros	-	-	-	4	-	4
Saldo em 31/12/2020	93	209	324	109	4	739
Aquisições	62	-	-	-	-	62
Baixas	(3)	-	-	-	-	(3)
Amortizações	(14)	-	-	(26)	-	(40)
Transferências	4	-	-	-	(4)	-
Outros	-	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31/12/2021	142	209	324	81	-	756

17.3. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

A controlada Dexco reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura no processo de aquisição dos seguintes investimentos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Satipel	46	46
Metalúrgica Jacareí	2	2
Caetex Florestal	9	9
Cerâmica Urussanga	93	93
Massima	6	6
Cecrisa	168	168
Total	324	324

17.4. Teste de avaliação do valor recuperável

A controlada Dexco realizou a avaliação do valor recuperável dos seus intangíveis com vida útil indefinida que estão alocados às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor dos fluxos de caixa das UGCs eram superiores aos valores contábeis não havendo, portanto, a necessidade de contabilização de perda no valor recuperável.

As projeções utilizadas pela controlada Dexco na avaliação do valor recuperável, aprovadas pelo Conselho de Administração, tiveram como base o planejamento estratégico que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como suas condições operacionais. Adicionalmente, as premissas representam adequadamente a realidade dos seus negócios considerando, inclusive, importantes reestruturações.

As principais premissas utilizadas foram:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos	5 anos
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - <i>Capital Asset Pricing Model</i>)	10,01% a.a. (*)	8,85% a.a. (*)
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: (1,8% a.a.) Louças: 7,9% a.a. Metais: 3,5% a.a. Chuveiros: 4,7% a.a. Revestimentos cerâmicos: 2,4% a.a.	Painéis: 1,4% a.a. Louças: 2,2% a.a. Metais: 1,2% a.a. Chuveiros: 1,0% a.a. Revestimentos cerâmicos: 1,3% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	3,00% a.a.	3,00% a.a.

(*) Taxa de desconto antes do imposto de renda de 16,67% para 2021 e 13,71% para 2020.

18. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não Circulante
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Nacionais	19	27	7	1.517	1.032	7
Estrangeiros	-	-	-	152	87	-
Partes relacionadas	-	-	-	5	-	-
Total	19	27	7	1.674	1.119	7

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

19.1. Composição

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	Consolidado			
				31/12/2021		31/12/2020	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
BNDES (com swap)	103,89% CDI	Mensal	Aval (70% Itaúsa / 30% Pessoa Física)	12	60	10	70
BNDES (com swap)	117,51% CDI	Mensal	Aval (70% Itaúsa / 30% Pessoa Física)	-	3	-	3
CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio	98% CDI	Semestral	Fiança Dexco S.A.	699	-	-	695
Nota de crédito exportação	104,8% CDI	Até Janeiro de 2021	--	-	-	28	-
FINAME	Pré até 3,5 % a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	3	-	3	4
FNE	Pré 4,71% a.a. até 7,53% a.a.	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda. e hipoteca de terreno	2	12	1	11
Nota de crédito exportação	104,9% CDI	Até Janeiro de 2021	Aval - Dexco S.A.	-	-	36	-
Nota de crédito exportação	CDI + 1,45% a.a.	Março de 2023	--	-	546	-	515
FINEX 4131	CDI + 0,80% a.a.	Dezembro de 2021	--	-	-	138	-
Cédula de Crédito de Exportação	CDI + 1,81% a.a.	Até Maio de 2023	30% de cessão de direitos creditórios de aplicação financeira	96	40	96	135
GIRO	CDI + 1,4495% a.a.	Outubro de 2021	--	5	250	258	-
FINAME DIRETO	até 97,45% CDI	Até Novembro 2035	Hipoteca e Aval de sócios	17	510	-	-
FINEX 4131	CDI + 0,85% a.a.	Novembro de 2026	--	2	400	-	-
Total moeda nacional				836	1.821	570	1.433
Moeda estrangeira							
Leasing	IBR até + 2%	Mensal	Nota promissória	-	1	1	1
Total moeda estrangeira				-	1	1	1
Total Empréstimos e financiamentos				836	1.822	571	1.434

Os empréstimos e financiamentos identificados na tabela anterior como "com swap" estão mensurados ao valor justo por meio do resultado para evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado.

Os *covenants* relacionados aos contratos de Empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota 4.2.3.1.

19.2. Movimentação

	Consolidado
Saldo em 31/12/2019	1.685
Ingressos	1.641
Juros e atualização monetária	96
Amortização - Principal	(1.345)
Amortização - Juros e atualização monetária	(72)
Saldo em 31/12/2020	2.005
Ingressos	913
Juros e atualização monetária	121
Amortização - Principal	(309)
Amortização - Juros e atualização monetária	(72)
Saldo em 31/12/2021	2.658
Circulante	836
Não circulante	1.822

19.3. Prazo de vencimento

	Consolidado		
	31/12/2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Circulante			
2022	836	-	836
Total	836	-	836
Não circulante			
2023	599	1	600
2024	301	-	301
2025	80	-	80
2026	480	-	480
2027 - 2031	248	-	248
Acima de 2032	113	-	113
Total	1.821	1	1.822

20. DEBÊNTURES

20.1. Composição

Emissão	Emissor	Tipo de emissão	Vigência	Qtde. de títulos	Valor unitário (R\$)	Valor da emissão (R\$ milhões)	Encargos	Forma de amortização	31/12/2021		31/12/2020	
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladora												
2ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	05/2017 até 05/2024	12.000	100.000	1.200	106,9% do CDI	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (05/2022, 05/2023 e 05/2024)	411	800	2	1.200
3ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	12/2020 até 12/2030	1.300.000	1.000	1.300	CDI + 2,40%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (12/2028, 12/2029 e 12/2030)	7	1.300	1	1.300
4ª emissão	ITAÚSA	1ª série - ICVM nº476/09	06/2021 até 06/2027	1.250.000	1.000	1.250	CDI + 1,40%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (06/2025, 06/2026 e 06/2027)	6	1.250	-	-
4ª emissão	ITAÚSA	2ª série - ICVM nº476/09	06/2021 até 06/2031	1.250.000	1.000	1.250	CDI + 2,00%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (06/2029, 06/2030 e 06/2031)	6	1.250	-	-
Subtotal Debêntures								430	4.600	3	2.500	
3ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	12/2020 até 12/2030	-	-	(9)	-	Amortização mensal	(1)	(6)	(1)	(8)
4ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	06/2021 até 06/2031	-	-	(9)	-	Amortização mensal	(1)	(7)	-	-
Subtotal Custos de transação								(2)	(13)	(1)	(8)	
Total Controladora								428	4.587	2	2.492	
Consolidado												
2ª emissão	Dexco	Série única - ICVM nº476/09	05/2019 até 05/2026	120.000	10.000	1.200	108,0% do CDI	Juros semestrais e principal em 2 parcelas iguais (05/2024 e 05/2026)	13	1.198	3	1.199
Total Consolidado								441	5.785	5	3.691	

As debêntures não possuem garantias e não são conversíveis em ações.

Os *covenants* relacionados às Debêntures estão apresentados na nota 4.2.3.1.

20.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2019	1.206	2.470
Ingressos - Principal	1.300	1.300
Ingressos - Custo de transação	(9)	(9)
Juros e atualização monetária	37	71
Amortização - Principal	-	(58)
Amortização - Juros e atualização monetária	(40)	(78)
Saldo em 31/12/2020	2.494	3.696
Ingressos - Principal	2.500	2.500
Ingressos - Custo de transação	(8)	(9)
Juros e atualização monetária	243	300
Apropriação - Custo de transação	2	2
Amortização - Juros e atualização monetária	(216)	(263)
Saldo em 31/12/2021	5.015	6.226
Circulante	428	441
Não circulante	4.587	5.785

20.3. Prazo de vencimento

	Controladora	Consolidado
Circulante		
2022	428	441
Total	428	441
Não circulante		
2023	397	397
2024	397	996
2025	414	414
2026	415	1.014
2027 - 2031	2.964	2.964
Total	4.587	5.785

21. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

21.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Controladora		Consolidado		
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	1.746	1.926	133	110	2.169
Contingências					
Constituição	1	120	24	6	150
Atualização monetária	37	48	23	4	75
Reversão	-	(52)	(18)	(4)	(74)
Pagamentos	-	-	(19)	(32)	(51)
Combinação de negócios - Aquisição de empresas	-	2	(2)	66	66
Subtotal	1.784	2.044	141	150	2.335
(-) Depósitos judiciais (*)	(435)	(444)	(30)	(48)	(522)
Saldo em 31/12/2020 líquido de Depósitos Judiciais	1.349	1.600	111	102	1.813

	Controladora		Consolidado		
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	1.784	2.044	141	150	2.335
Contingências					
Constituição	277	395	28	32	455
Atualização monetária	51	52	18	5	75
Reversão	-	(174)	(27)	(3)	(204)
Pagamentos	-	(17)	(22)	-	(39)
Combinação de negócios - Aquisição de empresas	-	1	-	(41)	(40)
Subtotal	2.112	2.301	138	143	2.582
(-) Depósitos judiciais (*)	(449)	(461)	(31)	(50)	(542)
Saldo em 31/12/2021 líquido de Depósitos Judiciais	1.663	1.840	107	93	2.040

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

21.1.1 Tributários

As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos.

Controladora e Consolidado

Destaca-se o processo judicial movido pela ITAÚSA que discute o direito de observar o regime cumulativo de PIS e COFINS, à alíquota de 3,65%, considerando a ilegalidade e inconstitucionalidade da inclusão das "holdings puras" no regime não cumulativo (9,25%). A diferença contestada de 5,60% e não recolhida, referente ao período de abril/2011 a outubro/2017, é cobrada em Execução Fiscal garantida por meio de seguro garantia. A diferença do período de novembro/2017 a fevereiro/2020 foi depositada em juízo e, a partir de março/2020, a ITAÚSA passou a recolher a integralidade do PIS e COFINS enquanto aguarda apreciação de seus recursos pelos Tribunais Superiores. A contingência correspondente ao processo esteve provisionada em períodos anteriores porquanto envolve obrigação legal, ainda que a probabilidade de perda estivesse avaliada como possível. No mês de novembro de 2021, em decorrência de decisão proferida no Supremo Tribunal Federal, foi interposto novo recurso e a probabilidade de perda foi alterada para provável, o que gerou um reforço de provisão correspondente aos encargos legais da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor provisionado é de R\$2.078 (R\$1.758 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$426 (R\$412 em 31 de dezembro de 2020) correspondem aos depósitos judiciais e R\$275 se referem aos honorários de sucumbência em execução fiscal de PIS e COFINS, adicionados na provisão da ITAÚSA em razão da alteração do risco para provável.

21.1.2. Trabalhistas

Referem-se a processos que discutem, de forma substancial, pretensos direitos trabalhistas relativos a horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e responsabilidade subsidiária.

21.1.3. Cíveis

Referem-se, principalmente, a ações por danos morais e materiais.

21.2. Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em discussão, cuja perda foi avaliada como possível que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	222	486	987	1.255
Trabalhistas	-	-	37	47
Cíveis	22	19	60	79
Total	244	505	1.084	1.381

21.2.1. Tributários

Dentre as principais discussões de processos tributários de probabilidade de perda possível, destacamos os processos abaixo:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (indeferimento de pedido de compensação): Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$319 (R\$343 em 31 de dezembro de 2020) na ITAÚSA e suas controladas;
- Tributação de Reserva de reavaliação: Discussão relativa à tributação de Reserva de reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas nos exercícios de 2006 e 2009 cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$304 (R\$302 em 31 de dezembro de 2020) na controlada Dexco;
- PIS e COFINS (Glosa de Créditos): Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$71 (R\$70 em 31 de dezembro de 2020) na controlada Itaotec;

- Incidência e Créditos de ICMS: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$64 (R\$77 em 31 de dezembro de 2020) nas controladas Dexco e Itaotec;
- Autuação de IRPJ e CSLL referente parcelamento de Lei nº 11.941/09: Discussão relativa IRPJ e CSLL em razão da não tributação da receita gerada quando da adoção do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e da não adição de despesas financeiras na apuração de 2009 cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$54 (R\$52 em 31 de dezembro de 2020) na controlada Dexco.

21.3. Ativos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como são parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável. Por serem ativos contingentes, os valores respectivos a esses processos e a contabilização ocorrerão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta se der de forma definitiva. Desta forma, estes processos não estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

	Nota	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Tributários e Cíveis			
Crédito prêmio de IPI (1980 a 1985)		140	129
INSS - Contribuições previdenciárias		23	44
PIS e COFINS	21.3.1	66	41
Cobrança / execução de títulos extrajudiciais		3	7
Correção monetária de créditos com a Eletrobras		102	17
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)		12	11
Outros		18	19
Total		364	268

21.3.1. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Considerando o decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que esclareceu em julgamento de 15 de março de 2017, o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal, a controlada Dexco e suas controladas reconheceram em 2021 o crédito total acumulado de R\$615, com impacto positivo no resultado antes dos efeitos fiscais.

Os créditos reconhecidos são referentes às ações judiciais da controlada Dexco e suas controladas Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. e Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A., todas com decisões transitadas em julgado.

Os valores foram apurados através do levantamento e análise da documentação física e eletrônica de todo o período compreendido pelas ações judiciais, realizado em conjunto com consultores externos.

Além disto, no segundo trimestre de 2021 houve a reversão da provisão contábil anteriormente constituída em decorrência da limitação imposta pela Solução COSIT 13/2018, no valor de R\$142 antes dos efeitos fiscais.

Ressalta-se que para aproveitamento dos referidos créditos, os valores serão habilitados via procedimento administrativo perante a Receita Federal, o que já ocorreu em relação à controlada Dexco e sua controlada Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.

Até a emissão destas demonstrações, ainda não houve o trânsito em julgado da medida judicial da controlada Dexco, relativa ao CNPJ extinto da Duratex S.A., após a associação com a Satipel e Duratex Florestal Ltda., que abrange o período de 2001 a 2015.

Para a controlada Itaotec, o crédito de PIS e COFINS vem sendo apurado em decorrência do reconhecimento judicial obtido em Mandado de Segurança, no qual pleiteava o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. O valor total do crédito depende da análise conclusiva da documentação hábil a garantir a legitimidade do direito creditório, a fim de que seja iniciada a execução da decisão perante o Poder Judiciário, buscando a expedição do precatório judicial, quando então o crédito será reconhecido, se a Fazenda Nacional deixar de questionar o valor a ser executado.

21.3.2. Bônus do Tesouro Nacional – (“BTN”)

No exercício de 2020, a ITAÚSA e a controlada Itaotec obtiveram decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo Governo quando do resgate do BTN, adquirido no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate, o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IRVF e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/1990, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito é discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será pago mediante expedição de precatório judicial.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$51.460 (R\$43.515 em 31 de dezembro de 2020), sendo composto por ações escriturais e sem valor nominal.

Em 13 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração da ITAÚSA deliberou o aumento do capital social, no montante de R\$7.945, mediante capitalização de reservas de lucros com bonificação de ações, na proporção de 5 novas ações para cada 100 ações da mesma espécie, atribuídas gratuitamente aos acionistas. Como resultado da bonificação, foram emitidas 144.491.889 ações ordinárias e 276.048.858 ações preferenciais.

A composição do capital social está apresentada conforme a seguir:

	31/12/2021					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	1.919.910.655	63,27	1.047.918.892	18,08	2.967.829.547	33,61
Demais acionistas	1.114.419.004	36,73	4.740.707.126	81,78	5.855.126.130	66,30
Ações em tesouraria	-	-	8.400.000	0,14	8.400.000	0,10
Total	3.034.329.659	100,00	5.797.026.018	100,00	8.831.355.677	100,00
Residente no país	3.031.669.932	99,91	3.908.670.409	67,43	6.940.340.341	78,59
Residente no exterior	2.659.727	0,09	1.888.355.609	32,57	1.891.015.336	21,41
	31/12/2020					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	1.828.486.350	63,27	1.001.079.469	18,13	2.829.565.819	33,64
Demais acionistas	1.061.351.420	36,73	4.519.897.691	81,87	5.581.249.111	66,36
Total	2.889.837.770	100,00	5.520.977.160	100,00	8.410.814.930	100,00
Residente no país	2.886.568.858	99,89	3.779.660.755	68,46	6.666.229.613	79,26
Residente no exterior	3.268.912	0,11	1.741.316.405	31,54	1.744.585.317	20,74

As ações preferenciais não possuem direito a voto, contudo, apresentam as seguintes vantagens aos seus detentores:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$0,01 por ação, não cumulativo, assegurado dividendo, pelo menos, igual ao das ações ordinárias; e
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

O capital social poderá ser aumentado até o limite de 12.000.000.000 de ações, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e 8.000.000.000 em ações preferenciais.

22.2. Reservas

22.2.1. Reservas de Capital

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Opções de ações outorgadas	599	572
Ágio na emissão de ações	4	4
Incentivos fiscais	2	2
Reserva de reavaliação	6	6
Outras	(39)	2
Total	572	586

22.2.2. Reservas de lucros

	Controladora					Total
	Reserva legal	Reservas estatutárias			Dividendos propostos	
		Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas		
Saldo em 31/12/2019	2.262	3.149	1.690	2.120	3.729	12.950
Constituição	353	2.416	966	1.450	-	5.185
Capitalização de Reservas	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(3.729)	(3.729)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	48	48
Dividendos prescritos	-	3	-	-	-	3
Equivalência patrimonial reflexa	-	88	-	-	-	88
Saldo em 31/12/2020	2.615	5.656	2.656	3.570	48	14.545
Constituição	610	4.120	1.648	2.472	-	8.850
Capitalização de Reservas (Bonificação de ações)	-	(7.938)	-	-	-	(7.938)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(48)	(48)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos ⁽¹⁾	-	(564)	(91)	(142)	797	-
Dividendos prescritos	-	6	-	-	-	6
Equivalência patrimonial reflexa	-	904	-	-	-	904
Saldo em 31/12/2021	3.225	2.184	4.213	5.900	797	16.319

⁽¹⁾ Refere-se a Juros sobre capital próprio, deliberado pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2021 e 14 de fevereiro de 2022, a débito de reservas de lucros de exercícios anteriores, a serem creditados aos acionistas em 31 de janeiro de 2022 e pagos em 11 de março de 2022. Como necessitam de ratificação pela Assembleia Geral da ITAÚSA, os mesmos permanecem no Patrimônio líquido até a sua referida aprovação ou pagamento.

(a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.

(b) Reservas estatutárias

- **Reserva de equalização de dividendos:** tem por finalidade garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, limitada à 40% do Capital social;

- **Reserva para reforço do capital de giro:** tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da ITAÚSA, limitada à 30% do Capital social; e
- **Reserva para aumento de capital de empresas participadas:** tem por finalidade garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, limitada à 30% do Capital social.

O montante das referidas reservas estatutárias acima não excederá o limite de 95% do Capital social. Adicionalmente, o saldo dessas reservas, somado ao da Reserva legal, não poderá ultrapassar o Capital social.

(c) Dividendos propostos

Referem-se aos Dividendos e Juros sobre o capital próprio, deliberados pelo Conselho de Administração, a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis.

22.3. Ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Benefício pós emprego	(537)	(574)
Valor justo de ativos financeiros	(912)	380
Ajuste de conversão / hiperinflação	2.282	2.392
Hedge accounting	(3.201)	(3.501)
Total	(2.368)	(1.303)

O saldo refere-se, em sua totalidade, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial das coligadas e controladas em conjunto.

22.4. Destinação do resultado, Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP

22.4.1. Destinação do resultado

	Controladora	
	2021	2020
Lucro líquido	12.200	7.056
(-) Reserva legal	(610)	(353)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	11.590	6.703
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	2.898	1.676
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	336	841
Juros sobre capital próprio	3.014	982
Dividendos e JCP adicionais propostos	-	48
	3.350	1.871
Reservas de lucros	8.240	4.832
	11.590	6.703
% bruto pertencente aos acionistas	28,90%	27,91%

As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais.

O valor por ação dos dividendos e JCP, relativos ao exercício de 2021, está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado ou previsto)	Valor por ação		Montante distribuído	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Pagos/Provisionados					
Dividendos trimestrais	01/07/2021	0,02000	0,02000	168	168
Juros sobre capital próprio	26/08/2021	0,01546	0,01314	130	110
Juros sobre capital próprio	26/08/2021	0,01908	0,01622	160	137
Juros sobre capital próprio	26/08/2021	0,02131	0,01811	179	152
Juros sobre capital próprio	26/08/2021	0,01840	0,01564	155	132
Dividendos trimestrais	01/10/2021	0,02000	0,02000	168	168
Juros sobre capital próprio	26/08/2021	0,03734	0,03174	314	267
Juros sobre capital próprio trimestrais	03/01/2022	0,02353	0,02000	198	168
Juros sobre capital próprio	11/03/2022	0,15472	0,13151	1.301	1.106
Juros sobre capital próprio	11/03/2022	0,04300	0,03655	379	322
Juros sobre capital próprio trimestrais	01/04/2022	0,02353	0,02000	198	168
Total		0,39636	0,34291	3.350	2.898

22.4.2. Dividendos e JCP a pagar

A movimentação dos Dividendos e JCP a pagar está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2019	347	50	397	348	137	485
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	1.901	1.608	3.509	1.901	1.698	3.599
Dividendos do exercício	841	-	841	841	-	841
JCP do exercício	-	879	879	-	972	972
Dividendos prescritos	-	(3)	(3)	-	(3)	(3)
Pagamentos	(2.740)	(1.651)	(4.391)	(2.740)	(1.829)	(4.569)
Saldo em 31/12/2020	349	883	1.232	350	975	1.325
Dividendos e JCP deliberados	336	2.722	3.058	633	3.268	3.901
Dividendos prescritos	(3)	(3)	(6)	(3)	(3)	(6)
Pagamentos	(673)	(1.729)	(2.402)	(970)	(2.365)	(3.335)
Saldo em 31/12/2021	9	1.873	1.882	10	1.875	1.885

22.5. Ações em tesouraria

Em 22 de fevereiro de 2021 o Conselho de Administração aprovou um Programa de Recompra de Ações de Emissão Própria, para tesouraria, até o limite de 250 milhões de ações (50 milhões de ordinárias e 200 milhões de preferenciais) que representam 4,5% das ações em circulação da ITAÚSA.

Durante o exercício, observando o momento de mercado e a oportunidade de alocação eficiente de capital, realizou as seguintes movimentações:

	Controladora			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-
Aquisição de ações	-	8.000.000	8.000.000	(90)
Bonificação de ações	-	400.000	400.000	(7)
Saldo em 31/12/2021	-	8.400.000	8.400.000	(97)

O preço médio de aquisição das ações, no exercício de 2021, foi de R\$11,22.

23. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de venda de produtos e serviços		
Mercado interno	8.584	6.161
Mercado externo	1.568	1.149
	10.152	7.310
Deduções da receita		
Tributos sobre as vendas	(1.982)	(1.430)
	(1.982)	(1.430)
Total	8.170	5.880

24. RESULTADO POR NATUREZA

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Remuneração e encargos com pessoal		(75)	(74)	(1.320)	(1.109)
Comissões		-	-	(144)	(73)
Matérias primas e materiais de consumo		-	-	(4.338)	(2.712)
Variação nos estoques de produtos acabados e em elaboração		-	-	857	217
Variação no valor justo dos ativos biológicos	12	-	-	129	117
Depreciação e amortização		(10)	(7)	(686)	(589)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		-	-	(21)	(25)
Despesas com transportes		-	-	(528)	(368)
Despesas com publicidade		(9)	-	(142)	(91)
Seguros		(16)	(8)	(23)	(13)
Outras despesas	24.1	(33)	(40)	(593)	(578)
Total		(143)	(129)	(6.809)	(5.224)
Reconciliação com a Demonstração do Resultado					
Custos dos produtos e serviços		-	-	(5.296)	(4.028)
Despesas com vendas		-	-	(1.006)	(781)
Despesas gerais e administrativas		(143)	(129)	(507)	(415)
Total		(143)	(129)	(6.809)	(5.224)

24.1. Outras despesas (Controladora)

Do montante em 2021 de R\$33 (R\$40 em 2020), R\$26 (R\$19 em 2020) corresponde a serviços de terceiros, tais como consultorias e honorários advocatícios.

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Dividendos e Juros sobre capital próprio	6.1	209	181	209	181
Amortização carteira de clientes		-	-	(26)	(26)
Resultado na venda de imobilizado		-	-	(18)	6
Benefícios a empregados		(2)	-	(2)	(15)
Receita de aluguéis		7	6	5	2
Doações - COVID - 19		-	(50)	(5)	(57)
Reversão de provisão ICMS base PIS e COFINS	21.3.1	-	-	113	-
Exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS	21.3.1	-	-	392	-
Perda no valor recuperável		-	-	5	(13)
Resultado na venda de investimentos	15.2.5.3	903	-	903	-
Resultado com contingências	21.1	(277)	-	(315)	-
Outros		(18)	(5)	78	10
		822	132	1.339	88

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		67	24	132	57
Valor justo de títulos e valores mobiliários	6	648	357	648	357
Variação cambial ativa	26.2	59	69	105	145
Juros e descontos obtidos		-	-	-	14
Atualização de depósitos judiciais		15	12	18	15
Outras atualizações monetárias		7	12	33	27
Atualizações - Créditos de PIS e COFINS	21.3.1	-	-	245	-
Outras receitas financeiras		14	-	47	1
		810	474	1.228	616
Despesas financeiras					
Encargos de dívida		(260)	(51)	(472)	(194)
Valor justo de títulos e valores mobiliários	6	(124)	(47)	(124)	(47)
PIS/COFINS sobre receita financeira	26.1	(235)	(235)	(249)	(237)
Juros de passivo de arrendamento		-	-	(6)	(5)
Variação cambial passiva	26.2	(101)	(161)	(147)	(198)
Atualização de provisões para contingências		(51)	(36)	(52)	-
Outras atualizações monetárias		-	(1)	-	(17)
Operações com derivativos		-	-	(8)	(47)
Outras despesas financeiras		(5)	-	(27)	(60)
		(776)	(531)	(1.085)	(805)
		34	(57)	143	(189)

26.1. PIS/COFINS sobre Receitas financeiras

Referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS incidentes sobre a receita com JCP recebidos.

26.2. Variação cambial ativa e passiva (Controladora)

A totalidade das rubricas é decorrente do montante a pagar ao fundo Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações e Multiestratégia, em virtude da aquisição de 7,65% da NTS. Em 16 de dezembro de 2021 o passivo foi aportado integralmente na NISA (Nota 11.1).

27. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os valores registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	11.869	7.160	13.240	7.535
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	(4.035)	(2.434)	(4.502)	(2.562)
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos				
Resultado de participações societárias	3.793	2.453	3.535	2.373
Dividendos sobre investimento classificados como ativo financeiro	69	59	69	59
Juros sobre o capital próprio	178	125	419	199
Lucros do Exterior	(26)	-	(26)	-
Créditos tributários	309	(297)	344	(297)
Incentivos fiscais	-	-	59	-
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	20	14
Atualização Selic s/ICMS na Base do PIS/COFINS	-	-	107	-
Outros ajustes não dedutíveis	43	(10)	26	23
IRPJ e CSLL apurados	331	(104)	51	(191)
Correntes	(7)	-	(278)	(111)
Diferidos	338	(104)	329	(80)
Alíquota efetiva	-2,8%	1,5%	-0,4%	2,5%

27.1. Não incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic no crédito decorrente de repetição do indébito

Em 27 de setembro de 2021, o Plenário do STF negou provimento ao recurso extraordinário 1.063.187/SC, dotado de repercussão geral, interposto pela União, fixando a seguinte tese: "É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". A ITAÚSA e a controlada Dexco possuem ações judiciais anteriores ao julgamento do mérito da repercussão geral. Na controlada Dexco, não houve a tributação da Selic pelo IRPJ e CSLL, sendo que o efeito positivo no resultado foi de R\$14, em face da reversão da tributação de IRPJ e CSLL do crédito prêmio de IPI, originalmente registrado em 2017, após o êxito da ação judicial.

28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	8.007	4.632
Ordinárias	4.193	2.424
	12.200	7.056
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	5.793.372.893	5.797.026.018
Ordinárias	3.034.329.659	3.034.329.659
	8.827.702.552	8.831.355.677
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	1,38201	0,79897
Ordinárias	1,38201	0,79897

29. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações – Controlada Dexco

Conforme previsão estatutária, a controlada Dexco possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da mesma, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas de seu Capital social.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no plano, subscrever ações ordinárias do Capital social autorizado da controlada Dexco.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação ("Comitê"), designado pelo Conselho de Administração da controlada Dexco. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que houve apuração de lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Dexco que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Dexco será fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Dexco nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Segue abaixo as características das ações outorgadas e as principais premissas para o cálculo do valor justo:

	2013	2014	2016	2018	2019
Principais características					
Total de opções de ações outorgadas	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	14,45	11,44	5,74	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	6,54	4,48	4,00	5,19	5,17
Prazo limite para exercício	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos	8,8 anos	8,8 anos
Prazo de carência	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos	3,8 anos	3,7 anos
Principais premissas para cálculo do valor justo					
Volatilidade do preço da ação	34,13%	28,41%	39,82%	38,09%	38,49%
<i>Dividend Yield</i>	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	3,58%	6,39%	6,95%	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%

A controlada Dexco efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos anos de 2015, 2017, 2020 e 2021 não houve outorga de opção de ações.

Segue abaixo a apropriação das opções outorgadas:

Exercício da outorga	Saldo de ações a exercer		Valor Total	Competência						Próximo Exercício
	31/12/2020	31/12/2021		Vencidas	2013 a 2017	2018	2019	2020	2021	
Vencidas em anos anteriores				87	-	-	-	-	-	-
2014	1.091.511	842.495	9	-	8	-	-	-	-	-
2016	148.700	98.000	5	-	3	1	1	-	-	-
2018	780.671	759.695	5	-	-	1	2	1	1	-
2019	1.976.673	1.937.925	10	-	-	-	2	3	3	3
	3.997.555	3.638.115	29	87	11	2	5	4	4	3
Efetividade de exercício			94,90%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%
Valor apurado			28	84	11⁽¹⁾	2⁽¹⁾	5⁽¹⁾	4⁽⁴⁾	4⁽⁵⁾	3⁽⁶⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2013 a 2017;

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2018;

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2019;

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2020;

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2021;

(6) Valor a ser contabilizado no resultado do próximo exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 a controlada Dexco possuía 6.489.405 ações em tesouraria (1.223.698 em 31 de dezembro de 2020), que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

30.1. Planos de previdência privada

A ITAÚSA e suas controladas no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação é regulada em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido - BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.

30.1.1. Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2021 com 6.833 participantes (7.232 em 31 de dezembro de 2020).

No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não realizaram contribuições nos exercícios de 2021 e 2020.

(a) Fundo Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, foi calculado pelos atuários independentes e está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações	(106)	(55)	(1.756)	(1.762)
Valor justo dos ativos	170	86	2.804	2.776
Restrição no reconhecimento do ativo	(55)	(21)	(939)	(908)
Ativo reconhecido (Não circulante)	9	10	109	106

A variação negativa do saldo a receber, na ITAÚSA no valor de R\$1 e positiva no consolidado no valor de R\$3, foram registrados no resultado em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas".

30.1.2. Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Em dezembro de 2019 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2016, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de janeiro de 2020, no montante de R\$2 na ITAÚSA e de R\$18 no consolidado.

Em outubro de 2020 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2017, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de novembro de 2020, no montante de R\$1 na ITAÚSA e de R\$14 no consolidado.

Ambas as restituições foram registradas no Balanço Patrimonial na rubrica "Outros ativos" (Nota 11) em contrapartida do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas e despesas".

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não esperam realizar contribuições no exercício de 2022.

(a) Movimentação dos ativos e passivos atuariais

		Controladora							
		31/12/2021				31/12/2020			
		Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Nota		(16)	26	(8)	2	(18)	26	(7)	1
Saldo inicial									
Juros		(1)	2	(1)	-	(1)	2	-	1
Retorno sobre os ativos do plano		-	-	-	-	-	1	-	1
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas		(1)	-	-	(1)	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas		1	-	-	1	1	-	-	1
Mudança no superávit irre recuperável		-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Contribuições pagas pelas patrocinadoras empresa		-	(1)	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Benefícios pagos		2	(2)	-	-	2	(2)	-	-
Saldo final		(15)	25	(9)	1	(16)	26	(8)	2
Circulante	11				1				1
Não circulante	11				-				1

		Consolidado							
		31/12/2021				31/12/2020			
		Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
		(156)	254	(72)	26	(180)	267	(69)	18
Saldo inicial									
Custo do serviço passado		-	-	-	-	6	-	-	6
Juros		(11)	18	(5)	2	(12)	18	(4)	2
Retorno sobre os ativos do plano		-	(14)	-	(14)	-	(7)	-	(7)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas		(4)	-	-	(4)	1	-	-	1
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas		13	-	-	13	12	-	-	12
Mudança no superávit irre recuperável		-	-	7	7	-	-	1	1
Contribuições pagas pelas patrocinadoras		-	(12)	-	(12)	-	(7)	-	(7)
Benefícios pagos		17	(17)	-	-	17	(17)	-	-
Saldo final		(141)	229	(70)	18	(156)	254	(72)	26
Circulante	11				13				11
Não circulante	11				5				15

(b) Classes de ativos

Classe de ativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	%	%	%	%
Renda fixa	100	100	100	100
Total	100	100	100	100

(c) Principais premissas atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Premissas econômicas		
Taxa de desconto	9,13%	7,62%
Taxa de inflação	3,75%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	4,43%	3,50%
Crescimento dos benefícios	3,75%	3,50%
Premissas demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de entrada em invalidez	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)
Tábua de rotatividade	Experiência do atuário	Experiência do atuário
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios

(d) Análise de sensibilidade

Segue abaixo uma análise de sensibilidade considerando os efeitos decorrentes de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar o resultado do Plano BD:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto				
+1,0%	14	15	130	145
-1,0%	16	17	148	168

(e) Análise de vencimento dos benefícios

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
2022	2	18
2023	1	16
2024	1	15
2025	2	15
2026	2	15
2027 - 2031	8	71
Total	16	150

30.2. Planos de assistência médica

A controlada Dexco oferece 2 planos de assistência médica:

- **Plano de assistência médica pós-emprego:** A Dexco oferece planos que foram contributários, atualmente, com coparticipação aos seus colaboradores e respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, 10 operadoras de saúde totalizavam 28.299 e 24.889 vidas, respectivamente, (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei nº 9.656/98.
- **Plano de assistência médica a funcionários afastados:** A Dexco oferece plano de benefício de plano de saúde para empregados afastados.

A controlada Dexco contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos passivos dos planos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As hipóteses e o método atuarial utilizado para a avaliação estão em conformidade com os princípios atuariais e com o CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

(a) Movimentação dos passivos atuariais

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações do plano		
Saldo inicial	50	72
Custo do serviço corrente	-	1
Custo do serviço passado	-	(10)
Custo dos juros	4	5
Retorno/Perda sobre os ativos do plano	(3)	(7)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	(13)	(10)
Benefícios pagos	-	(1)
Saldo final	38	50
Reconhecidos no Resultado	1	(12)
Reconhecido em Outros resultados abrangentes	(13)	(10)

30.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP

A controlada Dexco e suas controladas aprovaram, em 30 de abril de 2020, Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. O ILP tem por finalidade: (i) estimular o compromisso dos executivos no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da companhia; (ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da companhia; e (iii) proporcionar, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado. O ILP está subdividido da seguinte forma:

- **Performance shares:** Serão transferidas ações de emissão da controlada Dexco aos participantes em caso de atingimento da meta de *performance*, com base no planejamento estratégico da controlada Dexco, para o período de 5 anos. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Matching:** A controlada Dexco convidará o beneficiário a investir um percentual do seu Incentivo de Curto Prazo – ICP comprando ações da companhia, devendo o beneficiário permanecer com as ações durante o período abrangido pelo programa. Ao completar 4 anos, a controlada Dexco procederá a transferência de adicional corresponde a 50% das ações adquiridas pelo beneficiário e, ao completar 5 anos, a controlada Dexco concluirá a integralidade do aporte dos 50% restantes, completando 100% do *matching*. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Ações restritas:** Serão transferidas ações da controlada Dexco aos seus colaboradores, sem custo, desde que, no período de um ano, os mesmos tenham atingido desempenho diferenciado e garantido alto impacto para o negócio da companhia. Serão elegíveis ao programa os colaboradores admitidos sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. As ações serão transferidas após o prazo de 3 anos da sua concessão.

Em relação aos planos descritos acima, durante o exercício de 2021 foram reconhecidos no resultado o valor de R\$6 (R\$2 em 2020) e no patrimônio líquido o valor de R\$6 (R\$1 em 2020).

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais divulgados refletem, de modo consistente, a gestão para tomada de decisões e o acompanhamento de resultados do Comitê Executivo, principal tomador das decisões operacionais na ITAÚSA.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

As políticas contábeis de cada segmento são uniformes às utilizadas pela ITAÚSA, em todos os aspectos materiais. Os segmentos possuem carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo. Os segmentos considerados na Demonstração Consolidada da ITAÚSA são os seguintes:

- **Dexco:** Apresenta 4 segmentos de negócio: (i) Deca – fabrica e comercializa louças, metais, duchas e torneiras elétricas, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; (ii) Revestimentos cerâmicos - produz e comercializa revestimentos para piso e parede, utilizando as marcas Ceusa, Cecrisa e Portinari, com destaques no mercado nacional por seus atributos de inovação, qualidade e tecnologia de ponta; (iii) Madeira – fabrica e comercializa painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, provenientes de florestas de reflorestamento certificadas, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados e vinílicos, sob a marca Durafloor, e revestimentos para teto e parede; e (iv) Celulose solúvel - construção de uma nova fábrica de celulose solúvel com capacidade de produção anual de 500 mil toneladas, localizada na região do Triângulo Mineiro (MG), em parceria com a empresa austríaca Lenzing, por meio da qual busca trazer diversificação e maior exposição a moedas fortes em seu resultado.
- **Outros:** Referem-se às informações da Itaotec e ITH Zux Cayman.

	31/12/2021					31/12/2020				
	DEXCO	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado	DEXCO	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado
Balço patrimonial										
Total do Ativo	13.420	74.602	165	(2.206)	85.981	11.498	62.985	91	(1.974)	72.600
Total do Passivo	7.686	8.716	71	-	16.473	6.310	5.642	50	(35)	11.967
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	5.734	65.886	92	(5.826)	65.886	5.187	57.343	39	(5.226)	57.343
Demonstração de resultado										
2021										
Receita líquida	8.170	-	-	-	8.170	5.880	-	-	-	5.880
Mercado interno	6.742	-	-	-	6.742	4.822	-	-	-	4.822
Mercado externo	1.428	-	-	-	1.428	1.058	-	-	-	1.058
Resultado de participações societárias	(69)	11.156	-	(690)	10.397	(67)	7.214	-	(167)	6.980
Resultado financeiro	97	34	12	-	143	(137)	(57)	5	-	(189)
Depreciações e amortizações	(680)	(10)	-	-	(690)	(582)	(7)	-	-	(589)
Tributos sobre o lucro	(263)	331	(17)	-	51	(81)	(104)	(6)	-	(191)
Lucro líquido	1.725	12.200	56	(690)	13.291	454	7.056	-	(166)	7.344
Análise de desempenho										
ROE ⁽¹⁾	31,3%	20,1%	-	-	-	9,3%	13,0%	-	-	-

⁽¹⁾ Representa a relação entre o Lucro líquido e o Patrimônio líquido médio, ambos atribuíveis aos acionistas controladores

Embora o Itaú Unibanco, a Alpargatas, a NTS, a Copa Energia, a XP e a Aegea não sejam empresas controladas e, por consequência, não sejam consideradas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Administração revisa suas informações e as considera como um segmento de negócio por serem parte do portfólio de investimentos da ITAÚSA. O detalhamento de suas atividades e o resumo de suas informações financeiras está demonstrado a seguir:

- **Itaú Unibanco:** é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.
- **Alpargatas:** suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.
- **NTS:** transportadora de gás natural, por meio de sistema de gasodutos, operando nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os quais respondem por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil. Esse sistema possui conexões com o gasoduto Brasil-Bolívia, com os terminais de gás natural liquefeito (GNL) e com as unidades de processamento de gás.
- **Copa Energia:** consolida as marcas Copagaz e Liquigás que respondem juntas por cerca de 25% da distribuição de GLP no Brasil. Possuem operações em 24 estados e Distrito Federal e cerca de 90 mil colaboradores diretos e indiretos.
- **XP:** plataforma provedora de produtos e serviços financeiros no Brasil.
- **Aegea:** líder no setor privado em serviços de saneamento básico no Brasil.

	 ⁽¹⁾						 ⁽¹⁾		
	31/12/2021						31/12/2020		
Balanco Patrimonial									
Total do Ativo	2.069.206	139.340	8.031	11.410	16.101	4.969	2.019.251	4.815	10.200
Total do Passivo	1.904.730	124.921	4.564	8.945	9.697	3.283	1.864.726	1.796	8.056
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	152.864	14.417	3.396	2.465	5.994	1.685	142.993	2.949	2.144
Demonstração de Resultado									
	2021						2020		
Receita líquida ⁽²⁾	192.192	12.077	3.949	5.766	3.711	10.172	166.656	3.364	4.671
Mercado interno	150.708	11.724	2.693	5.766	3.711	10.172	141.037	2.484	4.671
Mercado externo	41.484	353	1.256	-	-	-	25.619	880	-
Resultado de participações societárias	1.164	(8)	-	-	64	2	1.399	-	-
Resultado financeiro ⁽³⁾	-	-	95	(209)	(599)	(165)	-	(73)	(107)
Depreciações e amortizações	(5.548)	(232)	(131)	(414)	(326)	(182)	(5.064)	(162)	(384)
Tributos sobre o lucro	(13.847)	(223)	(52)	(1.521)	(311)	(43)	9.834	8	(1.242)
Lucro líquido atribuível aos controladores	26.760	3.589	690	3.060	501	198	18.896	140	2.527
Análise de desempenho									
ROE	18,2%	28,6%	21,7%	-	-	-	14,2%	5,0%	-

⁽¹⁾ Corresponde à participação direta e indireta por meio da IUPAR (vide nota 15.4)

⁽²⁾ Para o Itaú Unibanco corresponde à: (i) Receita de juros, rendimentos e dividendos; (ii) Ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros; (iii) Resultado de operações de câmbio e variações cambiais sobre transações no exterior; (iv) Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias; e (v) Resultado de operações de seguros e previdência privada

⁽³⁾ Devido o Itaú Unibanco e a XP pertencerem ao "Setor financeiro" as receitas e despesas financeiras encontram-se incorporadas no item de "Receita líquida"

⁽⁴⁾ Informações não auditadas.

32. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A ITAÚSA possui "Política para Transações com Partes Relacionadas", aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa. Em 9 de agosto de 2021 foi criado o Comitê de Partes Relacionadas com o objetivo de avaliar e deliberar previamente sobre a viabilidade das transações com partes relacionadas, conforme critérios indicados na referida política.

Além dos montantes de Dividendos a receber (Nota 9), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

	Natureza	Relacionamento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa			-	-	15	49
Itaú Unibanco	Conta corrente e aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	15	49
Títulos e Valores Mobiliários			-	20	-	20
Copa Energia	Debêntures	Coligada	-	20	-	20
Clientes			-	1	23	9
Dexco	Aluguel de imóveis	Controlada	-	1	-	-
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	22	9
LD Celulose	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	1	-
Ativo Biológico			-	-	38	31
LD Celulose	Coligada indireta		-	-	38	31
Total			-	21	76	109
Passivo						
Empréstimos			-	-	(546)	(515)
Itaú Unibanco	Crédito de Exportação	Controlada em conjunto	-	-	(546)	(515)
Arrendamentos			-	-	(32)	(30)
Ligna Florestal Ltda.	Aluguéis	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	(32)	(30)
Debêntures			(1.162)	(742)	(1.162)	(742)
Itaú Unibanco	Debêntures	Controlada em conjunto	(1.173)	(751)	(1.173)	(751)
Itaú Unibanco	Custo na emissão de debêntures	Controlada em conjunto	2	-	2	-
Itaú BBA	Custo na emissão de debêntures	Controlada em conjunto	9	9	9	9
Outros passivos			(1)	(1)	(12)	(4)
Itaú Unibanco	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	-	-	-	(3)
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(1)	(1)	(1)	(1)
LD Celulose	Contas a pagar	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	(7)	-
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	(4)	-
Total			(1.163)	(743)	(1.752)	(1.291)
Resultado						
Receita líquida			-	-	190	124
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	188	124
LD Celulose	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	1	-
Itaú Unibanco	Venda de produtos	Controlada em conjunto	-	-	1	-
Custo dos produtos e serviços			-	-	(7)	(6)
Ligna Florestal Ltda.	Custos com arrendamentos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	(3)	(3)
LD Florestal	Custos com arrendamentos	Controlada em conjunto indireta	-	-	-	(2)
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	-	-	(1)	(1)
Liquigaz	Fornecimento de produtos		-	-	(3)	-
Despesas gerais e administrativas			(8)	(11)	(9)	(12)
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(8)	(11)	(9)	(12)
Outras receitas e despesas			7	(43)	3	(52)
Itaú Unibanco	Outras Receitas	Controlada em conjunto	-	1	-	1
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Doações - Todos pela Saúde	Outras partes relacionadas	-	(50)	-	(55)
Dexco	Receita de aluguel	Controlada	4	4	-	-
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Receita de aluguel	Outras partes relacionadas	3	2	3	2
Resultado financeiro			(53)	-	(81)	(17)
Itaú Unibanco	Aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	1	2
XP Investimentos	Aplicações financeiras	Coligada	-	-	2	-
Copa Energia	Debêntures	Coligada	1	-	1	-
Itaú Unibanco	Despesas financeiras	Controlada em conjunto	(68)	-	(99)	(19)
Itaú BBA	Despesas financeiras	Controlada em conjunto	(1)	-	(1)	-
Itaú Unibanco	Resultado de derivativo	Controlada em conjunto	15	-	15	-
Total			(54)	(54)	96	37

32.1. Garantias prestadas

A ITAÚSA é garantidora das seguintes transações demonstradas abaixo:

Parte relacionada	Relacionamento	Tipo	Objeto	Controladora	
				31/12/2021	31/12/2020
Dexco	Controlada	Aval	Empréstimo	373	24
Duratex Florestal Ltda.	Controlada indireta	Aval	Empréstimo	30	34
Itautec	Controlada	Aval	Seguro garantia em processos judiciais	40	36
Águas do Rio 1 ⁽¹⁾	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	51	-
Águas do Rio 4 ⁽¹⁾	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	53	-
Total				547	94

⁽¹⁾ Em julho de 2021, a ITAÚSA outorgou alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes ou futuras, representativas do capital social das SPEs Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, de titularidade da ITAÚSA, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações" celebrado entre a ITAÚSA e demais acionistas das SPEs, na qualidade de alienantes fiduciários, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pelas SPEs no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e no montante total contratado de R\$8 bilhões.

Em março de 2021, a controlada Dexco, com o objetivo de aprimorar seu perfil de liquidez e endividamento, assinou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$697, com prazo de utilização (desembolso) de até 2 anos, podendo ser renovado por mais 1 ano, com prazos de vencimentos de até 16 anos e com custos de IPCA + spread variável conforme o vencimento de cada desembolso da operação. Este financiamento possuiu garantia real de planta fabril da controlada Dexco com 100% de aval dos acionistas controladores da Dexco sendo 67% da ITAÚSA. Até 31 de dezembro de 2021, a controlada Dexco recebeu R\$510 referente a esse financiamento.

32.2. Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração	39	39	80	73
Encargos sociais	6	5	10	9
Benefícios de curto prazo ⁽¹⁾	2	2	2	2
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	10	6
Outros incentivos de longo prazo	-	1	-	1
Total	47	47	102	91

⁽¹⁾ Compreendem: Assistência médica e odontológica, Auxílio alimentação e Seguro de vida

33. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

As atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dividendos/JCP deliberados não recebidos	949	985	949	951
Dividendos/JCP deliberados não pagos	(1.871)	(1.215)	(1.871)	-
Aumento de capital em investida com integralização de debêntures	21	-	21	1.307
Total	(901)	(230)	(901)	2.258

34. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Impactos da COVID-19

A ITAÚSA, em conjunto com as companhias investidas, tem envidado esforços para minimizar os impactos decorrentes da atual pandemia da COVID-19 nas operações e na sociedade, além de adotar diversas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança de seus colaboradores.

A Administração da ITAÚSA vem monitorando de forma constante os impactos econômico-financeiros desta pandemia que afetam adversamente os seus resultados próprios e os resultados advindos das companhias investidas.

Para o exercício de 2021, não houve impactos significativos nas Demonstrações Contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Destacamos abaixo alguns reflexos apresentados pelas nossas principais companhias investidas:

- **ITAÚSA:** Com o objetivo de apoiar as atividades da saúde pública e contribuir no combate à pandemia, a ITAÚSA realizou em 2020 a doação de R\$50 à aliança "Todos pela Saúde".

- Itaú Unibanco:** (i) aumento em 2020 e 2021 de operações de empréstimo e financiamento, em especial para micro, pequenas e médias empresas cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$21.492; (ii) extensão de carências, prazos e melhores condições de taxa de juros para clientes pessoa física e micro e pequenas empresas; (iii) redução de 5,4% no período nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito; (iv) provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$44.316 impactada em função do nível de risco e atraso devido à alteração das perspectivas financeiras dos clientes e deterioração visível de variáveis macroeconômicas. Em dezembro de 2021, o nível de cobertura de provisões da carteira de crédito representava 193% ante 255% em dezembro de 2020. Especificamente para perda esperada de operações que não apresentaram qualquer sinalização de deterioração até o momento (atraso ou redução de *rating* do cliente), o provisionamento apresentou redução de 8,3% no período; (v) o componente de marcação a mercado da carteira de títulos e valores mobiliários foi de -1,3% no primeiro trimestre de 2020, sendo uma parte decorrente de oscilações de taxas e da alta volatilidade dos preços nos mercados no início da pandemia, influenciando na mensuração dos itens avaliados à valor justo nos seus diversos níveis. Nos períodos subsequentes as variações observadas no componente de marcação a mercado não necessariamente guardam relação com os efeitos da pandemia; (vi) instabilidade no mercado de renda variável em 2020 ocasionando uma migração para instrumentos de renda fixa com liquidez resultando no aumento da carteira de Certificados de Depósito Bancário – CDB, entretanto, ao longo de 2021, observou-se variações na carteira com movimentações não necessariamente relacionadas aos efeitos da pandemia; (vii) aumento das captações sendo contratadas operações no montante total de R\$30.547; (viii) aumento, em 2020, no reconhecimento de tributos diferidos em razão do maior volume de diferenças temporárias dedutíveis registradas no período, contudo, em 2021, não houve impactos relevantes; (ix) aumento nas despesas com sinistros relativos a COVID-19, em 2021, de R\$361, principalmente, relacionado aos seguros de vida e prestamistas. Adicionalmente, em 2020, o Itaú Unibanco criou a iniciativa “Todos pela Saúde”, a partir da doação de R\$1 bilhão, com objetivo de combater o novo Coronavírus e seus efeitos sobre a sociedade brasileira. A atuação da “Todos pela Saúde” é realizada por meio de quatro eixos: Informar, Proteger, Cuidar e Retomar. Em fevereiro de 2021, a iniciativa “Todos pela Saúde” foi formalizada como Instituto, sendo mantidas as ações em andamento. Já em abril de 2021, o Itaú Unibanco atuou junto com seus concorrentes no combate à fome decorrente da pandemia e da crise econômica contribuindo para a compra e destinação de cestas básicas.
- Alpargatas:** A companhia vem monitorando os impactos da crise no contas a receber, em função do aumento do risco de crédito, e, no decorrer de 2021, dada a melhor perspectiva do cenário econômico em função da desaceleração dos efeitos da COVID-19, a companhia vem adotando a sua política normal de gestão da carteira, mantendo apenas algumas prorrogações de títulos. Em 2021 a companhia vem operando com sua capacidade normal de produção.
- Dexco:** Operou o exercício de 2021 com todas as suas unidades industriais em nível de utilização superior ao registrado no período pré COVID-19. Os prazos de recebimentos de clientes e os prazos de pagamentos aos fornecedores estão normalizados não havendo, também, saldo de impostos prorrogados.

Cabe destacar que a ITAÚSA e suas investidas continuam acompanhando e avaliando os impactos da pandemia em seus resultados, bem como os efeitos nas estimativas e julgamentos críticos que envolvem suas Demonstrações Contábeis.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Incorporação do Banco Modal – Coligada XP

Em 7 de janeiro de 2022, a XP comunicou ao mercado a assinatura de um acordo vinculante para a incorporação de até 100% do Banco Modal S.A. (“Banco Modal”), que será pago com até 19,5 milhões de novas ações Classe A ou BDRs da XP, com um prêmio de 35% sobre o preço médio dos últimos trinta dias do Banco Modal.

As partes acordaram em implementar a transação por meio de uma reorganização societária que resultará na incorporação, por uma subsidiária da XP, de até 100% do capital social do Banco Modal. Se o Banco Modal não obtiver as aprovações necessárias para implementar tal reorganização, incluindo a aprovação de seus acionistas minoritários, a XP irá incorporar participação equivalente a 55,7% do capital social do Banco Modal detido pelos seus acionistas controladores em uma transação de ações e garantirá a todos os acionistas minoritários do Banco Modal o direito de vender sua participação nas mesmas condições.

A conclusão da incorporação depende de determinadas condições precedentes, dentre elas, as aprovações do CADE, do BACEN e dos acionistas do Banco Modal em Assembleia Geral.

35.2. Aquisição da Ideal e suas subsidiárias – Controlada em conjunto Itaú Unibanco

Em 13 de janeiro de 2022, a controlada em conjunto Itaú Unibanco comunicou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de até 100% do capital social da Ideal Holding Financeira S.A. e suas subsidiárias ("Ideal"). A compra será realizada em duas etapas ao longo de 5 anos: (i) na primeira, o Itaú Unibanco irá adquirir 50,1% do capital social e votante da Ideal, totalizando aproximadamente R\$650, passando a deter o controle da Ideal; e (ii) na segunda, após 5 anos, o Itaú Unibanco poderá exercer o direito de compra do percentual restante (49,9%) do capital social.

A Ideal é uma corretora 100% digital e atualmente oferece soluções de *trading* eletrônico e DMA (*Direct Market Access*), dentro de uma plataforma flexível e *cloud-based*.

A gestão e a condução dos negócios da Ideal continuarão autônomas em relação ao Itaú Unibanco, conforme os termos e condições de Acordo de Acionistas dessa transação.

A conclusão desta operação está sujeita às aprovações regulatórias necessárias.

35.3. Compromisso de investimento em oferta de ações da controlada em conjunto Alpargatas

Em 10 de fevereiro de 2022, a ITAÚSA e os demais controladores da Alpargatas manifestaram o compromisso de: (i) exercer integralmente os direitos de prioridade, subscrevendo e integralizando ações a que fazem jus nos seus respectivos limites de subscrição proporcional; e (ii) subscrever e integralizar a totalidade de ações ordinárias que vierem a remanescer no âmbito da Oferta Institucional.

Desta forma, a ITAÚSA se comprometeu, no âmbito da Oferta Prioritária, a subscrever e integralizar, com recursos próprios, 27.720.403 ações de emissão da Alpargatas (16.083.306 ordinárias e 11.637.097 preferenciais), pelo preço por ação a ser fixado pelo Conselho de Administração da Alpargatas. Adicionalmente, a ITAÚSA poderá, a depender das condições de mercado, subscrever ações preferenciais no âmbito da Oferta Institucional.

Os recursos líquidos oriundos da Oferta Restrita serão destinados para financiar o pagamento da aquisição, pela Alpargatas, de participação societária na Rothy's Inc

Este investimento reforça a confiança da ITAÚSA na estratégia e na geração de valor de longo prazo da Alpargatas.

* * *



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaúsa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

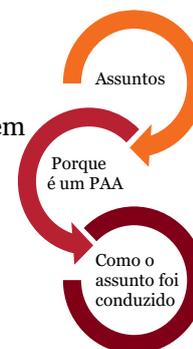
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa S.A. e da Itaúsa S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os PAA são temas advindos dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Controladas em conjunto – Itaú Unibanco Holding S.A. (“IUH”) e Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”) – (Nota explicativa 15)

Os investimentos no IUH e na IUPAR representam parte substancial dos ativos individuais e consolidados da Companhia, sendo registrados na rubrica “Investimentos” e contabilizados por equivalência patrimonial.

A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização.

O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas as modalidades e devido ao porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial durante o atual momento de incertezas decorrentes da pandemia da COVID-19 e do ambiente econômico, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para perda esperada de créditos;
- Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos;
- Provisões e passivos contingentes.

Em função do exposto acima, continuamos a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, como áreas de foco de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre a apuração da equivalência patrimonial realizada pela Administração da Companhia em relação aos investimentos no IUH e na IUPAR, comparando os resultados obtidos com os registros contábeis. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis da Companhia em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos de auditoria estão consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, nossos procedimentos como auditores do IUH, abrangeram, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Em relação ao ambiente de tecnologia da informação:

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes em controles relevantes e a execução de testes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função.

A combinação dos testes sobre os controles e outros testes adicionais nos permitiram estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas e controles automatizados do IUH para o propósito de nosso trabalho.

- Em relação às estimativas contábeis críticas:

Aplicamos testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações, em conformidade com o IFRS 9 – *Financial Instruments*.

Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH, considerando também o contexto atual das operações durante a pandemia da COVID 19 e do cenário econômico. Também, testamos a integridade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos.

Realizamos testes relacionados à existência, valor correto, integridade, valor recuperável e registro no momento correto das operações, bem como

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos assessores jurídicos do IUH.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão consistentes e dentro de intervalos aceitáveis frente às normas contábeis.

Outros investimentos em Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas (Nota explicativa 15)

Os demais investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas (“Investidas”), somados representam aproximadamente 18% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e são contabilizados por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis das Investidas apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas as operações que requerem elevado nível de julgamento para registro, mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis.

Devido às incertezas inerentes às estimativas críticas, os eventuais impactos nas demonstrações contábeis das Investidas e, conseqüentemente, na apuração da equivalência patrimonial da Companhia, esta foi considerada área de foco na auditoria.

Em relação à equivalência patrimonial das Investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, conforme o caso, incluíram comunicação com as equipes de auditoria e/ou outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração das referidas investidas; e
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa.

Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA S.A. ("Itaúsa") procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, as quais foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), na qualidade de auditores independentes.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2022. São Paulo (SP), 14 de fevereiro de 2022. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Eduardo Rogatto Luque, Guilherme Tadeu Pereira Júnior, Isaac Berensztejn e Marco Tulio Leite Rodrigues – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores

**ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2022**

DATA, HORA E LOCAL: em 14.02.2022, às 13h00, realizada na sede social da ITAÚSA S.A., localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros do Comitê Executivo, com a presença dos Diretores Gerentes convidados a participar da reunião.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foram objeto de recomendação favorável pela Comissão de Finanças, o Comitê Executivo nos termos do item 7.7 do Estatuto Social deliberou, por unanimidade, declarar, em atendimento aos requerimentos estatutários e observância às normas da Comissão de Valores Mobiliários (incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM 480/09), que:

- (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes, referentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que foi lida e aprovada pelo Comitê Executivo. São Paulo, 14 de fevereiro de 2022. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores